DIGITALIZADO NO IBAMA

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis

PROCESSO Nº
02001.001247/1992 - 97

NOME:

UHE
PORTO PRIMAVERA
CESP
VOLUME XII

ANO: 1992

PROCEDÊNCIA:

REFERÊNCIA:

ASSUNTO:

IBAMA/MMA ADM.CENTRAL
PROCESSO: 02001.001247/92-97
INTERESSADO: COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SP
ASSUNTO: 20914
DATA: 25-03-1992 00:00:00
DOCUMENTO PROCEDENCIA: SAO PAULO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA USINA HIDRELETRICA DE PORTO PRIMAVERA

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

cod 414.2

Fls.: 2151
Proc.: 1247/92
Rubr.:

IBAMA
M M A
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 6 dias do mês de julho de 2009, procedemos abertura do volume nº XII do processo de nº 02001.001247/92-97, que se inicia com folha nº 2151 Para constar subscrevo e assino.

_____

EM BRANCO

Fls. 2152
Doc. 1247/98
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO DE VIAGEM

Local: UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera)

Participantes: Alarico A. Cristino Jácomo - Geólogo
Silvia Regina Alvarez Guedes – Bióloga
Mariângela Araújo – Engª Civil
Mônica de Arruda Câmara – Economista

Período: 11 a 15/09/2000

Assunto: Vistoria a UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), rio Paraná entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, objetivando verificar a situação das obras e a implantação dos programas ambientais solicitados na LO nº 24/98, bem como o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre IBAMA, Ministério Público Federal e CESP.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar os resultados da vistoria técnica à área de influência UHE- Sérgio Motta, bem como, subsidiar a Renovação da Licença de Operação Nº 24/98, e dar continuidade ao licenciamento ambiental da referida hidrelétrica.

Para esta vistoria foram convidadas as Representações do IBAMA em Mato Grosso do Sul e São Paulo, e o Ministério Público Federal.

A vistoria abrangeu toda a área de influência direta e indireta do empreendimento, privilegiando todos os meio (físico, biótico e sócio-econômico).

Na vistoria, a equipe técnica do IBAMA foi acompanhada por técnica da Representação do IBAMA no Estado do Mato Grosso do Sul, Drª Maria Elizabeth – IBAMA/MS – Engª Agrícola, e contou com a presença do Dr. Eduardo Albernaz, do IBAMA em Presidente Epitácio. Quanto ao Ministério Público Federal, não houve a participação de peritos do referido órgão.

EM BRANCO

2153
Proc. 1247/92
Fls.

DO EMPREENDIMENTO

A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta é um empreendimento da Companhia Energética de São Paulo - CESP, construída no rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A formação do reservatório está ocorrendo em duas etapas distintas: a primeira que já ocorreu, foi até a cota de 253 m, com a montagem de 5(cinco) turbinas, e a segunda até a cota 257/259 m, com a montagem de 13 (treze) turbinas, totalizando a montagem de 18 (dezoito) turbinas com capacidade total de geração de 1.800 MW, visando minimizar os conseqüentes impactos ambientais. Nesta etapa de obras já estão 7 turbinas montadas.

A área total de inundação prevista é de 2.250 km^2 ou 225.000 ha. O comprimento total do lago será de 250 Km, com acumulação de 20 bilhões de m^3 de água. O nível da água proposto pela CESP deverá permanecer, para o período chuvoso, na cota 259 m e, para o período seco, na cota 257 m.

O licenciamento ambiental estava sendo conduzido pelas Secretarias de Meio Ambiente dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul e passou à responsabilidade do IBAMA, que emitiu a LO 24/98, em 03/11/98, para a cota 253 m.

DA VISTORIA

Na tarde do dia 11 de setembro a equipe chegou ao município de Presidente Prudente/SP, e no mesmo dia à tarde foi realizada reunião com o intuito de organizar a vistoria técnica e os pontos que deveriam ser vistos.

No dia 12 de setembro, conforme previsto na Agenda de Visita, foi dividido o trabalho de acordo com as diferentes áreas tratadas. Para o meio físico e meio biótico, realizou-se um sobrevôo na área do reservatório a partir da cidade de Presidente Epitácio até o remanso do reservatório, somente no Estado de São Paulo. Para o meio sócio-econômico foi realizada uma vistoria por via terrestre e sobrevôo.

No dia 13 de setembro, foi realizado outro sobrevôo a fim de atender a demanda estabelecida pelo IBAMA, para todos os meios físico, biótico e sócio-econômico.

No último dia de vistoria foi realizada reunião técnica sobre todos os pontos tratados na vistoria e demais assuntos pertinentes ao andamento do licenciamento ambiental.

Meio Biótico

Para o meio biótico foi proposto um sobrevôo à área do reservatório, no dia 12/09/2000 e 13/09/2000, com a finalidade de verificar a Fazenda Cisalpina, a Fazenda Beira Rio, os locais destinados à soltura da fauna para a cota 257/259, áreas com macrófitas, locais de armazenamento do material lenhoso, Unidades de Conservação, bem como as áreas a serem desmatadas, principalmente o rio do Peixe, onde se concentra grande quantidade de biomassa e aquelas áreas já desmatadas.

Os Programas ambientais foram discutidos em reunião no dia 14/09/2000, na própria CESP. Fomos informados de que o Programa referente ao Banco de Germoplasma ainda não foi implantado, a sua previsão era para abril/2000. Cerca de 50 espécies estão sendo

EM BRANCO

2154
Proc. 1247/97
Rubr.

produzidas, dentre estas, algumas de mata ciliar. A situação geral do Banco Ativo de Germoplasma é a seguinte: foram coletadas espécies de cerrado/cerradão e de mata/mata ciliar; estão sendo produzidas espécies de mata/mata ciliar e espécies de cerrado/cerradão; as espécies que foram coletadas são o cafezinho, correieira, corriola, peito de pomba, quaresmeira amarela, quaresmeira vermelha e sucupira preta. As espécies ameaçadas de extinção e que estão sendo coletadas são: aroeira, *Myracrodruon urundeuva* e pau de Gonçalo, *Astronium fraxinifolium*.

Ao longo da vistoria foram observadas algumas áreas que vem sendo reflorestadas pela CESP e outras que tem previsão de se fazer o reflorestamento, como nas áreas da Lagoa São Paulo com cerca de 370 ha. Está previsto para reflorestar o lado de São Paulo em cerca de 1.031ha.

Foi sugerida pelo IBAMA, ao longo da vistoria a inclusão de uma base de resgate de fauna, próxima à Fazenda Beira Rio, pois se trata de uma área que se encontra totalmente ilhada, necessitando de resgate dos animais antes do enchimento do reservatório para a nova cota. A CESP informou que a Operação resgate de fauna deve levar de 30 a 45 dias de duração, cabe ressaltar que o período é curto para efetivação deste programa, tendo em vista a necessidade de abranger grandes áreas ainda a serem inundadas .

Foram observadas, em sobrevôo, algumas áreas onde serão relocados os animais oriundos do resgate. As áreas, a princípio, parecem interessantes, e em sobrevôo, verificamos outras áreas de fragmentos significativos para soltura de animais, que em reunião na CESP, a empresa esclareceu que já havia incorporado as mesmas para a soltura. Na área próxima ao canteiro foi observada a presença de lontra, animal que se encontra em extinção.

Próximo à área de Presidente Epitácio, foram observados alguns exemplares de cervos do Pantanal, marcados com colar, pelo Projeto específico de cervos do Pantanal. Os cervos vêm sendo monitorados nestas áreas, e de acordo com a CESP, na região do rio do peixe foram marcados 11 cervos para fins de monitoramento. Em algumas outras áreas também foram avistados os cervos do Pantanal, inclusive na Fazenda Cisalpina.

A empresa informou que a Fazenda Cisalpina, local onde se concentram muitos animais, deverá para a cota 257m inundar cerca de 7.000, porém, para a cota 259m, cerca de 12.000ha, ficarão inundados. Deverão, portanto, ser relocados alguns animais para outras áreas, a fim de permitir a sobrevivência de alguns exemplares. Cabe esclarecer que o enchimento principalmente para a cota 259m, poderá causar uma mortandade de provavelmente quase todos os animais que foram relocados para esta Fazenda, por não haver áreas significativas no entorno que possam suprir as necessidades dessa fauna local. Para tanto, sugere-se neste relatório que quando da renovação para a cota 257m/259m que não seja efetuado o enchimento para a cota 259m. Foi ainda observada na Fazenda Cisalpina, a construção da Rodovia MS 040, que será asfaltada e cortará a área da fazenda em toda a sua extensão. Ao longo da pista observou-se a construção de diversos passadores de fauna, estando ainda previsto a proteção com cercas em toda a estrada.

Quanto às áreas que estão sendo desmatadas, temos a informar que foi vista algumas áreas onde já estão ocorrendo os desmatamentos, e os locais onde os materiais vegetais foram depositados. Estes pontos de depósito provavelmente se encontram na

EM BRANCO

2155
Doc. 124/92
Rubr.

Cabe aqui ressaltar que o enchimento do reservatório não poderá ser efetuado durante o período de piracema que vai de outubro a março, devido a possíveis alterações nas comunidades relativas a ictiofauna. Entretanto, a CESP se prontificou a apresentar documento ao IBAMA no intuito de viabilizar o enchimento neste período.

Meio Físico

Foram vistoriadas as encostas marginais ao reservatório, por meio de sobrevôo e de barco percorrendo a margem esquerda, lado paulista, num trecho de aproximadamente 30 km. Procurou se verificar aquelas consideradas com maior grau de criticidade, já constatadas nos relatórios enviados pela CESP, sendo as mais críticas em áreas periurbanas das cidades, principalmente Presidente Epitácio, próximas ao corpo da barragem e na área rural as mais graves do lado paulista e processos em menor grau já iniciados no lado mato-grossense.

Estas encostas em arenito Caiuá, escarpadas, recobertas por sedimentos arenosos de terraço e/ou solos de alteração de arenito. Pode-se observar que existe uma manifestação contínua dos processos erosivos, e ainda um ravinamento na crista do talude, tornando-se iguais ou mais importantes que os processos erosivos provocados pelo embate das ondas no pé das encostas.

Com a ocorrência em alguns locais de afloramentos do lençol freático no interior de pequenas cabeceiras de drenagem, com o enchimento final do reservatório, pode-se prever que as ravinas podem evoluir para voçorocas.

Outra forma de ocorrência dos processos é quando o arenito é recoberto por sedimentos arenosos do terraço aluvionar, e resulta na formação de pequenos leques de dejeção de materiais provenientes de algumas ravinas e voçorocas, e a intensificação do solapamento do pé dos taludes em arenito e escorregamentos provocados pelo processo de solapamento do pé dos taludes.

Pode-se concluir que a erosão e solapamento dos pés dos taludes, provocados pelo embate de ondas do reservatório constituem o principal processo de instabilização das encostas. É marcante a continuidade do fenômeno onde existe o domínio dos terraços aluvionares, e onde estão expostos os arenitos ocorrendo desplacamentos dos blocos.

Nos locais onde foram realizados os tratamentos pode-se afirmar que a proteção executada apresenta-se satisfatória, mas verificou-se a ocorrência de erosão nas bermas de arenito, responsáveis pela sustentação dos tratamentos executados nos sedimentos arenosos do terraço aluvionar.

A CESP através do IPT, vem desenvolvendo monitoramento das encostas classificadas como críticas, com seções topográficas na escala de 1:10.000, com elaboração de planta de declividade. Para as encostas mais críticas serão realizadas seções, sendo uma central, uma a jusante e uma a montante e uma planta baixa. Este tipo de informação irá proporcionar uma avaliação detalhada do comportamento das encostas. Para uma melhor compreensão da dinâmica do terreno, dentro de uma área maior de investigação serão utilizadas imagens de satélite.

No Paredão das Araras a continuidade do monitoramento se dará por acompanhamento fotográfico.

EM BRANCO

Fls 2156
Proc. 1247/92
Rubr.

cota257/259m. No rio do Peixe, continua a polêmica quanto a grande quantidade de matéria orgânica a ser desmatada, contudo, a CESP informou da dificuldade de se desmatar esta área, o que se torna um fato agravante no que tange a grande quantidade de biomassa que se concentrará nestes pontos, acarretando conseqüentemente na alteração da qualidade da água desencadeando um processo muito intenso de eutrofização, comprometendo seriamente a qualidade da água. O material lenhoso poderá chegar até as turbinas. A idéia da empresa é variar a cota no rio Paraná com a finalidade de induzir a renovação da água. Cabe ressaltar que independente da cota 257m e 259m, pode-se dizer, que o impacto nesta área deverá ser bastante intenso, ocasionando o mesmo quadro existente na margem do Estado do Mato Grosso do Sul. Na margem do Estado do Mato Grosso do Sul, observa grandes áreas de paliteiros remanescentes do desmatamento não efetuado da cota anterior.

De uma maneira geral as atividades de supressão de vegetação vem sendo conduzidas muito lentamente e, segundo previsão da CESP para operação na cota 257/259m em novembro próximo, os prazos de desmatamento poderão vir a ter dificuldades quanto ao seu cumprimento, pois muita vegetação vem sendo deixada no leito do reservatório.

Especificamente na margem do estado do Mato Grosso do Sul, pode ser verificada irregularidade quanto a grande quantidade de toras de madeira que se encontram "boiando" nas margens do reservatório. Esta madeira provavelmente foi estocada nas margens e não foi devidamente providenciada a sua retirada.

Foi evidenciada, também, grande quantidade de macrófitas, que, conseqüentemente, acarretarão em problemas futuros, principalmente nas áreas na margem do Estado do Mato Grosso do Sul. A CESP informou que a macrófita que tem sido abundante é a *salvinia*, tratando-se de espécie emersa, deverá ser dado tratamento adequado, no que tange ao controle, contudo, foi esclarecido que a empresa não poderá utilizar produtos químicos até resultados conclusivos dos estudos que vem sendo realizados em Jupiá.

Quanto às Unidades de Conservação, tem-se o Aguapeí, onde cerca de 90% da área já foi adquirida, porém, faltam, ainda, duas propriedades a serem adquiridas. Na Unidade de Ivinhema, já se iniciou o processo de aquisição, conforme informação da CESP.

Quanto aos sistemas de transposição, sabe-se que o elevador já se encontra operando, e fomos informados pela CESP que o mesmo vem se mostrando eficiente, para tanto, deverá ser apresentado um programa de monitoramento que vise a obtenção de resultados a fim de verificar a eficiência dos sistemas de transposição. Cabe, no entanto, frisar que a eficiência dos sistemas de transposição podem ocasionar dificuldades a jusante, conforme a própria CESP mencionou em reunião realizada na empresa, que por sinal procede, tendo em vista que os peixes deverão na época da migração, se direcionar para a montante, dificultando o seu retorno para a jusante, podendo vir a causar uma diminuição do estoque pesqueiro nestas áreas.

A escada de peixes está sendo finalizada e deverá entrar em operação a partir da segunda quinzena de outubro.

Foi visitada na UHE- Jupiá, a Estação de Piscicultura, a qual possui nos seus estoques o dourado, pintado, jaú, barbado, curimbatá, piracanjuba e a piapara. Esta Estação de Piscicultura vem operando e dando suporte ao rio Paraná.

EM BRANCO

2157
Doc. 1247/92
Rubr.

Para os processos erosivos, a CESP, está utilizando o critério de adquirir as terras onde não tem ocupações, deixando as encostas se estabilizarem, naturalmente.

Em regiões de Presidente Epitácio a CESP está realizando algumas proteções extras. A proposta para controle de erosões foi refeita em relação ao EIA/RIMA, sendo que a CESP não é a única responsável pelos problemas. O Comitê da Bacia com a representação terá controle e poderá realizar trabalho completo, e nas micro-bacias a CESP poderá interferir individualmente.

No nível de bacias a escala será de 1:1.000, em nível de bacias a responsabilidade do Comitê e na área da CESP a alternativa é estabelecer indicadores pelo programa e estabelecer critérios para a bacia do reservatório. Deverá ser levantados o componente social e o histórico de ocupação de modelo de gestão de recursos hídricos em modelos a serem propagados para melhoria de conscientização da ocupação da bacia.

As atividades desenvolvidas visam acompanhar/avaliar os efeitos da elevação do lençol freático, como conseqüência do enchimento do reservatório até a cota 257/259m. Para isto, foram instalados diversos piezômetros (ver listagem abaixo) que já apresentaram variação do nível d'água nesta primeira fase de enchimento do reservatório quando se esperava que esta elevação viesse a ocorrer apenas na segunda fase.

Nesta etapa, até o momento não foi constatado o umedecimento dos queimadores/fornos de alguns oleiros de Presidente Epitácio, bem como, pequenas trincas em casas de alvenaria e a alteração no escoamento das fossas, devido à elevação do lençol freático. Este Programa tem sido desenvolvido em parceria com o IPT que tem acompanhado e diagnosticada cada situação. Está prevista a reposição ou recomposição dos usos e ocupações que porventura venham a ser afetados pela elevação do lençol freático em decorrência do enchimento do reservatório.

Ponto Visitado	Localização	Reclamação dos moradores
Olaria São João	Reta 1 - Patrimônio	Umedecimento dos fornos, afogamento das fossas e trincamentos de paredes
Casa de Alvenaria	Reta 1 - Patrimônio	trincamentos de paredes
Casa de Alvenaria	BR-267	trincamentos de paredes
Sítio Boa Vista	Estrada Boiadeiro	Elevação do nível d'água dos poços e trincamento de paredes da casa de alvenaria
Estância Pantaneira	Area Rural	Preocupação com relação às estruturas da Usina de Beneficiamento de Leite, casas de alvenaria e lagoa de estabilização de efluentes industriais.

Com o objetivo de reintegrar áreas degradadas à paisagem, está sendo iniciada a recuperação das mesmas. Foram tomadas providências no sentido de recuperar áreas degradadas pelas obras complementares à obra principal tais como pontes e áreas de empréstimo utilizadas para retificação do traçado da BR 267. Nas áreas de empréstimo utilizadas para construção da barragem, foi concluído o reafeiçoamento do terreno e

EM BRANCO

Fls. 2158
Proc. 12471/92
Rubr.

regularização das áreas de bota-fora. Alguns problemas foram verificados em decorrência do enchimento do reservatório na cota 253 m, na margem direita, observou-se elevação do nível d'água, o que com certeza irá dificultar a recuperação da área.

Com relação ao acompanhamento do monitoramento da qualidade da água, nesta vistoria a CESP não forneceu relatórios que permitissem uma avaliação do mesmo, bem como dos resultados das amostras coletadas nos diversos pontos no reservatório. Durante a vistoria no lado do reservatório no estado do Mato Grosso do Sul, ficou demonstrado que na superfície da água já há o domínio de macrófitas e a cor escura evidencia a existência de matéria orgânica em abundância. O programa de Qualidade da Água deverá ser finalizado até o final do mês de setembro.

Outra questão que foi objeto de discussão está relacionada aos aspectos de alteração da qualidade da água na margem esquerda, referente à sub-bacia do rio do Peixe, considerando a degradação dos recursos vegetais submersos durante a operação de enchimento. Discutiu-se o modelo matemático encomendado pela CESP para obter subsídios para definição das necessidades de desmatamento.

O referido estudo contemplou a simulação de operação de enchimento de reservatório, e sua conclusão pode-se ter:

- A qualidade da água do rio trecho do rio do Peixe deverá ser afetada pelos processos de degradação da vegetação remanescente;
- Remoção acima de 50% dos recursos vegetais presentes seriam necessárias para neutralizar grande parte das alterações indesejáveis sobre a qualidade da água devidas aos processos de degradação;
- O enchimento lento poderá induzir a ocorrência de um período mais longo de anaerobiose, entretanto deverá ocorrer baixa concentração de DBO, N, P. Se o enchimento for rápido será aproveitado o efeito da diluição dos nutrientes e das cargas orgânicas.
- O processo de enchimento em etapas 257m, e 257m - 259m poderá reduzir as intensidades de efeitos indesejáveis principalmente relacionados ao efeito do OD.
- No modelo matemático do EIA/RIMA a recomendação é de realizar o enchimento do reservatório – no verão o tempo de enchimento mais longo possível e no inverno levar o menor tempo possível. A CESP informou que o tempo de enchimento de 30 a 45 dias vai depender também de ter chuvas suficientes na sua bacia.

Baseado no acima citado pode-se esperar que os efeitos da eutrofização devam constituir num dos principais problemas desta região do reservatório, e chama a atenção que a montante da foz do rio do Peixe está localizada à unidade de conservação do rio do Peixe. Assim, sugere-se avaliar também o melhor período do enchimento do reservatório, e avaliar as concentrações de N e P existente na bacia, possivelmente resultante das pressões antrópicas no entorno.

Alguns assuntos ainda foram tratados em reunião e foram objetos da vistoria técnica:

- Controle de Poluição o diagnóstico está sendo realizado na bacia, entretanto apesar das indústrias terem os seus sistemas de tratamento, deve-se levar em conta que o padrão

EM BRANCO

2159
Fl. 124/97
Rubr.

de emissão foi considerado para a fase rio. Portanto, deverá ser avaliado pela CESP um novo parâmetro de emissões em função da criação do reservatório.

- O IBAMA solicitou à CESP promover a integração dos programas de extensão rural, educação ambiental, de controle dos processos erosivos e assoreamento, tratamento das encostas e de monitoramento do lençol freático.
- O próximo relatório de monitoramento referente ao programa de Qualidade da Água deverá ser finalizado até o final do mês de setembro.
- Plano Diretor – O IBAMA solicitou à CESP realizar uma proposta de um Plano Diretor para disciplinamento dos diversos usos e conflitos do entorno do reservatório. A CESP solicitou 2 anos para apresentar proposta e o IBAMA solicitou a sua entrega mais cedo, ficando o compromisso de propor data dentro de um mês.
- Haverá adequação sanitária dos ranchos de Castilho, dos que ficarão sob a responsabilidade da CESP.
- A Ilha Comprida não sofrerá grande alteração na sua área para as cotas 257/259.

Encontra–se em andamento o Estudo Climático da Bacia Hidrográfica de Porto Primavera, com a coleta de dados de estações remotas já instaladas nos seguintes locais: Andradina; Anaurilândia; Brasilândia; Presidente Venceslau; e Porto Primavera. Os acessos a estas estações são geralmente efetuados após as 24 h, diariamente, quando são coletados os dados do dia anterior.

Os parâmetros monitorados são: Umidade Relativa; Temperatura, Radiação Incidente, Precipitação Total Diária, Freqüência percentual da direção do vento, e a sua velocidade. Quando da vistoria já haviam concluído a estação de Porto Primavera, que fica no local onde estão instalações do meio ambiente na obra.

Os resultados apresentados não demonstram grandes modificações em função do enchimento do reservatório na cota 253m.

Meio Sócio-Econômico

A vistoria teve início no município de Brazilândia/MS, com visita às obras de construção da Nova Porto João André (Programa de Reassentamento Urbano do lado Sul Mato-grossense, previsto para a cota 257/259 m.), onde 14 das 36 olarias encontram-se iniciadas, mas apenas 1 em fase de conclusão. Os oleiros de maior porte optaram pela indenização e estão construindo seus próprios fornos. As residências estão em estágio adiantado de construção, com mais de 50% na fase de instalação dos telhados. A Cesp está implantando nova tecnologia, utilizando estruturas metálicas em lugar do madeiramento tradicional, diminuindo o tempo de construção.

Em seguida, fomos à Fazenda Pedra Bonita, reassentamento rural no município de Brazilândia/MS, onde foram reassentadas 65 famílias na agricultura e na pecuária. Estão implantadas as culturas de urucum, melancia, café e, mais recentemente, a apicultura. O Centro Comunitário encontra-se em fase final de construção.

Visitando a atual Porto João André, foi possível conferir a precariedade de instalações que a comunidade oleira desenvolve seu trabalho, utilizando fornos rudimentares e sem

EM BRANCO

Fls 2160
Proc. 124/97
Rubr.

qualquer tecnologia. Sem dúvida será um ganho para aquela comunidade, os fornos padrão que a Cesp está construindo na Nova Porto João André.

Foi realizado sobrevôo a Fazenda Buriti, no município de Três Lagoas/MS, onde estão sendo construídas 17 casas, encontrando-se 9 em fase adiantada. Foi observado o início da instalação de rede elétrica e conservação do solo. Foi possível, ainda, uma vista geral da Nova Porto João André.

Retornando pela margem paulista do rio Paraná, sobrevoamos os ranchos de Castilho, onde foi constatada a fase adiantada de demolição das casas na área de inundação. Todas já foram desocupadas e a área está sendo limpa. Os demais proprietários aguardam decisão sobre a permanência ou não dos ranchos, mas o empreendedor alega urgência no atendimento do cronograma e, caso não obtenha uma resposta, procederá a desapropriação e limpeza da área.

Ainda existem residências, na Ilha em frente a Castilho, que se encontram em área de inundação. Essas famílias serão relocadas para a Fazenda Buriti, que ainda não está concluída.

O sobrevôo seguiu a margem paulista até os municípios de Presidente Epitácio, Caiuá, Panorama e Paulicéia, podendo ser observadas as atividades nas Fazendas Lagoinha, Santo Antônio e Buritis, mas, devido ao mau tempo, não foi possível o pouso nessas áreas. Para conclusão desse programa, referente à cota 253 m., falta à construção de um Centro Comunitário em cada uma delas, bem como, nas Fazendas Aruanda e Sant'Ana.

Foi possível observar, ainda, as obras de construção do porto fluvial de Presidente Epitácio, conforme acordado com a prefeitura, que retirou as famílias que viviam no local para a construção do retro-porto.

Ao longo do entorno do reservatório, principalmente no município de Presidente Epitácio, foram identificadas várias áreas ocupadas por novas construções de veraneio, provavelmente na área de preservação permanente, e obras nas encostas para acesso ao lago, necessitando urgente fiscalização.

Outro ponto observado foi o Centro de Educação Ambiental, inserido em uma região com alto índice de preservação, às margens do rio do Peixe, sendo identificada à presença de cervos, e próximo a uma área onde está sendo desenvolvido um programa de reflorestamento. De acordo com o empreendedor, esse programa vislumbra alcançar metas superiores à prevista e, para tanto, está sendo adequado. Assim, faz-se necessário solicitar que sejam encaminhadas a este Instituto as adequações propostas e a atualização do programa.

Dando prosseguimento a vistoria, foram visitadas as áreas de lazer de Panorama e Paulicéia, ainda em construção, e as instalações do Centro de Requalificação de Mão-de-Obra, com acompanhamento dos trabalhos de tapeçaria, matelassé, bordado, pintura em tecido, costura e marcenaria. Além desses, são oferecidos à comunidade cursos de informática, bijuteria, mecânica, tecelagem, instalação hidráulica, eletricista, entre outros.

Finalizando, foram visitados o barco escola e o ônibus do programa de Educação Ambiental. O barco atende crianças da rede de ensino de todos os municípios da área de influência, com explanações sobre os benefícios e prejuízos do empreendimento, os impactos causados ao meio ambiente e as ações adotadas para mitigação dos mesmos.

EM BRANCO

Fls 2161
Proc. 1247/97
Rubr.

O ônibus visita todos os reassentamentos e escolas, levando noções básicas de higiene, saúde, uso do solo, preservação e proteção do meio ambiente. A Coordenadora informou que a Cesp encerrou o Curso de Educação Ambiental oferecidos aos professores da rede de ensino, atendendo a totalidade dos municípios da área de influência. Essa informação deverá ser encaminhada no relatório de acompanhamento dos programas ambientais.

Reunião Técnica (Meio Sócio – Econômico)

Além das denúncias já recebidas neste Instituto, o funcionário do Ibama em Presidente Epitácio confirmou a prática da pesca com malha nº 7, permitida pela legislação, mas inadequada para a realidade do lago, ocasionando a captura de peixes em tamanho impróprio.

Representantes do empreendedor confirmaram a ocorrência de reuniões entre Cesp, MP e representantes das colônias de pescadores para alteração do Termo de Ajustamento de Conduta, no item Mitigação do Impacto sobre a Atividade Pesqueira.

- Mais uma vez chama a atenção para a não participação de representante desta Instituição.

O representante do Ibama em Presidente Epitácio solicitou o mapa com os pontos de pesca para que fossem analisados os locais do ponto de vista da fiscalização.

- O empreendedor foi informado de que a aprovação dos pontos de pesca deverá ser encaminhada como condicionante de licença, quando da renovação da LO 024/98.

A Cesp está cobrando um posicionamento quanto aos ranchos de Castilho, caso contrário terão que proceder a derrubada das casas, conforme determina a legislação, pois não poderão sofrer prejuízos em seu cronograma.

Outra questão debatida foi à possibilidade de condicionar as obras ainda em execução a prazos e isso não ser impeditivo da liberação para enchimento na cota 257/259 m.

- São muitos os itens que, embora estejam fora da área de inundação, estão em construção, como: recomposição da nova estrutura dos portos de areia, das áreas de lazer de Panorama e Paulicéia, Centros Comunitários em vários reassentamentos, etc. Além do que, a LI 024/98 exige a conclusão dos mesmos para operação na cota 257/259 m.

Questionado sobre a situação dos Ofayé-Xavante, o empreendedor informou que não tem mantido contato com aquela comunidade, mas recebeu solicitação para aquisição de área anexa a atual, onde há água corrente, e assim amenizar a precariedade que estão vivendo. A posição da empresa é a mesma, foi definida uma medida mitigadora para o impacto causado pelo empreendimento à comunidade indígena, em conformidade com a legislação e orientação da FUNAI, que aprovou e deu quitação.

- Mesmo assim, considero necessária a interferência do Ibama como órgão licenciador, no sentido de motivar uma revisão dos procedimentos adotados que não apresentaram resultados satisfatórios.

Durante a vistoria, a representante do Ibama no Estado do Mato Grosso do Sul informou sobre a realização de Audiência Pública naquele estado para avaliação dos procedimentos adotados pela CESP na execução do empreendimento. Segundo ela, houve participação de vários impactados reivindicando ressarcimento ou compensação pelos impactos

EM BRANCO

Fls. 2162
Proc. 12497/92
Rubr.

causados, alegando não ter sido considerados como beneficiários dos programas. Deve ser solicitada cópia da Ata da referida Audiência.

Reunião de Fechamento

Nesta reunião foram apresentas as observações realizadas pro este Instituto, como a situação do rio do Peixe, a piracema, as erosões das encostas e a necessidade de se elaborar um Plano Diretor para a UHE- Sérgio Motta, como forma de um ordenamento disciplinado da faixa de preservação permanente. Como pôde ser evidenciada em sobrevôo, grande área da faixa de preservação já se encontra com loteamentos, pontos de argila (permitido somente com decreto de utilidade pública) e até praia artificial, na área da cidade de Panorama/SP. Torna-se, portanto, imprescindível, o zoneamento e o Plano Diretor na área do reservatório, a fim de definir áreas sensíveis, áreas a serem reflorestadas e demais usos que se fizerem pertinentes.

CONCLUSÃO

A partir desta vistoria técnica, foi constatado que o empreendimento está apto a obter a renovação da Licença de Operação nº 24/98, para operação na cota 253m,e que, além das condicionantes que serão consideradas neste Relatório de Viagem, devam ser observadas as recomendações contidas no Parecer Técnico nº 097/00.

Para o meio sócio-econômico, é primordial que seja definida a questão dos ranchos de Castilho, a desocupação e limpeza de toda a área de inundação ainda ocupada pela população em Castilho, Jupiá, Porto João André e Ilhas, sem o qual é impossível autorizar o enchimento em cota superior a 257/259 m.

- Dar andamento à implantação do Banco de Germoplasma em São Paulo e Mato Grosso do Sul.
- Apresentar zoneamento e Plano Diretor para a UHE- Sérgio Motta, como forma de um ordenamento disciplinado da faixa de preservação permanente.
- Incluir uma base de resgate de fauna, próxima à Fazenda Beira Rio, a fim de proceder o resgate dos animais antes do enchimento do reservatório para a nova cota.
- apresentar um programa de monitoramento a fim de averiguar a eficiência dos sistemas de transposição, bem como a possível concentração de espécies da ictiofauna que poderão se concentrar a montante do reservatório, tendo em vista que os peixes deverão na época da migração, se direcionar para a montante, podendo vir a causar uma diminuição do estoque pesqueiro nas áreas a jusante.
- Avaliar a relocação de alguns animais que se encontram na Fazenda Cisalpina para outras áreas, antes do enchimento do reservatório, de acordo com a capacidade de suporte.
- Retirar todo material lenhoso resultado do desmatamento da cota253m antes do enchimento até a nova cota.

EM BRANCO

Fls 2163
Proc. 1247/92
Rubr.

- Apresentar, num prazo de 90 dias, proposta visando estabelecer um novo padrão de parâmetros das fontes de poluição e emissões em função da criação do reservatório.
- Encaminhar ao IBAMA os resultados referentes ao monitoramento de qualidade da água num prazo de 30 dias.
- Encaminhar relatório das encostas selecionadas para implantação do monitoramento.
- Encaminhar ao IBAMA, num prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, relatório das atividades recuperação e revegetação das áreas degradadas, contemplando as áreas do canteiro de obras, áreas de empréstimo, bota fora, tratamento de taludes com os respectivos cronogramas.
- Dar início à construção da infra-estrutura relativa aos pontos de pesca, conforme mapa elaborado com a participação dos representantes das colônias de pesca da região e aprovado pelo Ibama com a ressalva de não incluir nenhum tributário;
- Dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental, incluindo ações nas áreas destinadas a relocação de fauna, visando orientar fazendeiros e comunidades locais sobre a proibição da caça;
- Encaminhar ao IBAMA as complementações e adequações relativas ao Centro de Educação Ambiental;
- Proceder ao Resgate Arqueológico previsto para as cotas 257/259m, apresentando os resultados dos levantamentos de campo, prospecção e escavação de sítios arqueológicos, análises laboratoriais e destinação do material.
- Concluir a relocação das áreas de lazer conforme previstas no EIA/RIMA em Panorama/SP e Presidente Epitácio/SP, bem como, implantar as que estão sendo propostas pela CESP em Anaurilândia/MS, Bataguassu/MS, Brasilândia/MS, Santa Rita do Pardo/MS, Três Lagoas/MS e Paulicéia/SP.
- Proceder, em conjunto com a FUNAI, revisão e avaliação dos procedimentos adotados para mitigar os impactos sobre a comunidade indígena e propor, complementação, ou novas medidas, caso os resultados obtidos não sejam satisfatórios. Apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Cabe ainda, ressaltar que para o meio biótico, o enchimento não deverá ser efetuado para a cota 257/259m devido a intervenções na Fazenda Cisalpina e nem poderá ser efetuado durante o período de piracema que vai de outubro a março, devido a possíveis alterações nas comunidades relativas a ictiofauna. Com relação à questão da piracema a CESP se prontificou a avaliar através da curva cota x área x volume, o comportamento do enchimento para a segunda etapa de enchimento.

A operação do reservatório em duas cotas (257/259m), poderá provocar efeitos erosivos nas encostas marginais. Assim, sugere-se que o mesmo seja operado em uma única cota.

À consideração superior.

EM BRANCO

Fls 2164
Proc. 1247/92
Rubr.

Alarico A Cristino Jácomo
CREA/DF-3345-D

Mônica de Arruda Camara
CORECON/DF 5111

Silvia Regina Alvarez Guedes
CFB 00776/84

Mariângela Borges de Araújo
CREA-RJ 39.918

EM BRANCO

Fls 2165
Proc. 1247/97
Rubr.

Anexos

EM BRANCO

Fls 2166
Proc. 1247/92
Rubr.

M - Diretoria de Meio Ambiente

MG - Departamento de Implantação de Programas Ambientais

MGS - Divisão de Programas Sócio Econômicos

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Lagoinha

Vista Aérea do Projeto

Programa de Reflorestamento Implantado

Município: Presidente Epitácio - SP
Área: 443,37 ha
Parcelamento: 17 Lotes
Famílias Reassentadas: 16 Agrícola
01 Pecuária

3405566

EM BRANCO

Fls. 2167
Proc. 124/92
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Lagoinha

Culturas Anuais - Mamona

Aplicação e Incorporação de Calcário

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo:

- Aplicação e Incorporação de 68 toneladas de calcário em 85 ha
- Plantio de Urucum em 20 ha
- Plantio de mamona em 25,5 ha
- Reflorestamento em 67 ha

Cursos Realizados:

- Organização Comunitária
- Seleiro

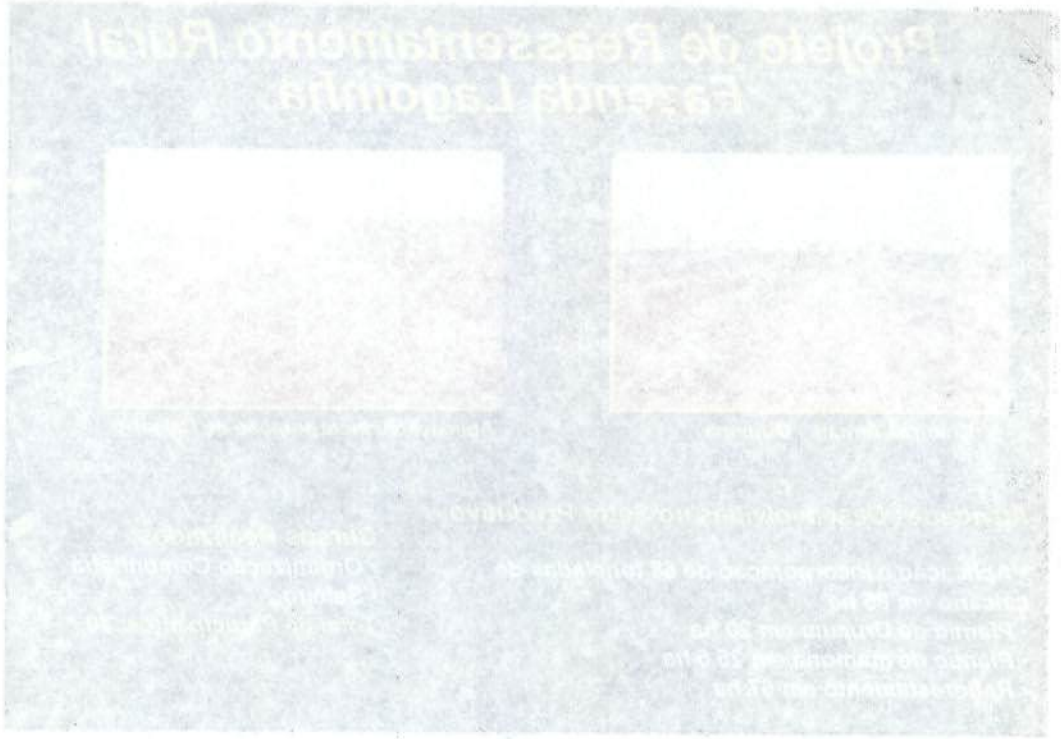
Total de Participantes: 40

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Santo Antônio

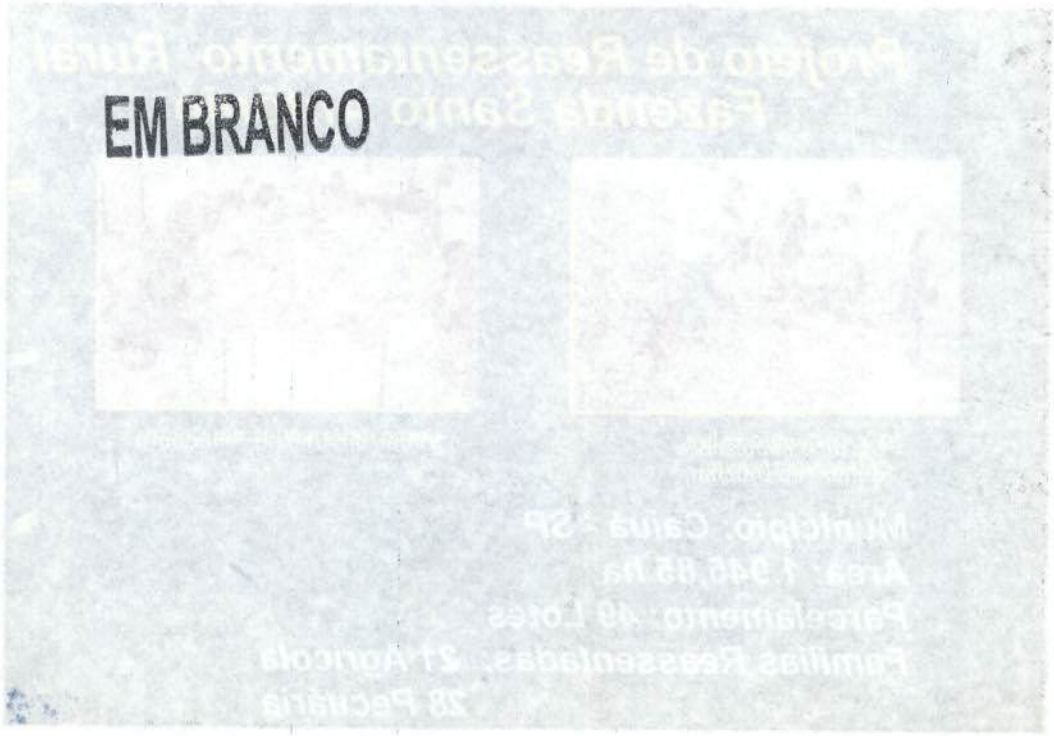
Dia de Campo sobre Cultura do Urucum

Curso de Artefatos em Couro

Município: Caiuá - SP
Área: 1.945,85 ha
Parcelamento: 49 Lotes
Famílias Reassentadas: 21 Agrícola
28 Pecuária



EM BRANCO



Fls 2168
Proc. 1247/92
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Santo Antônio

Curso de Inseminação Artificial

Curso de Sela

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo

- Aplicação e Incorporação de 240 toneladas de calcário em 245 ha
- Plantio de Urucum em 21 ha
- Plantio de mamona em 21 ha
- Plantio de 225 ha de culturas anuais diversas
- Plantio de 22 ha de capineiras
- Produção Mensal de 21.000 litros/ mês
- Estão sendo reassentadas 04 famílias vinda do Reassentamento Buritis - Paulicéia - SP

Cursos Realizados:

- Administração Rural
- Inseminação Artificial,
- Operação e Manutenção de Máquinas Agrícolas
- Artesanato em Couro
- Doma Racional
- Seleiro
- Rédea.

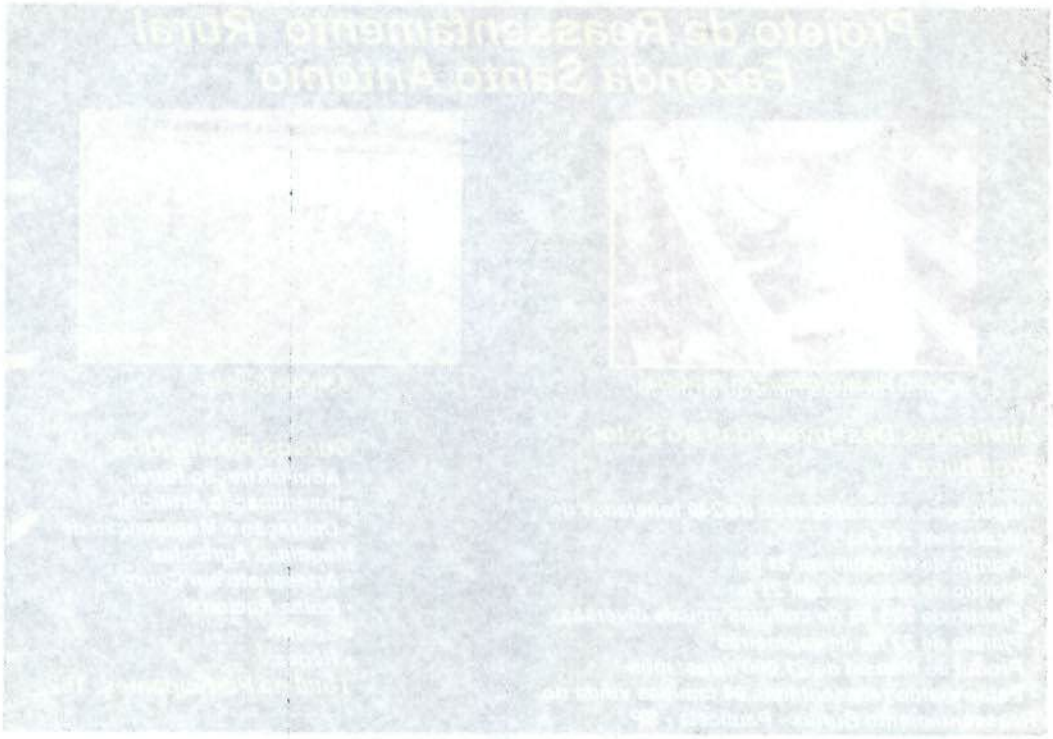
Total de Participantes: 162

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Buritis

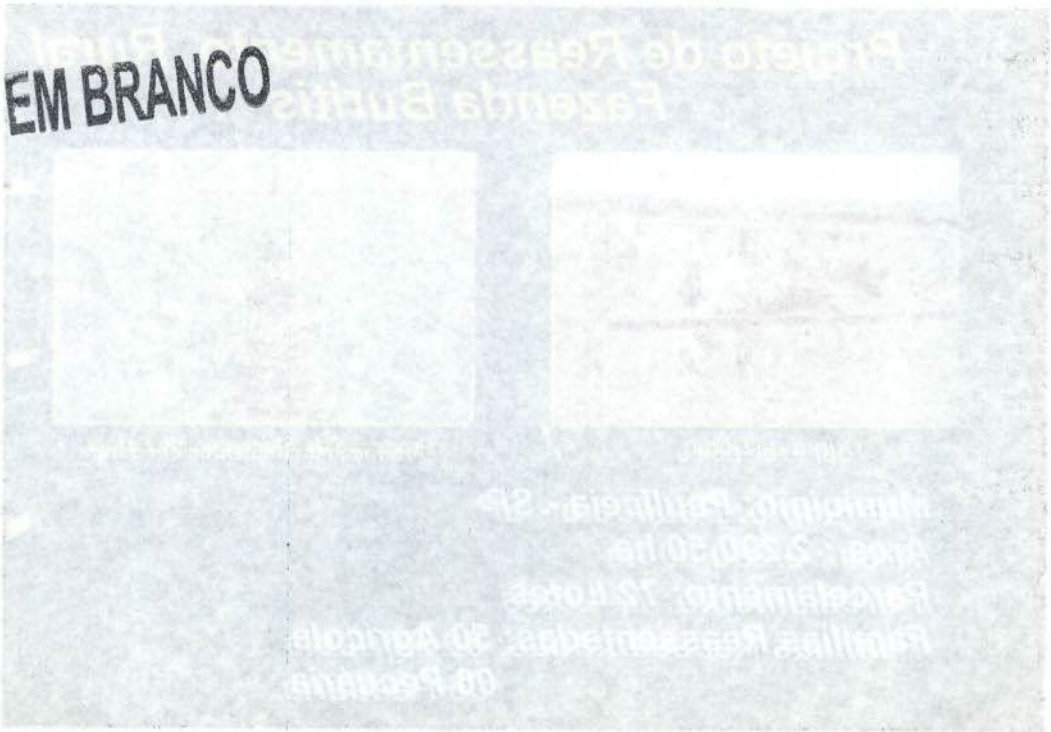
Curso de Doma

Produção de Alimentos em Estufa

Município: Paulicéia - SP
Área : 2.290,50 ha
Parcelamento: 72 Lotes
Famílias Reassentadas: 50 Agrícola
06 Pecuária



EM BRANCO



Fls 2169
Proc. 1247/92
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Buritis

Cultura Anual - Algodão

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo:

- Plantio de 316 ha de feijão
- Plantio 40 ha de mamona
- Plantio de 20.000 mudas de urucum
- Plantio de 22 ha de capineira
- Produção de 146,1 kg de algodão
- Produção de 7.200 kg de amendoim
- Produção de 90.000 kg de abóbora
- Produção de 48.000 kg de mamona
- Produção de 4.500 kg de tomate
- Produção de 11.500 kg de arroz
- Produção de 15.500 litros de leite / mês
- Duas famílias serão reassentadas na 2ª fase
- Foi feita uma remodelação dos lotes, onde foram cedidos mais 4 ha de terra por lote

Cursos Realizados:

- Tratorista,
- Doma Racional
- Inseminação Artificial.

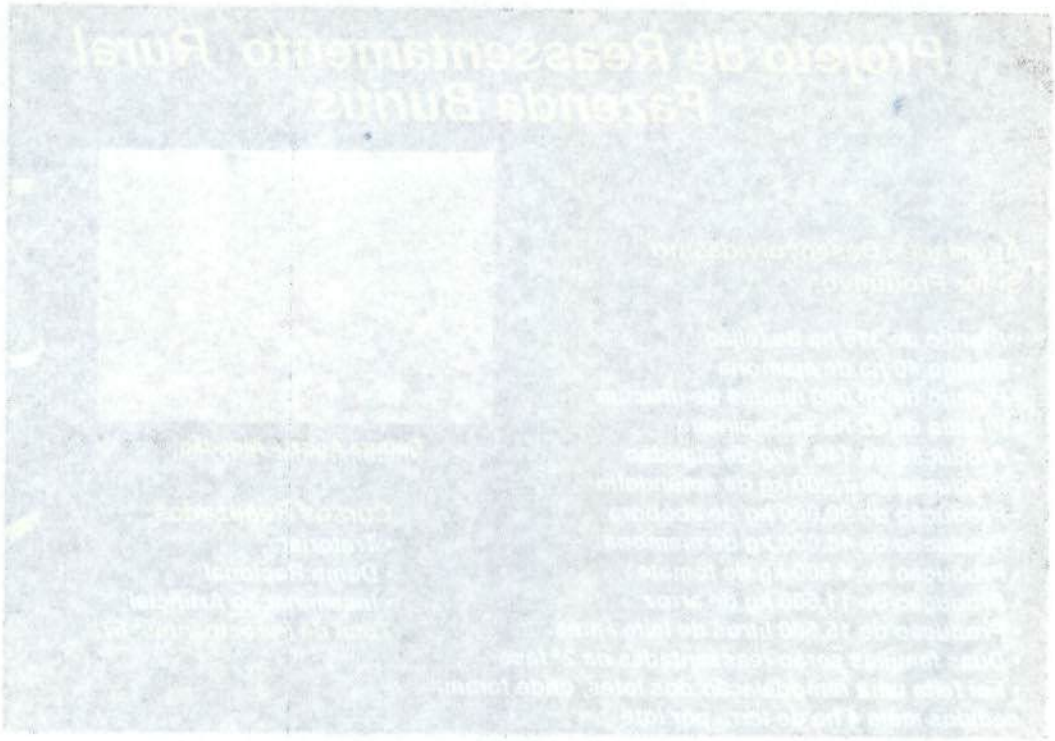
Total de Participantes: 57.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Aruanda

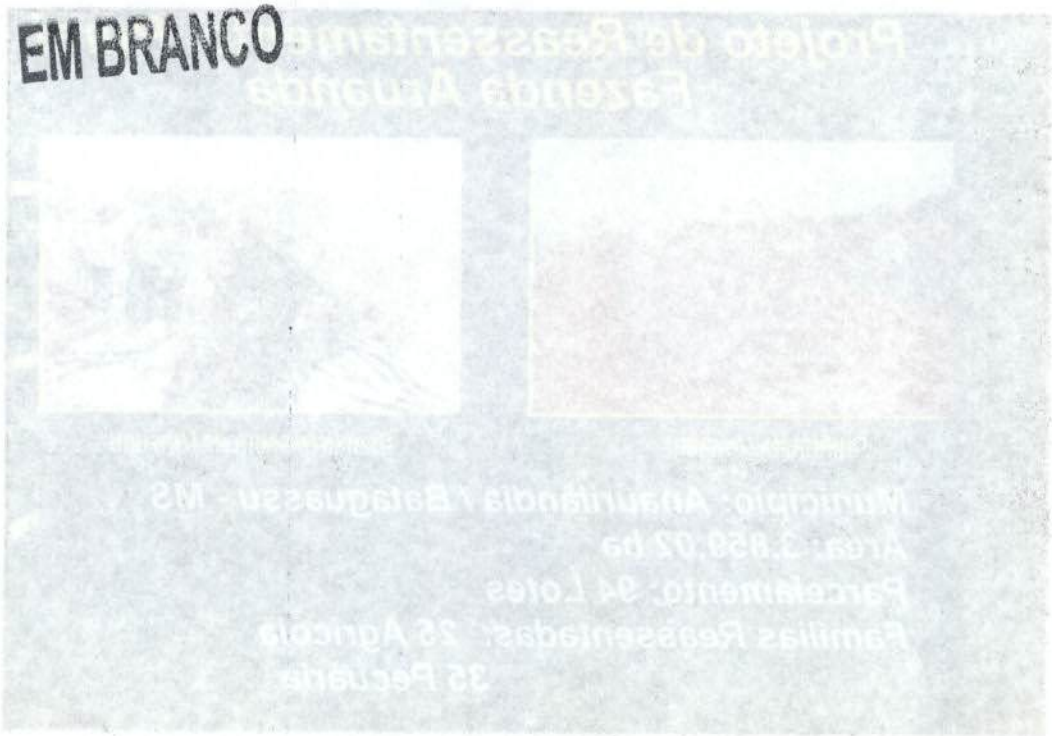
Cultura do Urucum

Beneficiamento de Urucum

Município: Anaurilândia / Bataguassu - MS
Área: 3.859,02 ha
Parcelamento: 94 Lotes
Famílias Reassentadas: 25 Agrícola
35 Pecuária



EM BRANCO



Fls. 2170
Proc. 1247/92
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Aruanda

Cultura Anual - Mandioca

Projeto de Siricicultura - Plantio de Amoras

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo:

- Plantio de mandioca em 50 ha
- Campanha de vacinação anti - aftosa - 1.431 animais
- Plantio de 60.200 mudas de urucum em 59,7 ha
- Plantio de mamona em 60 ha
- Implantação da Siricicultura
- Implantação da Suinocultura em parceria com a iniciativa privada

Cursos Realizados:

- Plantio de urucum
- Desintegrador de Alimentos para Animais.

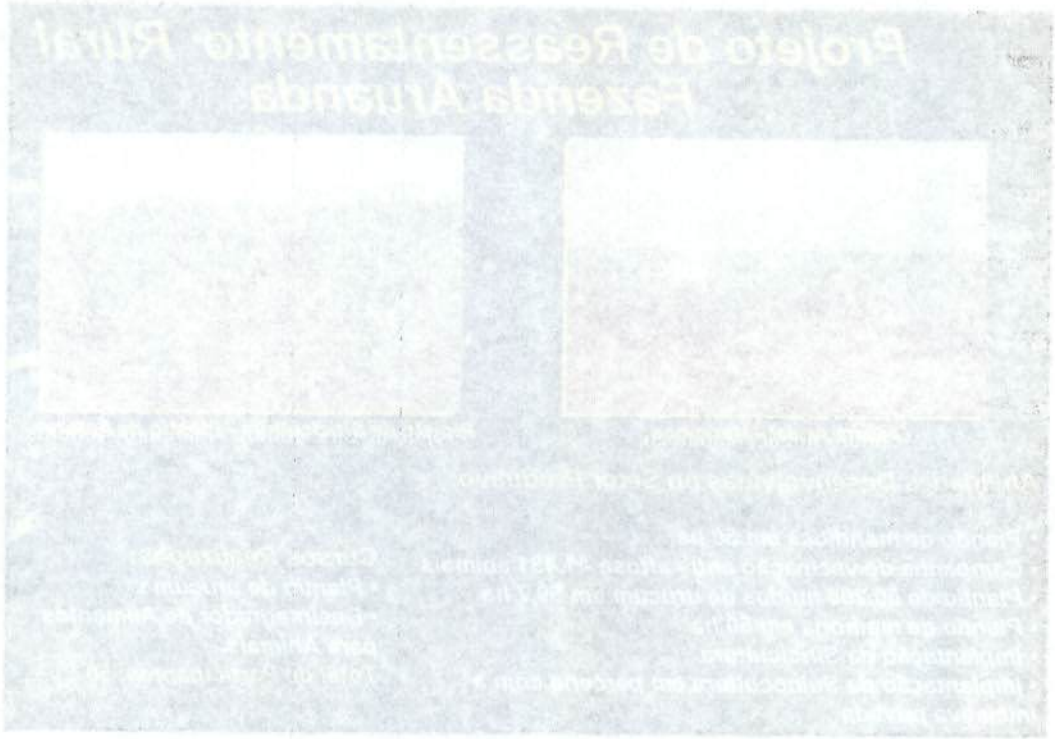
Total de Participantes: 50.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Santa Ana

Culturas Anuais - Milho

Vista Aérea - Lote Agrícola

Município: Anaurilândia - MS
Área: 2.768,64 ha
Parcelamento: 74 Lotes
Famílias Reassentadas: 47 Agrícola
25 Pecuária



EM BRANCO

Fls 2171
Proc. 1247/92
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Santa Ana

Culturas Anuais - Arroz

Preparo de Solo

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo:

- Aplicação e Incorporação de 954 toneladas de calcário em 360 ha
- Plantio de Urucum em 50 ha
- Implantação de Farinheira Familiar
- Plantio de 250 ha de culturas anuais diversas
- Produção de 1.300 Kg de Rapadura
- Produção Mensal de 28.300 litros/ mês

Cursos Realizados:

- Confinamento,
- Fabricação de Produtos de Limpeza,
- Conserva de Frutas e Hortaliças
- Doma Racional
- Adestramento de Eqüinos,
- Casqueamento de Eqüinos,
- Fabricação Caseira de Derivados de Leite.

Total de Participantes: 127.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Pedra Bonita

Colheita de Melancias

Plantio de Tomate

Município: Brasilândia - MS
Área: 3.340,06 ha
Parcelamento: 86 Lotes
Famílias Reassentadas: 54 Agrícola
32 Pecuária

EM BRANCO

Fls. 2172
Proc. 1247/97
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Pedra Bonita

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo:

- *Preparo de solo em 105 ha*
- *Formação de 294 ha de pastagens*
- *Formação de 30 ha de capineira*
- *Plantio de 250 ha de culturas anuais diversas - safra 99/00*
- *Plantio de 10 ha de café*
- *Implantação de pecuária leiteira em 13 lotes*
- *Produção de 100.00 mudas de café em parceria com a Prefeitura*
- *Implantação de 20 ha de urucum*
- *Construção de 02 casas nos lotes E-06 e E-13,*
- *Em fase de conclusão o Centro Comunitário*
- *Foram reassentadas 65 famílias na 1ª fase, restando mais 19 famílias a serem reassentadas para a 2ª fase - em andamento*

Vista Aérea do Projeto

Cursos Realizados:

- *Manutenção de Trator,*
- *Inseminação Artificial e*
- *Capacitação Rural*
- *Combate a Incêndio - Corpo de Bombeiros / Polícia Florestal*
- *Apicultura*
- *Regulagem de Implementos Agrícolas*
- *Alfabetização*

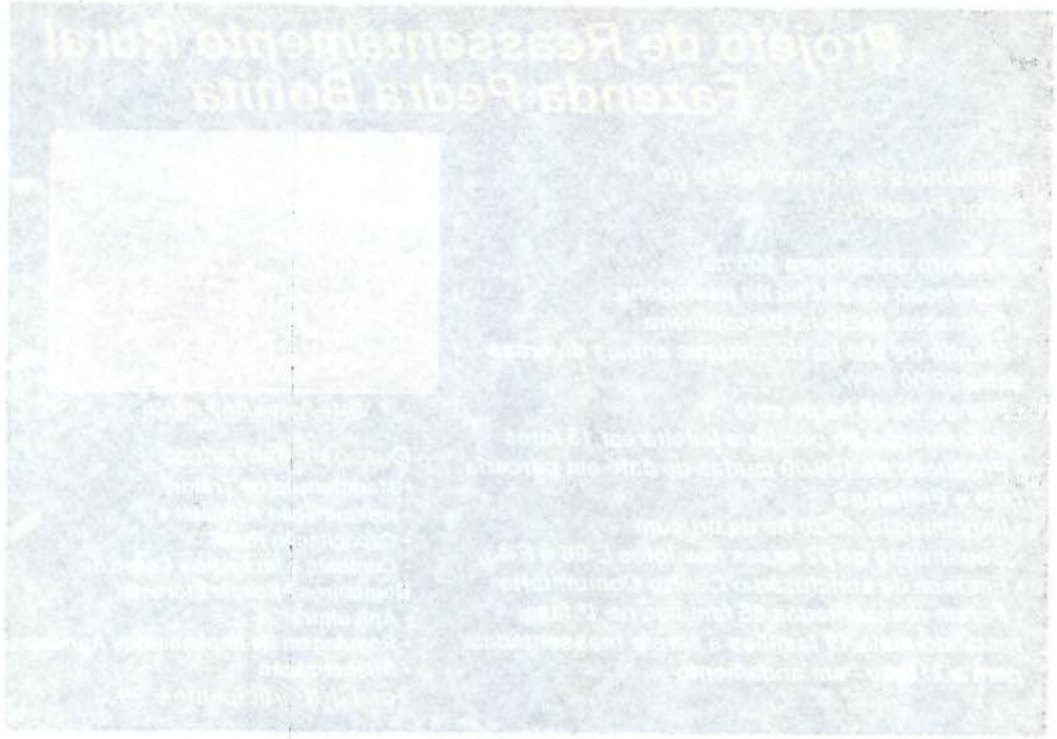
Total de Participantes: 99.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Buriti

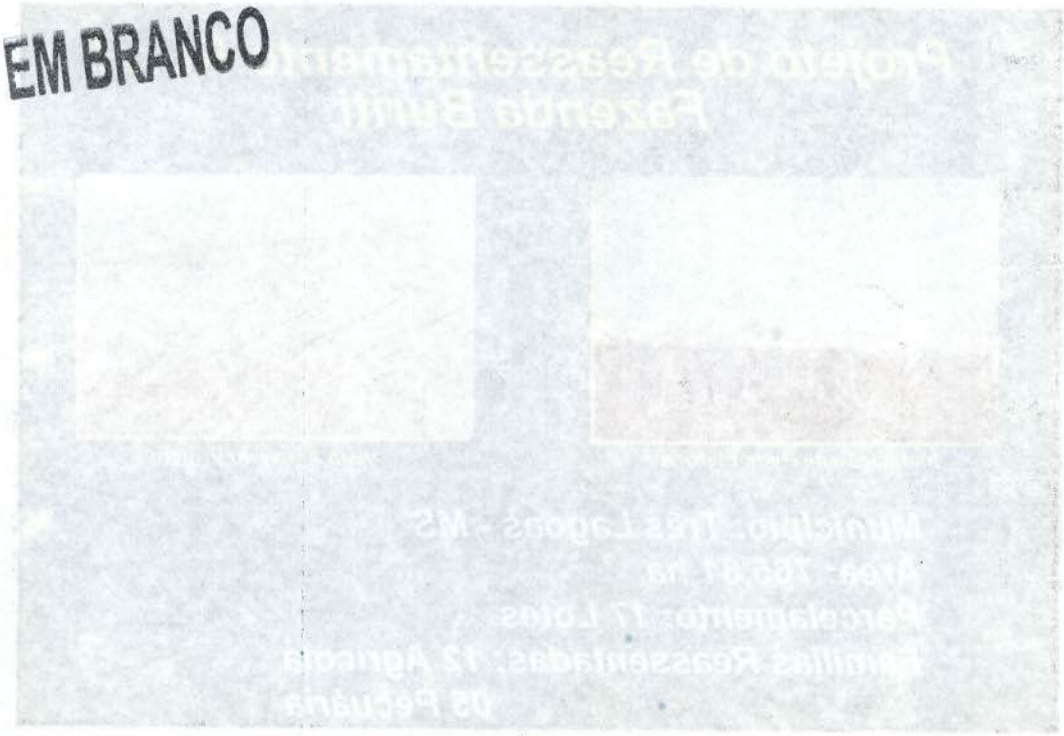
Instalação de Rede Elétrica

Vista Aérea do Projeto

Município: Três Lagoas - MS
Área: 765,81 ha
Parcelamento: 17 Lotes
Famílias Reassentadas: 12 Agrícola
05 Pecuária



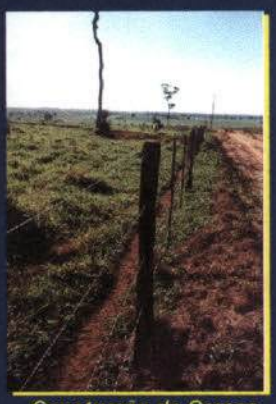
EM BRANCO



Fls 2173
Proc. 1347/92
Rubr.

Projeto de Reassentamento Rural Fazenda Buriti

Construção e Recuperação de Estradas Internas



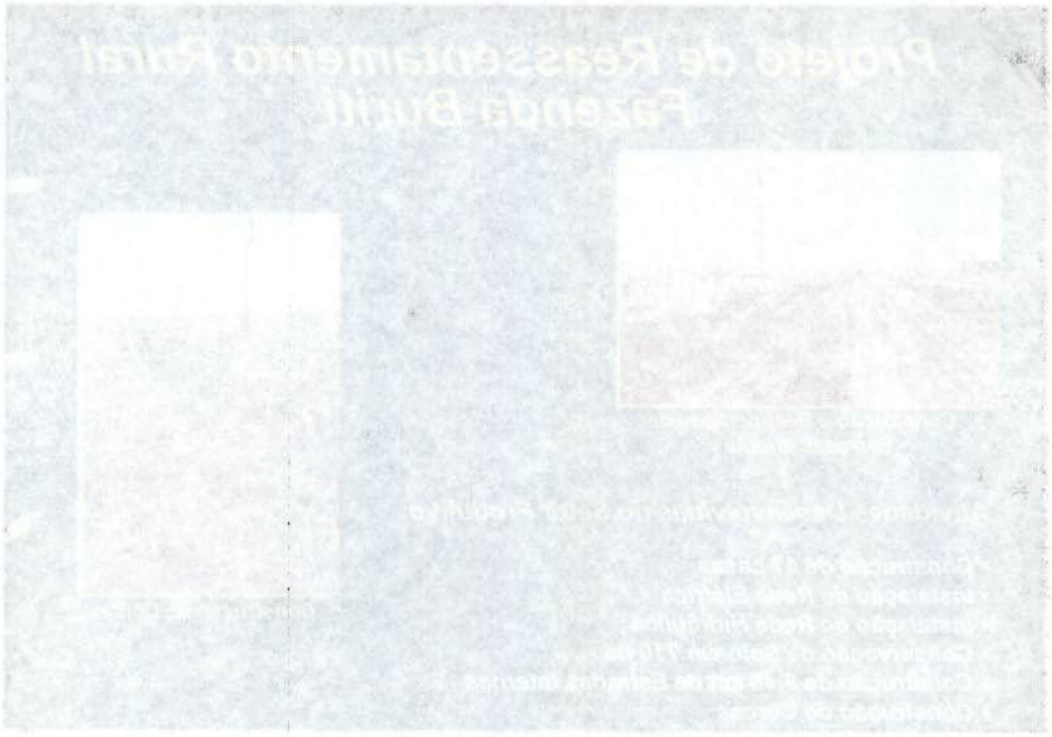
Construção de Cercas

Atividades Desenvolvidas no Setor Produtivo:

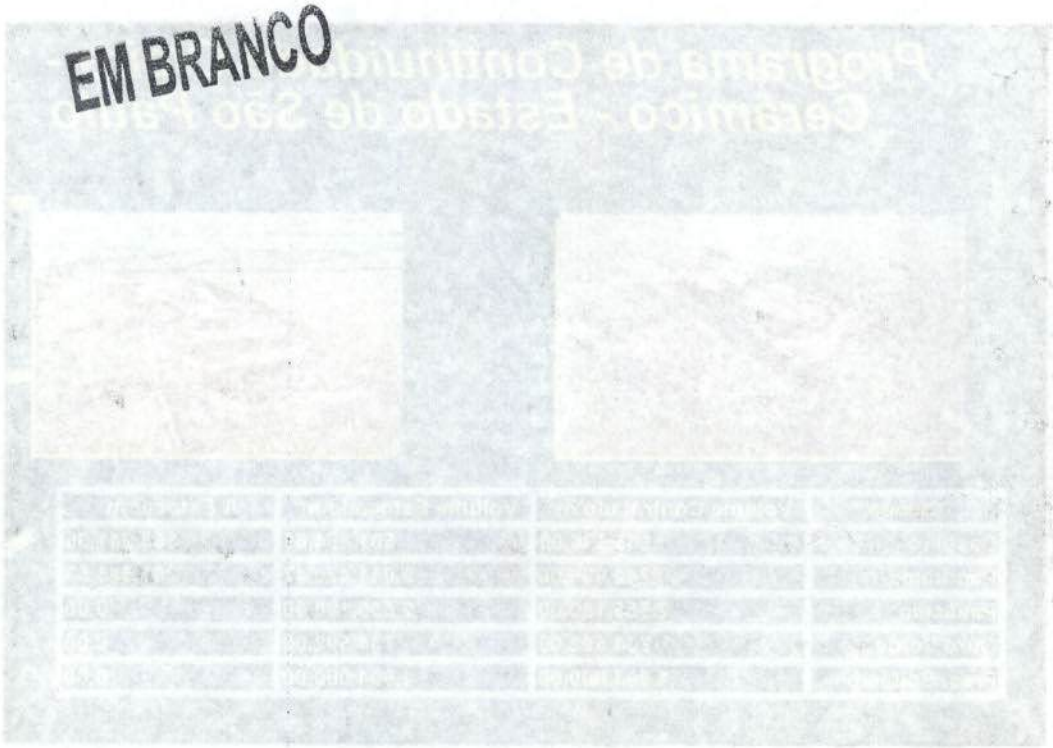
- *Construção de 17 casas*
- *Instalação de Rede Elétrica*
- *Instalação de Rede Hidráulica*
- *Conservação de Solo em 710 ha*
- *Construção de 9,45 km de Estradas Internas*
- *Construção de Cercas*

Programa de Continuidade Oleira - Cerâmico - Estado de São Paulo

Cidade	Volume Contratado m³	Volume Estocado m³	A Estocar m³
Castilho	865.136,00	501.894,65	363.241,35
Panorama	9.242.966,00	9.041.420,47	201.545,53
Paulicéia	2.555.180,00	2.555.180,00	0,00
Ouro Verde	734.592,00	734.592,00	0,00
Pres. Epitácio	1.994.000,00	1.994.000,00	0,00



EM BRANCO



Fls. 2174
Proc. 1247/92
Rubr.

Programa de Continuidade Oleira - Cerâmico - Estado de Mato Grosso do Sul

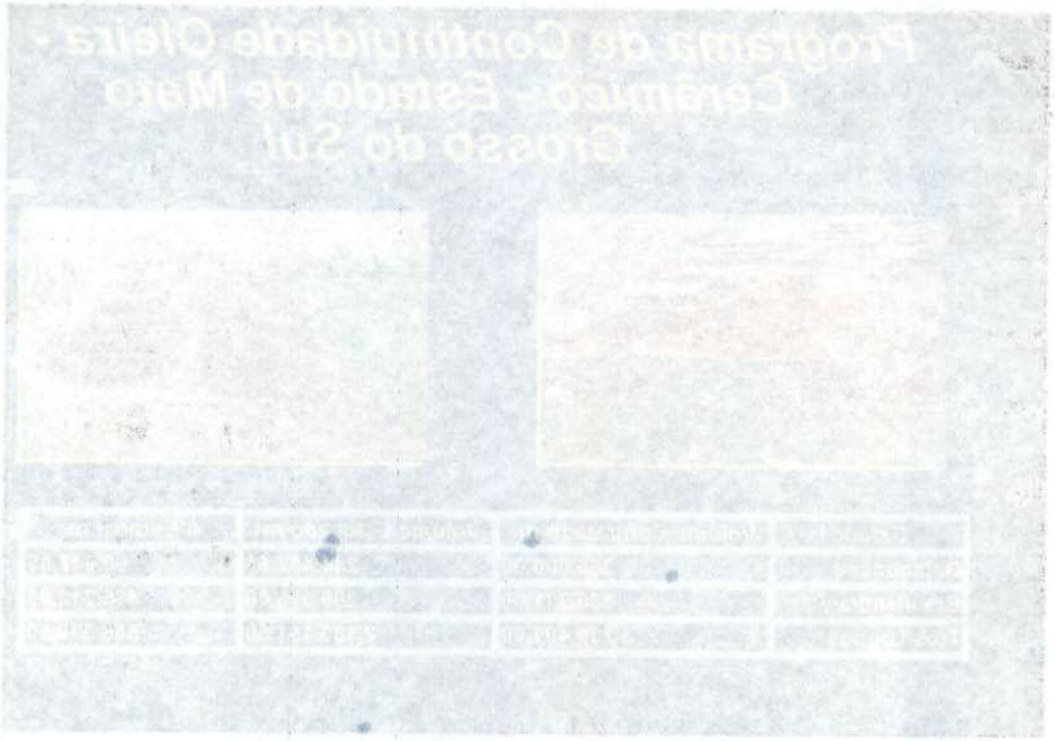
Cidade	Volume Contratado m³	Volume Estocado m³	A Estocar m³
Bataguassu	305.000,00	244.452,55	60.547,45
Brasilândia	686.711,00	200.398,00	486.313,00
Três Lagoas	3.139.491,00	2.583.151,50	556.339,50

Programa de Resgate Arqueológico Estado de Mato Grosso do Sul

Estrutura de Sepultamento

Trincheira Arqueológica

- Os trabalhos relativos às cotas 257/259 m tiveram início em 1998 e o cronograma de atividades, previsto no contrato com a FAPEC foi concluído. Foram encontrados 118 sítios arqueológicos, e escavados 22 sítios (20%)



EM BRANCO

Fls. 2175
Proc. 1247/92
Rubr.

Programa de Resgate Arqueológico Estado de São Paulo

Peça Cerâmica

- Foram encontrados 145 sítios arqueológicos, e escavados 10 sítios (20%) na Cota 253 metros- Convênio FUNDACTE / UNESP

Plainas sobre Eixo

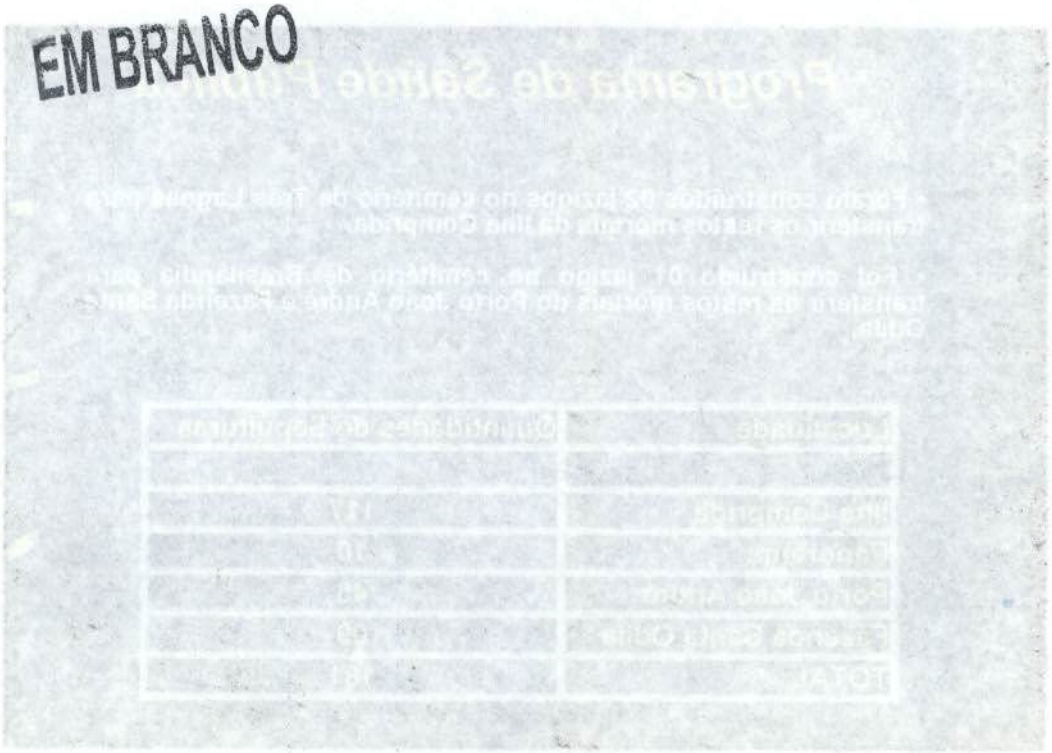
Cronograma de Atividades da Cota 259 metros												
	j	f	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d
Gabinete					X	X				X		
Campo					X	X				X		
Laboratório					X	X				X		
Relatório Técnico					X	X				X		

Programa de Saúde Pública

- Foram construídos 02 jazigos no cemitério de Três Lagoas para transferir os restos mortais da Ilha Comprida.
- Foi construído 01 jazigo no cemitério de Brasilândia para transferir os restos mortais do Porto João André e Fazenda Santa Odila.

Localidade	Quantidades de Sepulturas
Ilha Comprida	117
Panorama	10
Porto João André	45
Fazenda Santa Odila	09
TOTAL	181

EM BRANCO



Fls 2176
Proc. 1247/92
Rubr.

Programas de Diagnóstico Sanitário Ambiental dos Municípios pertencentes a área de influência da UHE Eng.º Sérgio Motta

Objetivo:

1. Identificar e avaliar:

- Locais de captação e tratamento de água.
- Destino final e tratamento de resíduos sólidos
- Sistema de esgotamento sanitário

2. Elaborar diagnóstico e propor soluções para os problemas identificados.

Convênios:

MS - Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo
SP - Centro de Vigilância Sanitária / SES

Programa de Salvaguarda da População

Objetivo:

- Salvaguadar a população contra acidentes com animais peçonhentos nas áreas de influência durante o enchimento do reservatório.

Ações
- Visitas a propriedades ribeirinhas;
- Palestras em todas as escolas próximas as áreas de influência;
- Palestra do Instituto Butantan para os médicos e enfermeiros dos municípios impactados;
- Distribuição de cartazes e panfletos comunicando sobre o enchimento do lago.

Material:
- 1.000 cartazes sobre animais peçonhentos
- 1.000 cartazes avisando sobre o enchimento
- 20.000 panfletos sobre animais peçonhentos e enchimento do lago.

Cronograma:
- 02 meses antes do enchimento do reservatório, realizar uma reunião com o Instituto Butantan para acerto de treinamento de profissionais na área médica e abastecimento de soro nos hospitais e postos de saúde.

EM BRANCO

Fls. 2177
Proc. 1241/92
Rubr.

Programa de Limpeza de Reservatório

• Objetivo:

- Fiscalizar e acompanhar a limpeza da área inundada pelo Reservatório, demolindo e retirando as construções que restarem, desinfectando e neutralizando focos de contaminação, para prevenção na qualidade da água e eliminando obstáculos para o uso do corpo de água.

Demolição de Casa em Área a Ser Inundadas

• Ações:

- Através de visitas, estão sendo feitos os levantamentos das propriedades para dimensionamento dos serviços da 2º fase do enchimento.

Memória Regional

• Estão sendo feitos levantamentos em todas as cidades impactadas pelo enchimento do reservatório da UHE Eng.º Sérgio Motta, para futura construção de um memorial na cidade de Rosana - SP - Primavera

EM BRANCO

Fls. 2178
Proc. 1247/92
Rubr.

Programa de Educação Ambiental

LOCAL	VISITANTES 1º SEMESTRE 2.000	VISITANTES ACUMULADOS
Centro de Conservação da Fauna Silvestre de Ilha Solteira	12.441	34.369
Barco Água Vermelha	6.243	18.394
Ônibus Educação Ambiental	1.562	1.562
Cursos e Palestras Ambientais - Professores	139	473
Palestras para Pessoas Oriundas das Áreas de Relocação de Fauna	171	753
Maquete Reservatório	2.060	2.060
Palestra – Soltura de Alevinos	1.066	1.066
TOTAL GERAL	23.682	58.677

Programa de Educação Ambiental

Ações:

- Conclusão do Centro de Educação Ambiental, que atenderá os municípios impactados através de:
- Oficinas para Professore,
- Oficinas para Alunos
- Trilhas Entrepretativas
- Parque Ecológico
- Paletras sobre Preservação
- Trabalhos com a Comunidade Reassentada no Local
- Atendimento de 5.000 alunos até o final de 2.000 pelo Barco de Educação Ambiental Água Vermelha
- Formação de + 120 professores através do Curso de Educação Ambiental no 2º Semestre de 2.000, nos municípios de Panorama, Paulicéia, Monte Castelo e Nova Independência.

EM BRANCO

Fls. 2179
Proc. 1247/92
Rubr.

Sub - Programa de Reassentamento Urbano

Origem	Destino	N.º de Famílias	Capacidade
Pres. Epitácio	Bloco Residencial Mudanças a Realizar Beneficiários Não Encontrados	84 01 02	87
Porto João André	Processo de Implantação	133	133
TOTAL			220

Sub - Programa de Apoio Social

Origem	Destino	Nº de Famílias	Cadastro
Castilho	Aguardando Carta de Crédito	05	05
Panorama	Aguardando Carta de Crédito Casa Entregue	01 01	02
Pauliceia	Aguardando Carta de Crédito	01	01
Pres. Epitácio	Bloco Residencial Casa Alugada	11 05	16
Teodoro Sampaio	Bloco Residencial	01	01
Anaurilândia	Casas Entregues Carta de Crédito Aguardando Carta de Crédito	07 02 01	10
Bataguassu	Conv. Pref x CESP	16	16
Brasilândia	Casas Entregues Carta de Crédito 2ª. Fase – Cota 259 Porto João André	03 02 15	20
Sta. Rita do Pardo	Casa Entregue	01	01
Três Lagoas	Aguardando Carta de Crédito	11	11
TOTAL		83	83

EM BRANCO

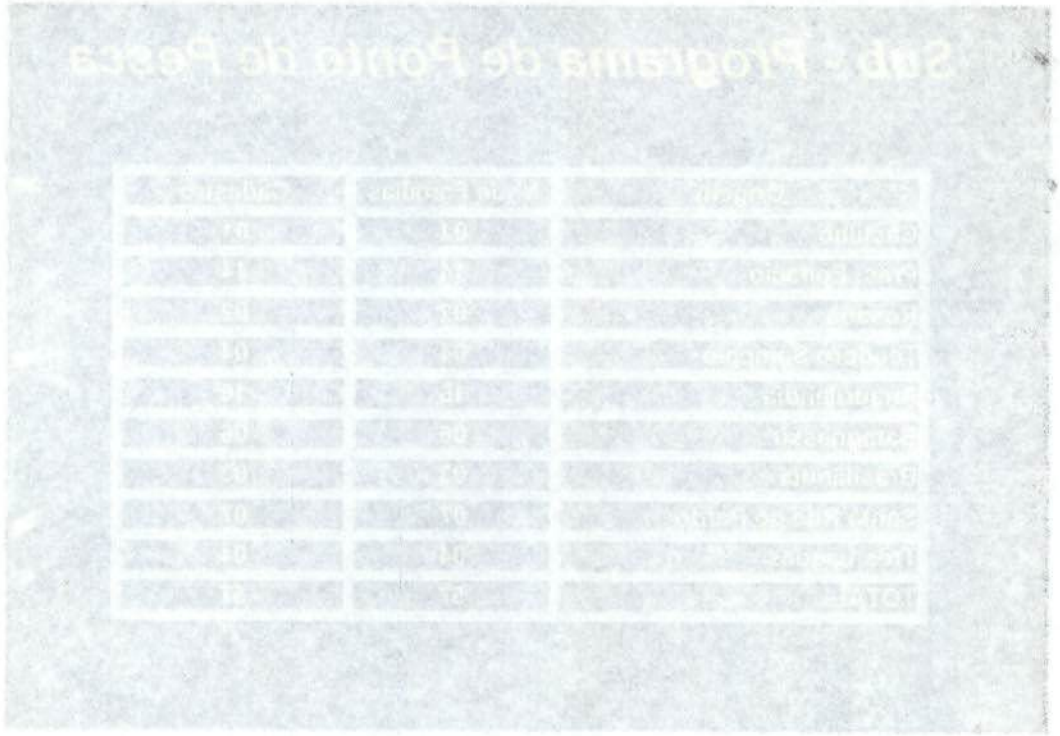
Fls 2180
Proc. 1247/92
Rubr.

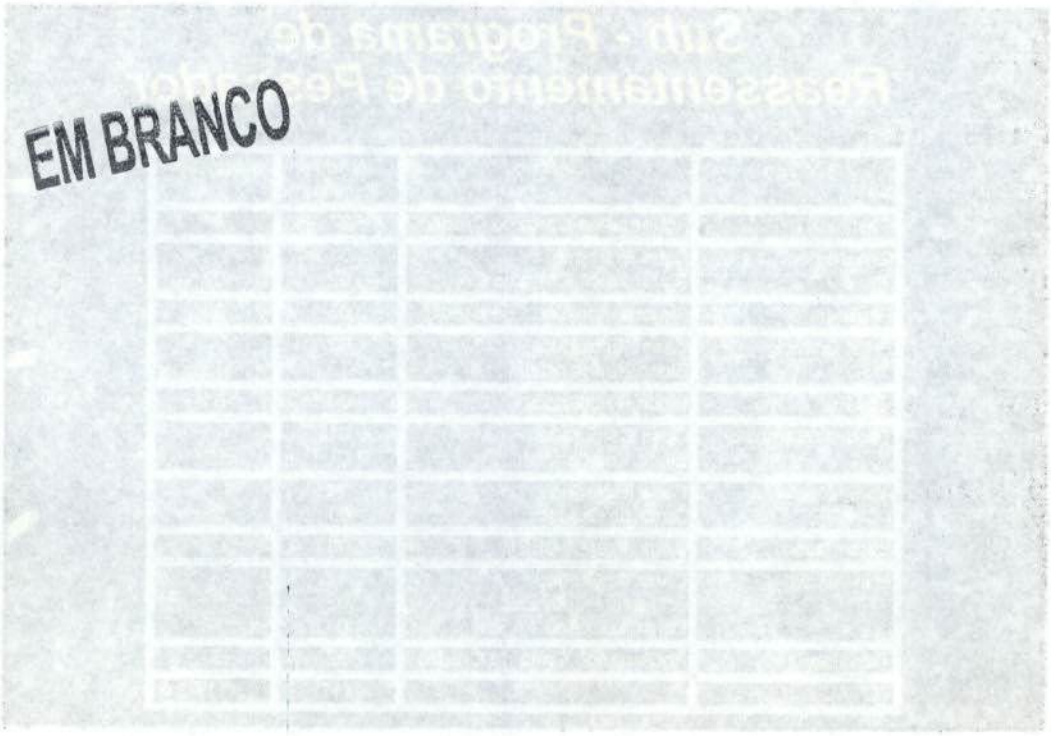
Sub - Programa de Ponto de Pesca

Origem	Nº de Famílias	Cadastro
Castilho	01	01
Pres. Epitácio	14	14
Rosana	02	02
Teodoro Sampaio	04	04
Anaurilândia	16	16
Bataguassu	06	06
Brasilândia	03	03
Santa Rita do Pardo	07	07
Três Lagoas	04	04
TOTAL	57	57

Sub - Programa de Reassentamento de Pescador

Origem	Destino	Nº de Famílias	Cadastro
Castilho	Aguardando Carta de Crédito	37	37
Panorama	Casa Entregue Aguardando Carta de Crédito	01 02	03
Paulicéia	Aguardando Carta de Crédito	03	03
Pres. Epitácio	Casas Entregues Bloco Residencial	01 12	13
Rosana	Bloco Residencial	04	04
Teodoro Sampaio	Casa Comprada Bloco Residencial	01 01	02
Anaurilândia	Casa Entregue Carta de Crédito	04 01	05
Bataguassu	Conv. Pref. X CESP	08	08
Brasilândia	Carta de Crédito 2ª. Fase – Cota 259 Porto João André	02 08	10
Três Lagoas	Aguardando Carta de Crédito	32	32
TOTAL		117	117




EM BRANCO

Fls. 2181
Proc. 1247/92
Rubr.

Sub - Programa de Apoio a Mão de Obra

Origem	Destino	Área (ha)	N.º de Famílias	Capacidade
Castilho	Barra Rio Aguapeí: - Indenização 20 Salários - Não decidiram 20 sal. ou 05 ha Acima Barra Rio Aguapeí: - Aguardando Definição	- - -	 05 14 45	 64
Panorama	Indenização 20 Salários Quer ser relocado para RCP	-	05 01	06
Paulicéia	Indenização 20 Salários Não Foi Localizado	-	02 01	03
Pres. Epitácio	Indenização 20 Salários Indenização 05 ha Não Forma Localizados	-	18 07 04	29
Teodoro Sampaio	Aguardando Definição	-	01	01
Anaurilândia	Faz. Santa Rosa	354.63	51	51
Bataguassu	Faz. Santa Paula	590.00	89	89
Brasilândia	Faz. Santa Ana	715.00	110	110
Sta. Rita do Pardo	Faz. Santa Zélia	139.83	20	20
Três Lagoas	Aguardando Definição Optou por indenização – desistência	-	30 01	31
TOTAL		1.799,46	404	404

Cartas de Crédito

Número de Cartas de Crédito por Município

MUNICÍPIOS	N.º DE FAMÍLIAS
MATO GROSSO DO SUL	
Anaurilândia	03
Três Lagoas	44
SUB TOTAL	47
SÃO PAULO	
Panorama	27
Paulicéia	04
Castilho	42
SUBTOTAL	73
TOTAL	120

Valor das Cartas de Crédito por Município

MUNICÍPIOS	VALOR MÁXIMO R$
MATO GROSSO DO SUL	
Anaurilândia	9.563,00
Três Lagoas	12.020,00
SÃO PAULO	
Panorama	13.907,00
Paulicéia	10.846,00
Castilho	10.661,00

EM BRANCO

Fls 2182
Proc. 1247/98
Rubr.

Programa de Reinserção do Setor de Areia e Cascalho

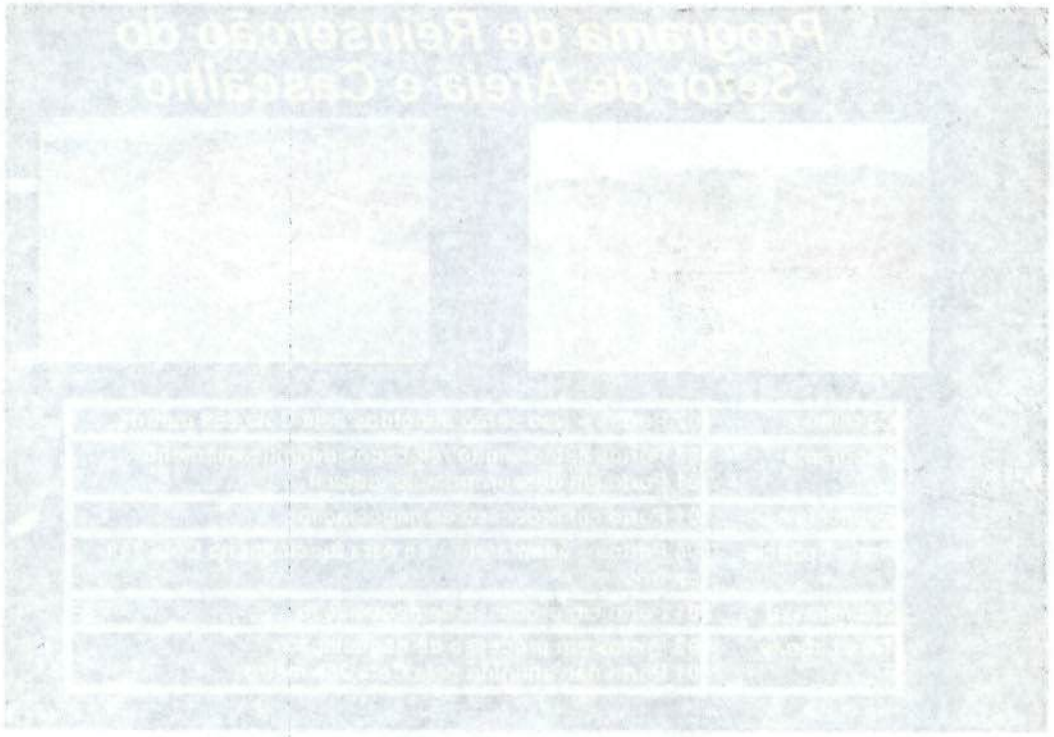
Castilho	02 Portos – Não serão atingidos pela Cota 259 metros
Panorama	03 Portos estão sendo relocados definitivamemente 01 Porto em desapropriação judicial
Paulicéia	01 Porto em processo de negociação
Pres. Epitácio	05 Portos – adaptaram – se para funcionar na Cota 259 metros
Bataguassu	01 Porto em processo de negociação
Três Lagoas	02 Portos em processo de negociação 01 Porto não atingido pela Cota 259 metros

Programa de Requalificação de Mão de Obra

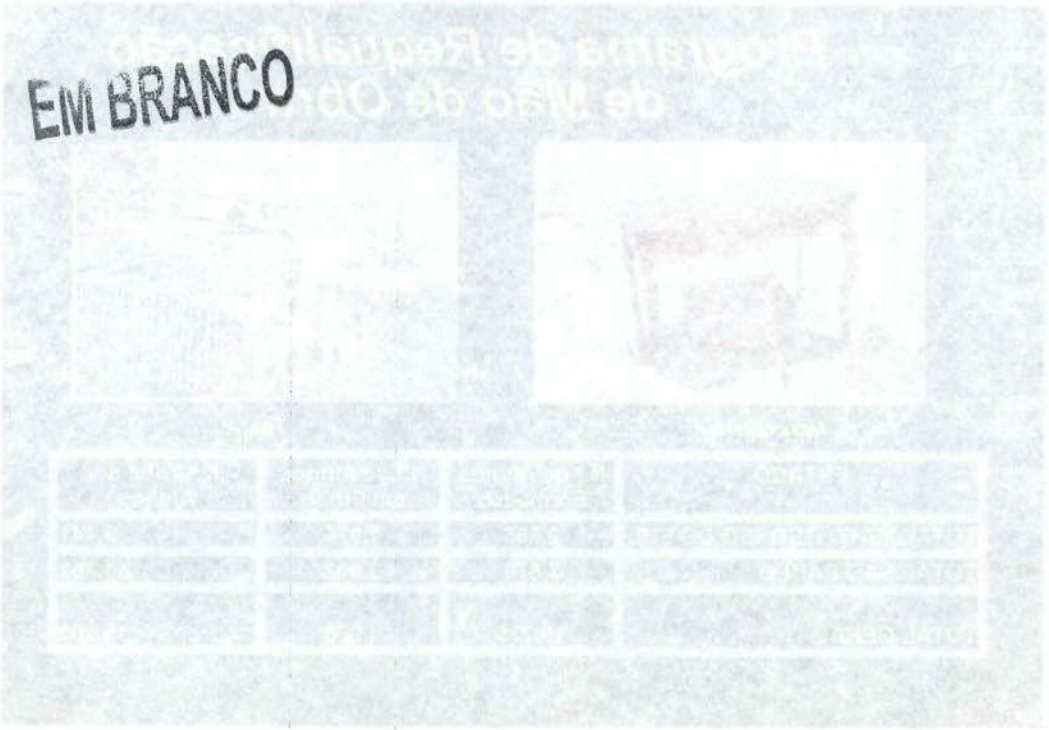
Marcenaria

Tear

ESTADO	N.º de Alunos Formados	N.º de Alunos em Curso	N.º Total de Alunos
TOTAL MATO GROSSO DO SUL	2.365	1.076	3.441
TOTAL SÃO PAULO	7.870	3.892	11.762
TOTAL GERAL	10.235	4.968	15.203



EM BRANCO



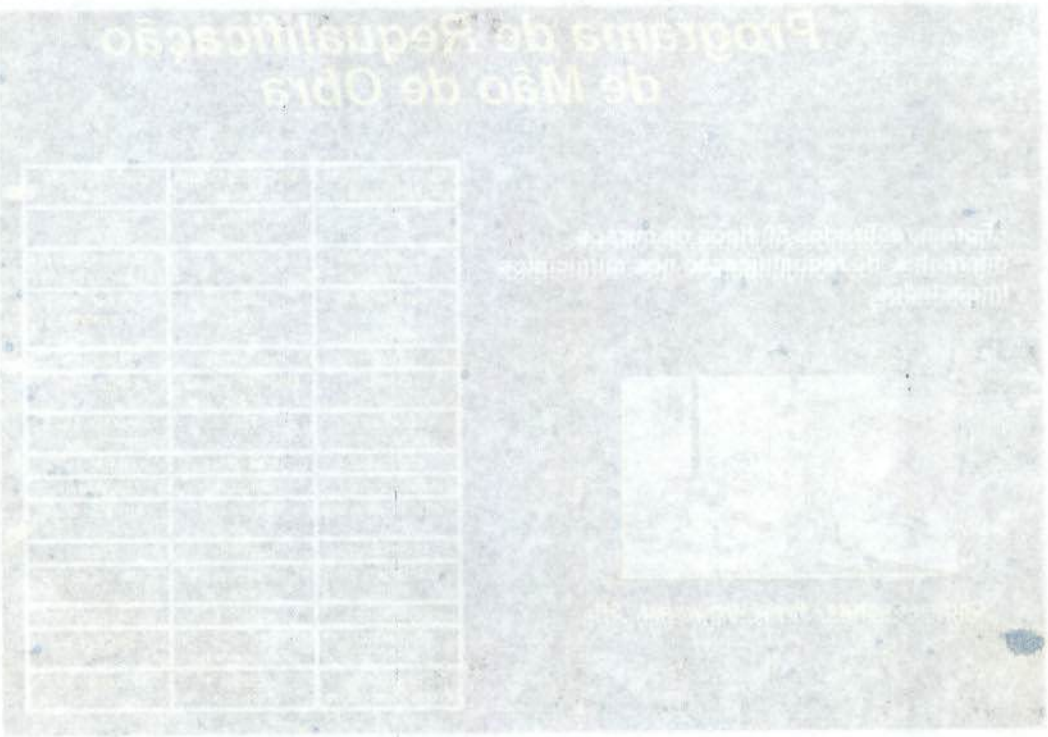
Fls 2183
Proc. 1247/97
Rubr.

Programa de Requalificação de Mão de Obra

- Foram realizados 60 tipos de cursos diferentes de requalificação nos municípios Impactados

Corte e Costura - Pres. Venceslau - SP

Curso de Injeção Eletrônica	Mecânica Motor Diesel	Reciclagem de Papel
Dança	Secretariado	Entalho em Madeira
Escultura em Argila	Patina	Manutenção em Motor de Polpa
Fabricação de Sabão e Detergente	Lingirie	Pintura em Porcelana
Letreiro	Ismirna	Mecânica
Luteria	Móveis Cana da Índia	Bijuterias
Manicure e Pedicure	Tear	Instalações Hidráulicas
Matelassê	Informática	Bordado
Patchwork	Amarril	Maquiagem
Pintura Comercial	Pintura em Tecidos	Arte do Fogo
Ponto Cruz	Vagonite	Tricô
Trançagem em Palha	Confecções de Flores	Corte e Costura
Cabeleireira	Estética	Datilografia
Sapataria	Cerâmica Ornamental	Serigrafia
Conserto de Eletrodomésticos	Hotelaria e Turismo	Torneiro



EM BRANCO

Fls. 2184
Proc. 1247/92
Rubr.

Documentação Fotográfica

EM BRANCO

2185
Proc. 1247/92
Fls.

Foto 1 – Barragem de Porto Primavera - vista da margem esquerda para a margem direita do lado Mato Grosso do Sul. Ao fundo o rio Bahia que foi seccionado pela barragem.

Foto 2 – detalhe da recuperação da área de empréstimo da margem direita, lado do Mato Grosso, detalhe do lençol freático elevado, na cota 253, dificultando a recuperação.

EM BRANCO

Fls 2186
Proc. 1247/92
Rubr.

Foto 3 – reafeiçoamento da área de empréstimo – Margem esquerda, lado de São Paulo, explorada na construção da barragem.

Foto 4 –detalhe da escada de peixe, em construção, na margem esquerda.

EM BRANCO

Fls. 2187
Proc. 1247/92
Rubr.

Foto 5 – local do canal de acesso a escada de peixe.

Foto 6 – detalhe de construção da escada de peixe.

EM BRANCO

Fls 2188
Proc. 1247/93
Rubr.

Foto 7 – vista de ravinamento da margem esquerda, lado de São Paulo.

Foto 8 –detalhe do solapamento em arenio Caiuá, devido ao embate das ondas – margem esquerda, lado paulista.

EM BRANCO

Fls 2189
Doc. 124/92
Rubr.

Foto 9 – detalhe do processo erosivo e ravinamento, lado paulista.

Foto 10 – detalhe de vertente do curso d'água com mata ciliar, mesmo com a proteção, existe processo de assoreamento.

EM BRANCO

2190
1247/92
Rubr.

Foto 11 – erosão com deposição de material próximo a área de drenagem com vegetação preservada.

Foto 12 – tratamento das encostas, local de captação de água da SABESP, em Presidente Epitácio, detalhe de início de processo erosivo no talude ainda não totalmente revegetado.

EM BRANCO

2191
12/7/92
Fls/br.

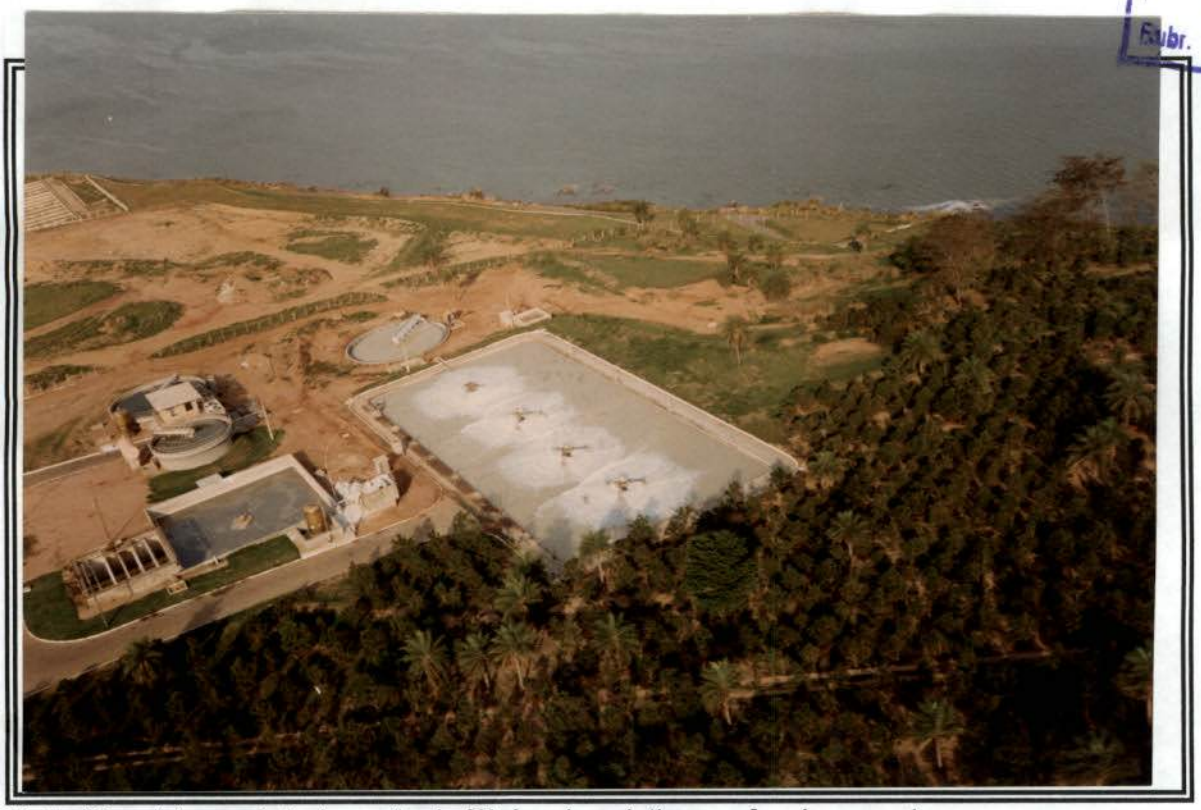


Foto 13 – sistema de tratamento da fábrica de gelatina em funcionamento.

Foto 14– Estação de Tratamento de Presidente Epitácio.

EM BRANCO

Fls. 2192
Proc. 1247/92
Rubr.

Foto 15 – proteção de encostas de Presidente Epitácio, encontra-se satisfatório.

Foto 16 – detalhe da proteção construída pelos areieiros, acima do Porto de Areia, que será relocado em presidente Epitácio.

EM BRANCO

Fls 2193
Proc. 1247/97
Rubr.

Foto 17 – construção da praia artificial.

Foto 18 – continuidade de extração de argila na margem esquerda – atras do loteamento próximo a Bataguassu/MS.

EM BRANCO

Fls 2194
Proc. 1247/92
Rubr.

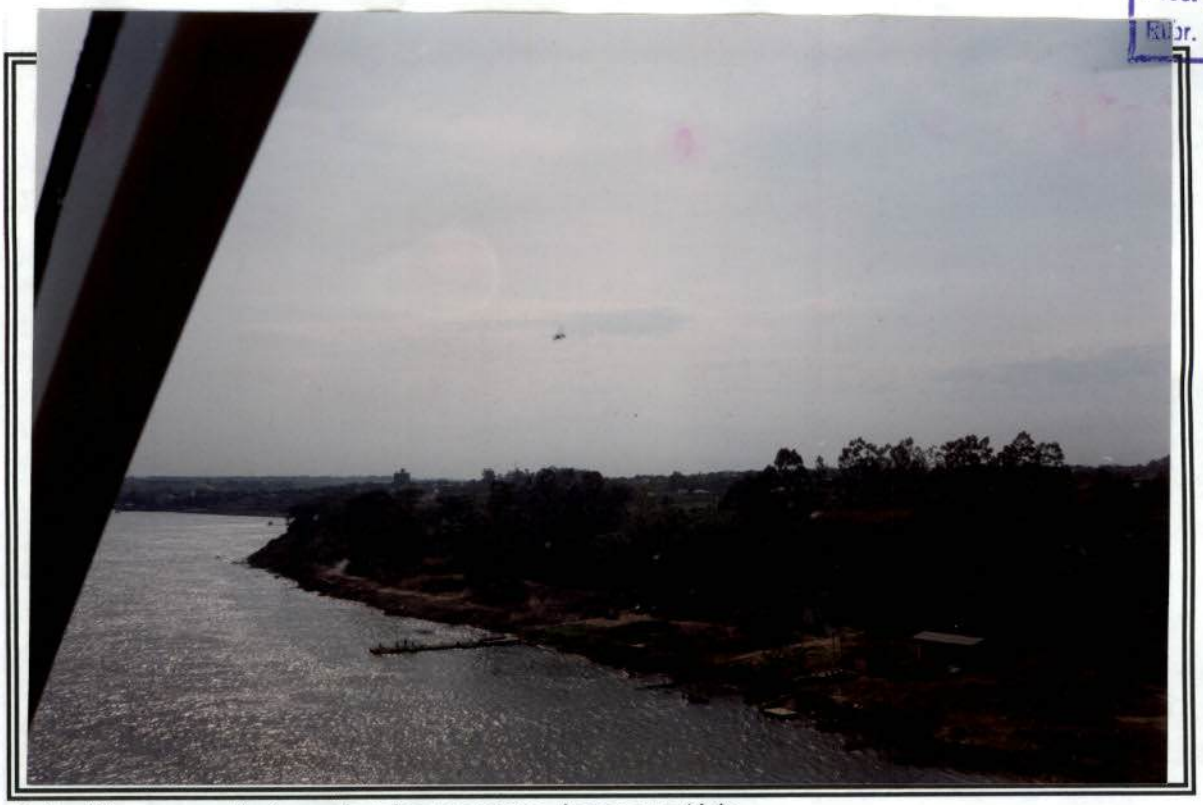


Foto 19 – ocupação irregular das margens do reservatório.

Foto 20 – extração de areia e construção de praia e construção de praia artificial em direção a Bataguassu.

EM BRANCO

Fls. 1195
Proc.
Rubr.

Foto 21 – detalhe de loteamento e praia perto de Bataguassu.

Foto 22 – detalhe do loteamento sendo implantado e processo erosivo na margem do lago.

Fls.: 2195
Proc.: 1247/92
Rubr.:

EM BRANCO

Fls. 2196
Proc. 1247/92
Rubr.

Foto 23 – detalhe do loteamento, com casas em construção.

Foto 24 – Ranchos de pesca de Castilho – detalhe da vegetação ciliar preservada.

EM BRANCO

Fls. 2197
Proc. 1247/92
Rubr.

Foto 25 – Ranchos de Castilho – detalhe da ocupação, construção de rampa de descida de barcos.

Foto 26 – Ranchos de Castilho.

EM BRANCO

Fls. 2198
Proc. 1247/96
Rubr.

Foto 27 – Ranchos de Castilho – detalhe dos ranchos sendo demolidos.

EM BRANCO

Fls 2199
Proc. 1247/92
Rubr.

Recuperação das margens do reservatório faixa de 50m de propriedade da CESP.

Detalhe foto anterior.

EM BRANCO

Fls 2200
Proc. 1247/92
Rubr.

Proteção da faixa marginal

Viveiro de mudas

EM BRANCO

Fls. 2201
Proc. 1247/92
Rubr.

Aspectos da Ilha Comprida, ao fundo área inundada do reservatório

Margem esquerda, lado Sul Mato Grossense restos vegetais, e macrófitas

EM BRANCO

Fls. 2202
Proc. 1247/92
Rubr.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

IBAMA
MMA

NOTA INFORMATIVA Nº /2000

Assunto: UHE Sérgio Motta (Porto Primavera)
Processor:02001.001247/92-97
Data: 21/08/2000
Para: Diretoria de Controle Ambiental

A Usina de Porto Primavera, localizada no rio Paraná, possui licença de Operação para operar com o reservatório na cota 253,00m e continua em fase de implantação para operar na cota 257/259,00m, conforme previsto no projeto.

A CESP consultou o IBAMA, em 28/10/98, reiterando a solicitação em 24/02/99, sobre a permanência dos denominados Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho. No documento apresentado pela CESP, tratam-se de 216 propriedades localizadas nas margens do rio Paraná, que, embora estejam localizadas na cota prevista para desapropriação, não serão inundadas pelo enchimento do reservatório. Destes, apenas 31 ranchos estarão sujeitos a inundações periódicas, por períodos inferiores a 5% do tempo, condição esta, já existente hoje e não decorrente do enchimento do reservatório, mas das enchentes naturais do rio.

Estas residências ali instaladas denominadas de ranchos, são casas de lazer de padrão médio/alto, ocupadas nos finais de semana por moradores do próprio município e municípios vizinhos. Grande parte destas casas possuem caseiros que ali residem permanentemente.

Existe grande interesse por parte da comunidade e da Prefeitura Municipal de Três Lagoas na permanência dos citados ranchos.

Na área atingida existem as fossas sanitárias que devem ser objeto de cuidados, já que são responsáveis pelo risco de transmissão de doenças, ou contaminação de poços de abastecimento. As residências ai existentes apresentam um sistema de abastecimento baseado na captação de água subterrânea e um sistema de esgoto utilizando-se de fossas sanitárias. O problema de contaminação do aquífero ou desmonoramento de poços de abastecimento poderá ocorrer com a elevação do nível do lençol freático. Assim sugere-se o acompanhamento dos efeitos do lençol freático, e apresentação de propostas de medidas mitigadoras para minimizar os impactos previstos.

A área a ser desapropriada para formação do reservatório foi definida por um decreto antigo, o qual não tivemos acesso, e que foi, recentemente substituído pela Resolução nº 30, de 24/02/99, da Agência Nacional de energia Elétrica - ANEEL. Esta resolução declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Energética de São Paulo - CESP, uma área de aproximadamente 62.855ha para implantação da 2 ª etapa da UHE Porto Primavera.

Esta área de desapropriação, assim definida, gerou espaços diferenciados no entorno imediato do reservatório. Em alguns casos, a faixa de preservação permanente, prevista na legislação como sendo de 100,00m, devido à declividade natural do terreno, foi totalmente desapropriada. Em outros, a faixa desapropriada se restringiu a uma pequena margem de segurança.

A CESP em 1999, consultou este Instituto, sobre a permanência dos ranchos de pesca e lazer de Castilho/SP; e foi elaborado um parecer em 14 de junho de 1999, cuja conclusão está relacionada abaixo:

Quanto à permanência dos ranchos de Castilho, entendemos que, tecnicamente, é aconselhável a permanência dos mesmos na área onde se encontram, pelas seguintes razões:

- *estão localizados na região há muitos anos;*
- *a atividade de lazer ali praticada gera emprego e renda para o município e poderá ser*

EM BRANCO

Fls. 2203
Proc. 1247/98
Rubr.

potencializada com a formação do reservatório;

- *a mata ciliar no entorno das residências encontra-se melhor preservada do que em áreas não ocupadas por residências, onde a mata ciliar foi devastada dando lugar a pastagens.*

Contudo, deverão ser tomadas as seguintes providências:

- *realizar levantamento criterioso no sentido de identificar as residências que não serão afetadas pelo enchimento do reservatório, no sentido de garantir a segurança dos seus moradores;*
- *identificar e propor soluções para os problemas de saneamento básico;*
- *não sejam permitidas novas construções na área.*
- *realizar monitoramento do lençol freático e sua influência nas fossas, e apresentar medidas mitigadoras.*
- *indenizar as propriedades que serão inundadas.*
- *implantar o reflorestamento ciliar nas propriedades remanescentes, conforme previsto na proposta da CESP.*
- *propor medidas de educação ambiental, com a finalidade de garantia da manutenção da mata ciliar.*

Em reunião realizada em 21 de março de 2000, neste IBAMA, com representantes do MP ficou decidido pela retirada dos ranchos de Castilho para que se cumpra a legislação, não aceitando as ponderações da equipe técnica do IBAMA e a premissa de conservação da área.

EM BRANCO

CESP Companhia Energética de São Paulo

1890

Data

Ref. CESP CT/M/1659/2000

Usina Ilha Solteira ISO 9002 Geração de Energia Elétrica CESP

Protocolo IBAMA/DIRCOF Nº 531/6/2000 Data: 24/08/00 Recebido

São Paulo, 16 de agosto de 2000

Fls. 2204 Proc. 1247/92 Rubr.

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte - Ed. Sede
Brasília - DF

Senhora Diretora,

Em atenção ao ofício nº 01.386/2000 - IBAMA/DCA/DEREL, de 10/7/2000, temos a informar o que se segue:

1. **Apresentar processo utilizado na região do Rio do Peixe para amenizar a grande quantidade de matéria orgânica concentrada nessas áreas, que poderá acarretar alteração na qualidade da água.**

   A CESP, a partir da análise dos resultados obtidos no modelo matemático, desenvolvido pelo Prof. Dr. Irineu Bianchini Jr., do Departamento de Hidrobiologia da Universidade Federal de São Carlos, **anexo 1,** concluiu que o desmatamento na região do Rio do Peixe não é necessário, dispondo-se, contudo, a respeitar as regras de enchimento indicadas no estudo.

   O modelo matemático recomenda que a operação de enchimento do reservatório seja executada em duas fases. Na primeira fase, o enchimento do reservatório deverá ser realizado no menor tempo possível - no caso de época chuvosa e, no maior tempo possível - no caso de época seca, até atingir a cota 257m, nela permanecendo por um período mínimo de 3 meses. Decorrido esse período e, desde que observadas as condições de restabelecimento das concentrações de oxigênio dissolvido e do rebaixamento da DBO, o enchimento do reservatório poderá ter continuidade, nos termos já definidos de sazonalidade da operação nas cotas 257/259 m.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

De Ordem,
A Dra Silvia Guedes
P/ as providências
cabíveis.

28.08.00

Fls. 2205
Proc. 1247/92
Rubr.

O enchimento do reservatório nos moldes propostos, em duas fases, ocasionará um benefício equivalente à remoção de vegetação arbórea e de serrapilheira - troncos, galhos e folhas, assim como uma camada orgânica do solo de 10cm de profundidade, da ordem de 70% e de 20% da fitomassa composta por comunidades não-florestais, campos sujos e várzeas. Este aspecto é particularmente relevante, pois reduzirá o período de teores de oxigênio dissolvido abaixo de 4 mg/l e de anaerobiose em até 42%, dependendo da época do enchimento do reservatório.

A fim de verificar as condições locais e discutir os resultados do modelo, colocamo-nos à disposição para a realização de uma vistoria na área objeto da modelagem matemática.

2. Apresentar situação atual dos programas relativos às Unidades de Conservação.

Mato Grosso do Sul

Foi criado o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, com cerca de 73.000 ha, pelo Decreto nº 9.278, de 17/12/98, cuja administração será feita pela Fundação Estadual de Meio Ambiente - Pantanal. A situação dos trabalhos de aquisição das áreas necessárias à formação do Parque é a seguinte:

Situação de aquisição das propriedades	Nº	Área (ha)	%
Total de propriedades cadastradas	**56**	**73.567,2324**	**100**
encaminhadas para homologação pelo TERRASUL	56	**73.567,2324**	100
- homologadas pelo TERRASUL	28	53.832,3737	73,2
- pendentes de homologação	28	19.734,8587	26,8
adquiridas	13	28.479,6877	38,8
encaminhadas para ajuizamento - com imissão na posse	08 00	3.985,1916	5,4
pendentes de aquisição	07	21.367,4944	29,0
posse/benfeitorias de terceiros adquiridas (ranchos)	60		
posse/benfeitorias de terceiros a adquirir (ranchos)	01		
Total de indenizações realizadas/comprometidas (*)	**R$ 21.966.657,17**		

(*) inclui o valor de R$ 846.142,37 referente a terceiros

Foi firmado convênio com a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA/MS, com a interveniência do Ministério Público, a fim de repassar recursos para a administração, implantação e vigilância do Parque. O primeiro repasse, de R$425.000,00, já foi realizado. Até o final deste mês, será feita a entrega das áreas já adquiridas à SEMA/MS.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Foi constituído grupo de trabalho entre a SEMA/MS e a CESP, para definir as obras civis necessárias à implantação do Parque, como o remanejamento e a construção de cercas nas áreas já adquiridas e liberadas. O plano de manejo da área está sendo contratado.

São Paulo

Foi criado o Parque Estadual do Aguapeí, pelo Decreto Estadual nº 43.269, de 2/7/98, com área de 9.043,97741 ha. A situação dos trabalhos de aquisição das áreas necessárias à formação do Parque é a seguinte:

Situação de aquisição das propriedades	**Nº**	**Área (ha)**	**%**
Total de propriedades cadastradas	**27**	**8.770,85**	**100**
com acordo/adquiridas	14	5.039,61	57,5
encaminhadas para ajuizamento - com imissão na posse	09 00	3.721,35	42,4
travessias/estradas	04	9,89	0,1
Total de indenizações realizadas	**R$ 11.268.168,99**		

Foi enviada minuta de convênio para o repasse de recursos ao Instituto Florestal e constituído grupo de trabalho entre o Instituto Florestal e a CESP para implantação do Parque. Em breve, será iniciada a remoção das cercas internas, bem como a implantação das cercas no perímetro.

A Segunda Unidade de Conservação foi definida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e está localizada nas várzeas do Rio do Peixe, ao sul do Rio Aguapeí, dentro da região impactada. Foi realizado o cadastramento e elaborado o memorial descritivo das propriedades. Será enviada à SMA/SP a minuta do decreto para a criação do Parque. Após a criação do Parque, será concretizada a desapropriação das áreas e os trabalhos de implantação serão iniciados.

3. Encaminhar documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.

Encaminhamos cópia das escrituras públicas de desapropriação amigável das áreas já adquiridas das Unidades de Conservação Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Parque Estadual do Aguapeí, **anexo 2**.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

4. Retirar todo material lenhoso resultado do desmatamento da cota 253m, antes do enchimento até a nova cota.

Cerca de 50% do material lenhoso remanescente do desmatamento da cota 253m encontra-se estocado dentro da área de inundação, entre as cotas 253 e 257m. As Prefeituras dos municípios afetados pelo enchimento do reservatório de São Paulo e Mato Grosso do Sul foram notificadas para removê-lo, tendo sido fixado o prazo de 30/9/2000 para a retirada total da madeira. As Prefeituras organizaram um consórcio intermunicipal para leiloar a madeira ainda não retirada. Caso o material lenhoso não tenha sido retirado até 30/9/2000, a CESP fará a remoção.

5. Cumprir ainda as condicionantes específicas 2.26 e 2.29 da LO 024/98

Condicionante 2.26: Mapear a nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório e recuperar suas áreas degradadas

O trabalho de mapeamento da nova faixa de preservação permanente já foi iniciado, mas somente será concluído após o enchimento do reservatório na cota 257/259 m, quando então será possível delimitar, com precisão, o traçado da faixa, considerando a topografia, o tipo de vegetação e demais condições existentes no entorno do reservatório.

Condicionante 2.29: Dar continuidade à Implantação do Programa de Proteção de Encostas Marginais para as cotas 257/259m.

As obras de proteção das encostas previstas até o enchimento do reservatório nas cotas 257/259 m, na região de Presidente Epitácio, incluindo o Trecho do PM Zito - estaca 195 - até o Cais do Porto e a proteção de talude da SABESP - 2ª etapa, foram concluídas em abril de 2000, conforme o cronograma de obras.

Atualmente estão sendo realizados os trabalhos de proteção num trecho de aproximadamente 800m, na região onde está sendo construído o Parque do Povo, em Panorama, com previsão de encerramento em setembro próximo.

Resta um último trecho, de aproximadamente 500 m, localizado na seqüência do trecho acima assinalado, até o Ribeirão Marrecas. O início dos trabalhos está pendente, pois não houve acordo com os proprietários dos portos de areia estabelecidos no local. A previsão estimada dos trabalhos para esse trecho é de 3 meses.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Fls. 2208
Proc. 1247/92
Rubr.

6. Encaminhar o estudo de capacidade de suporte, que deverá dar subsídios quanto à quantidade e espécies de animais que poderão ser realocadas para as áreas previstas.

Reencaminhamos o Projeto Técnico: "Levantamento da Capacidade de Recepção de Fauna dos Remanescentes Florestais na Área de Influência do Reservatório para a cota 257/259m", **anexo 3**, o qual já foi enviado ao IBAMA pela CT/M/1024/99, em 19/3/99.

7. Reestruturar o Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais.

Decorridos seis meses após o enchimento do reservatório na cota 253m, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT realizou trabalhos de inspeção e monitoramento para a avaliação da estabilidade das encostas marginais do reservatório de Porto Primavera, na região compreendida entre o Ribeirão das Pedras e o Rio Aguapeí, na margem esquerda, e entre o Rio Verde e o Rio Taquaruçu, na margem direita.

Os trabalhos realizados permitiram visualizar a magnitude dos processos relevantes à estabilidade das encostas marginais, sendo necessário reformular o plano de monitoramento, incorporando não somente os fatores apontados nos estudos anteriores, quanto os fatores decorrentes das evidências encontradas após o enchimento.

Assim, o Plano de Monitoramento consistirá nas seguintes atividades:

- digitalização de plantas topográficas dos entornos do reservatório, em escala apropriada, estendendo-se até aos divisores de água do rio Paraná e seus afluentes;
- compilação de mapas geológico e geomorfológico existentes e complementação destes, na mesma área definida no item anterior;
- elaboração de mapas de declividade do relevo das áreas adjacentes às encostas, envolvendo a mesma área dos itens acima;
- elaboração de mapas de declividade das encostas;
- elaboração de seções geológico-geotécnicas em áreas selecionadas, com objetivo de auxiliar na previsão do comportamento das encostas frente ao enchimento final do reservatório;

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Fls. 2209
Proc. 1247/92
Rubr.

- setorização das encostas com base nos parâmetros e fatores de interesse à estabilidade destas, conforme definido no corpo deste relatório;

- identificação, para cada um dos setores definidos acima, dos principais processos envolvidos e do potencial de degradação destes;

- estabelecimento de novos parâmetros de risco e de análise;

- hierarquização dos setores, em função do potencial de risco

- cadastramento de todas as feições erosivas lineares, utilizando-se videografia, de forma a permitir o monitoramento aerofotogramétrico;

- implantação de instrumentação (medidores de nível d'água), nos entornos das principais feições erosivas lineares, de forma a permitir a avaliação efetiva dos efeitos do enchimento do reservatório na evolução destas;

- implantação de marcos de referência ao longo de áreas selecionadas, de modo a permitir a avaliação da velocidade do recuo das encostas. Tais medidas deverão permitir, adicionalmente, avaliar a extensão e o tempo para que os processos atinjam o equilíbrio;

- monitoramento das encostas deverá ser executado a cada 6 meses, antes e após o período de chuvas, devendo abranger:

  a) inspeção de toda a orla do reservatório, com especial atenção aos setores e áreas consideradas mais críticas, observando-se a evolução dos processos, avaliando-se as conseqüências, estimando-se a área afetada até a estabilização;

  b) inspeção minuciosa das áreas submetidas a tratamentos preventivos de contenção, com especial atenção para as regiões limítrofes, consideradas críticas, avaliando-se o desempenho destes;

  c) identificação e diagnóstico de novas áreas e novos processos, passíveis de ocorrer com a elevação do nível d'água final do reservatório;

  d) acompanhamento aerofotogramétrico das boçorocas, por videografia, para permitir avaliação da evolução destas;

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

e) acompanhamento da variação do nível d'água do lençol freático nos entornos das boçorocas;

f) elaboração de relatório de análise, contendo todos os dados levantados.

Esclarecemos que o Relatório nº 40.937, elaborado pelo IPT, e já encaminhado ao IBAMA pela CT/M/4197/99, em 12/11/99, detalha os trabalhos desenvolvidos, contendo também um análise dos aspectos geológicos, geomorfológicos e geotécnicos gerais do entorno do reservatório, a avaliação das condições de estabilidade e monitoramento das encostas, a documentação fotográfica e descrição das áreas agrupadas, segundo os diferentes graus de criticidade, a caracterização dos processos de instabilização das encostas marginais e o plano de monitoramento acima reproduzido (pgs. 123 e 124).

Os trabalhos já foram iniciados e os resultados serão apresentados nos próximos relatórios.

8. Encaminhar relatórios de andamento dos programas ambientais e de monitoramento.

O Relatório de Implantação dos Programas Ambientais - RIPA/2000, está sendo elaborado e será, em breve, encaminhado a esse Instituto.

9. Esclarecimentos quanto à inundação de áreas da Fazenda Cisalpina.

O Desenho MPM-PP-DE/011/00, **anexo 4**, mostra a situação do reservatório na cota 257m, vazão 10.000 m^3/s, vazão que ocorre anualmente no período de cheias. Como pode ser observado, existe uma área de aproximadamente 12.350 ha, entre a cota 257 m, vazão 10.000 m^3/s e a de desapropriação. Com a operação do reservatório sazonalmente, na cota 259m, vazão 10.000 m^3/s, nos períodos de grandes cheias seriam inundados 4.650 ha, restando para o refúgio da fauna, 7.700 ha. Ressaltamos que todos os trabalhos de fauna realizados nessa região remanescente consideraram-na área com capacidade de receber os animais, a qual terá 95% do tempo de vida útil do reservatório, sem sofrer nenhuma inundação.

10. Avaliação da empresa referente à manutenção efetiva da cota 257m.

A posição da CESP referente à cota de operação do reservatório da UHE Eng. Sérgio Motta é aquela firmada no item 1.3 do Instrumento Particular de Composição Amigável, assinado pelo IBAMA, Ministério Público Federal, Ministério Público

- segue

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Fls. 2211
Proc. 1247/92
Rubr.

Estadual e CESP, em 23 de outubro de 1998, ou seja: "A CESP se compromete a operar o reservatório sazonalmente entre as cotas 257/259 m, conforme preconizado no EIA, dependendo do regime hidrológico de cada ano, mas assumindo o compromisso de operar no sistema que demonstre o menor impacto ao meio ambiente".

Acrescentamos a seguir informações sobre os questionamentos feitos pelo IBAMA, durante a reunião no dia 4/6/2000, em Brasília:

- **Enviar os relatórios semanais de resgate de fauna durante o desmatamento.**

  Em 20/7/2000, foi enviado para a Biól. Silvia, por correio eletrônico, os relatórios semanais de resgate de fauna durante o desmatamento, no período 29/5 a 16/7/2000. Lembramos que já foram enviados, anteriormente, dois relatórios bimestrais similares, referentes ao período fevereiro a março/2000 e abril a maio/2000. Os próximos relatórios serão enviados semanalmente, conforme solicitado.

- **Informar a área já desmatada.**

  Mato Grosso do Sul

  Dos 7.210,30 ha autorizados, foi efetuado corte e derrubada de vegetação em toda a área, sendo que o material lenhoso correspondente a 4.300 ha já foi retirado para fora da área de inundação.

  São Paulo

  Dos 325,68 ha autorizados, 160 ha já foram desmatados, nas regiões de Paulicéia, Panorama e Caiuá, restando uma faixa de 200m, a montante do Rio do Peixe, cujo desmatamento deverá estar concluído em agosto deste ano.

  Aproveitamos a oportunidade para informar que não será realizado o desmatamento das ilhas localizadas no Estado de São Paulo, uma vez que se encontram em cotas próximas a 257m e, portanto, a vegetação servirá de alerta à navegação de turismo.

- **Monitorar diariamente, durante o enchimento do reservatório na cota 257m, a qualidade da água no Rio do Peixe.**

- segue

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

O monitoramento será realizado, em local próximo à Ponte do Rio do Peixe, que liga Presidente Epitácio a Panorama, durante e 3 meses após o enchimento do reservatório na cota 257m.

- Os parâmetros a serem monitorados são os seguintes:

Parâmetros	Periodicidade
oxigênio dissolvido	diária
fósforo total	semanal
nitrogênio orgânico total	semanal
DBO	semanal

Será realizado também o monitoramento diário da concentração de oxigênio dissolvido em dois outros pontos, a jusante e a montante do eixo da barragem.

Os resultados obtidos serão comparados com a rede de monitoramento limnológico e da qualidade de água superficial já implantada no reservatório.

- **Enviar relatório de monitoramento dos programas: erosão e assoreamento, níveis d'água, clima, encostas marginais, lençol freático e qualidade da água.**

Estamos encaminhando cópia dos seguintes relatórios de monitoramento:

- Relatório Técnico nº 46.129, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, do Programa de Avaliação dos Efeitos Induzidos pelo Enchimento do Reservatório sobre o Lençol Freático Regional e suas Conseqüências em Edificações Instaladas nas Áreas de Influência Potencial, **anexo 5;**

- Relatório Técnico nº 45.632, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, do Programa de Monitoramento das Encostas Marginais do Reservatório, **anexo 6;**

- Relatório de Atividades nº 10, da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE, "Estudo Climático da Bacia Hidrográfica de Porto Primavera", **anexo 7.**

O Relatório Anual do Programa de Controle de Erosão e Assoreamento na Área de Influência do Reservatório - Período 1999 - já foi enviado ao IBAMA pela CT/M/1519/2000, em 21/7/2000.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Fls 2213
Proc. 1243/97
Rubr.

Os Relatórios de Monitoramento das Características Limnológicas e da Qualidade da Água Superficial e dos Níveis d'Água serão enviados em breve.

Por último, informamos que a data prevista para o enchimento do reservatório na cota 257/259m é 1/11/2000, razão pela qual solicitamos autorização para possibilitar a operação de enchimento.

Ao ensejo, reiteramos nossas cordiais saudações.

Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Anexos: os citados

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Cópias do Processo

Fls. 2214
Doc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

MEMO Nº 193 /2000- IBAMA/DCA/DEREL

Brasília-DF, 04 de setembro de 2000.

Ao: Representante do IBAMA no Estado do Mato Grosso do Sul
Sra. Natalina da Rocha Vieira

Cumprimentando Vossa Senhoria, convidamos técnico dessa Representação para acompanhar vistoria a UHE Engº Sérgio Motta, no período de 11 a 15 de setembro do corrente ano, com a participação dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e Ministério Público Federal.

Atenciosamente,

M. de Sá
Moema Pereira Rocha de Sá
Chefe do DEREL

FAX TRANSMITIDO EM:
04/09/2000
ÀS 15:15H
RESPONSÁVEL:
Miriam
FAX Nº 67-725-8987

G/DEREL00/MEMO/SUPPPRI.DOC

EM BRANCO

Fls. 2215
Proc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

MEMO Nº /92 /2000- IBAMA/DCA/DEREL

Brasília-DF, 04 de setembro de 2000.

Ao: Representante do IBAMA no Estado de São Paulo
Sr. Antônio Rubens Costa de Lara

Cumprimentando Vossa Senhoria, convidamos técnico dessa Representação para acompanhar vistoria a UHE Engº Sérgio Motta, no período de 11 a 15 de setembro do corrente ano, com a participação dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e Ministério Público Federal.

Atenciosamente,

M – de Sá

Moema Pereira Rocha de Sá
Chefe do DEREL

FAX TRANSMITIDO EM:
04/09/2000
ÀS 11:55 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº 381

G/DEREL00/MEMO/SUPPPRI.DOC

EM BRANCO

2216
1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA

OFÍCIO Nº 158/2000 - IBAMA/DCA

Brasília-DF, 04 de setembro de 2000.

Senhor Diretor,

Apraz-nos convidar Vossa Senhoria para participar de vistoria técnica a UHE Engenheiro Sérgio Motta, no período de 11 a 15 de setembro do corrente ano, com a participação de técnicos do Ministério Público.

Certos de contar com a participação dessa Secretaria, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

M – de Sá

Moema Pereira Rocha de Sá
Departamento de Registro e Licenciamento
Chefe

A Sua Senhoria, o Senhor
JOÃO ROBERTO RODRIGUES
Diretor do DAIA – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo
Rua Nicolau Gagliard, 401 - Alto de Pinheiro
05.429-010 - São Paulo

Fax: (11) 3030.6394/6879/6177

G:\DEREL00\OFICIO\SMAPPRI.DOC

FAX TRANSMITIDO EM:
04/09/2000
ÀS 15:05 H
RESPONSÁVEL:
Mirian
FAX Nº 11 - 30306394

EM BRANCO

2217
Proc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO Nº 153/2000 - IBAMA/DCA/DEREL

Brasília-DF, 04 de setembro de 2000.

Senhora Diretora,

Apraz-nos convidar Vossa Senhoria para participar de vistoria técnica a UHE Engenheiro Sérgio Motta, no período de 11 a 15 de setembro do corrente ano, com a participação de técnicos do Ministério Público.

Certos de contar com a participação dessa Fundação, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

M - de Sá

Moema Pereira Rocha de Sá
Departamento de Registro e Licenciamento
Chefe

À Sua Senhoria, a Senhora
Gislaine Vilazante
Diretoria Técnica - Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMAP
Parque dos Poderes - Bloco 12
79.031-902 - Campo Grande/MS

Fax: (67) 726-4148 - 726.4045

G:\DEREL00\OFICIO\SMAPPRI.DOC

EM BRANCO

Mônica

Fls. 2218
Proc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO OFÍCIO Nº 01562/00 - IBAMA/DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

Brasília-DF, 06 de setembro de 2000.

Senhor Procurador,

Informamos a Vossa Senhoria que técnicos deste Instituto estarão vistoriando a UHE Engenheiro Sérgio Motta, no período de 11 a 15 de setembro do corrente ano, oportunidade em que convidamos técnicos dessa Procuradoria para participar da mesma, juntamente com técnicos dos Órgãos Estaduais do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

Certos de contar com a participação dessa Procuradoria, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora

A Sua Senhoria, o Senhor
ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Coordenador da 4ª Câmara
Procuradoria Geral da República de Brasília
Av. L 2 Sul Quadra 603/604 lote 23
70.200-900 - Brasília/DF

G:\PRESI\OFICIO\MPPRI.DOC

EM BRANCO

Fls. 2219
Doc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO Nº 161 /00 - IBAMA/DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL/DEREL

Brasília-DF, 06 de setembro de 2000.

Senhor Coordenador,

No intuito de dar continuidade ao processo de licenciamento da UHE Sérgio Motta (Porto Primavera), informamos a essa empresa sobre a Programação da vistoria a ser realizada por este IBAMA, prevista para o período de 11/09 a 15/09/00:

11/09 - Reunião às 18:00 horas no Escritório da CESP em Presidente Epitácio para discutir os detalhes da vistoria técnica.

12/09 a 14/09
Meio Físico (verificação do programa de recuperação de áreas degradadas, proteção das encostas, controle de erosão, lençol freático, retirada de argila, qualidade da água – discussão do relatório, e visita ao local das coletas.);

Meio Biótico (verificar a situação da Fazenda Cisalpina, e da Faz. Beira Rio, áreas onde estão se concentrando as macrófitas, áreas de soltura da fauna, definir a situação da biomasssa existente no rio do Peixe, verificar as áreas onde estão sendo estocadas as madeiras provenientes do desmatamento, visita ao banco de germoplasma);

Meio Sócio-Econômico (definição da situação dos ranchos de Castilho, visita ao assentamento das famílias atingidas pelo reservatório na cota 257m; verificação da implantação dos sistemas de água e energia elétrica em Aruana e Santa Ana, visita ao núcleo de Porto João André e ao reassentamento Três Lagoas/MS e demais programas ambientais.

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. Alexandre Uhlig
Coordenador de Meio Ambiente
Av. Angélica, 2565 - 1º andar
01227-908 São Paulo – SP
Fone/Fax: (11) 234-6917

G:\DEREL00\OFÍCIO\PRIPOR.DOC

EM BRANCO

Fls. 2220
Doc. 1247/92
Rubr.

Ressaltamos que, para viabilizar a referida vistoria, é necessário que esta empresa providencie o apoio necessário (barcos, carros).

Aproveitamos a oportunidade para informar que convidamos técnicos do Ministério Público, bem como dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, para nos acompanhar nesse evento.

Certos da colaboração de Vossa Senhoria ficamos no aguardo de um pronunciamento.

Atenciosamente,

M - de Sá

Moema Pereira Rocha de Sá
Departamento de Registro e Licenciamento
Chefe

G:\DEREL00\OFÍCIO\PRIPOR.DOC

EM BRANCO

CESP Companhia Energética de São Paulo

Data

Ref. CESP CT/M/1519/2000

Usina Ilha Solteira
ISO 9002
Geração de Energia Elétrica
CESP

São Paulo, 21 de julho de 2000

1707
Recebido
03/08/2000
Assinatura
IBAMA

Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 4759/2000.
Data: 01/08/00.
Recebido: Janne.

De ordem, ao Dereg
01/08/00

Fls. 2221
Proc. 1247/92
Rubr. Sm.

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte - Edif. Sede
Brasília - DF

Prezada Senhora,

Dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Eng. Sérgio Motta, estamos encaminhando os seguintes documentos:

- Relatório Parcial do Programa de Monitoramento da Ictiofauna e Recursos Pesqueiros - Período fevereiro a dezembro/1999, em atendimento ao item 2.33 da Licença de Operação nº 024/98;

- Relatório de Operação do Elevador para Peixes, referente ao Programa de Monitoramento da Ictiofauna - Período 1999/2000, em atendimento ao item 2.33 da Licença de Operação nº 024/98;

- Relatório Anual do Programa de Controle de Erosão e Assoreamento na Área de Influência do Reservatório - Período 1999 e Planilha com Aplicação de Recursos MMA/FEPAF/01/99, referentes ao período março/1999 a maio/2000, em atendimento aos itens 2.2 e 2.4 do Termo de Compromisso assinado pelo IBAMA, Ministério Público Federal e Estadual e CESP, em 23 de outubro de 1998;

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

À Dra Silvia/Cicilone
Para analise e
acompanhamento.

Em, 03/08/2000

DRosado

Derlei Bopes Rosado
Coordenador
IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

Fls. 2222
Proc. 1247/96
Rubr.

- Relatório do Resgate e Realocação da Fauna Silvestre Impactada, durante o desmatamento da bacia, para a cota 257m - período abril a maio/2000, em atendimento ao item 2.8 das Condições Específicas da Autorização de Supressão de Vegetação nº 04/2000, de 24 de março de 2000, e item 3 das Observações da Licença para Captura/Coleta/Transporte/Exposição/Filmagem nº 196/99 - DIFAS/DIREC, de 30 de dezembro de 1999;

- Relatório Técnico MP/MPL/07-017/2000 do Subprograma de Atendimento Médico Sanitário à População Diretamente Vinculada à Obra, do Programa de Saúde Pública.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Anexos: os citados

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP
01301-100
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211

Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Telex: 1134420 CESP BR

EM BRANCO

Fls. 2223
Doc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

PARECER Nº 97 /00 IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

Brasília-DF, 31 de julho de 2000.

Dos Técnicos: Antonio Claret Karas – Engº Florestal
Mariângela Borges de Araújo – Eng. Civil
Maria Ceicilene A Martins Rego - Geóloga
Mônica de Arruda Camara – Economista
Sílvia Regina Alvarez Guedes – Bióloga

Para: Gerente de Licenciamento Ambiental

Empreendimento: UHE Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera).

Processo nº: 02001.001247/92-97

1. INTRODUÇÃO

Este Parecer Técnico tem como objetivo a análise da documentação encaminhada em atendimento às condicionantes da Licença de Operação nº 024/98, concedida à Companhia Energética de São Paulo – CESP, que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera) na cota 253m, bem como, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Cesp, o Ibama e o Ministério Público. Para tanto, foram realizadas reuniões e vistoria técnica à área do empreendimento com o objetivo de subsidiar a condução do processo de licenciamento ambiental.

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota é um empreendimento da Companhia Energética de São Paulo - CESP, construída no rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A usina é composta por uma barragem mista de 11.380 m de comprimento, sendo 1.004 m de concreto (vertedouro, casa de força e eclusa de navegação) e 10.376 m de

EM BRANCO

Fls 2224
Doc. 1247/97
Rubr.

aterro, com a cota de coroamento de 263 m. A barragem de terra, localizada na margem direita do leito do rio tem uma altura máxima de 38,00 m e a de concreto, na margem esquerda, de 78,50 m.

A área de inundação prevista será de 2.250 Km^2 ou 225.000 ha, perfazendo um comprimento total de 250 Km, com acumulação de 20 bilhões de m^3 de água. O nível da água no período chuvoso será na cota 259 m e, no período seco, na cota 257 m.

A usina terá 18 turbinas e gerará 1.800 mW, tendo, cada uma, uma potência ativa de 100.8 MW. Na cota 253,0 m serão 05 (cinco) turbinas em funcionamento e o restante só deverá entrar em funcionamento quando do enchimento do reservatório na cota 257,0 m.

Para atender ao uso múltiplo, a barragem contará com uma eclusa cuja câmara terá 210 m de comprimento por 17m de largura com a altura de eclusagem de 23 m e nível de água mínimo, a jusante, de 2,40 m, para transporte em comboio do tipo "paraná".

3. ANÁLISE

Passaremos a analisar e comentar o estágio de implantação de cada um dos Programas Ambientais previstos no EIA/RIMA, confrontando-o com as condicionantes da LO nº 024/98.

3.1. PROGRAMAS AMBIENTAIS DO MEIO FÍSICO

1. Controle de Erosão e Assoreamento

Este Programa está sendo desenvolvido, pela CESP, no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas em ambos os Estados.

Foram liberados recursos para a bacia dos rios Aguapeí/Peixe e Pontal do Paranapanema, localizadas no estado de São Paulo. Na bacia Aguapeí/Peixe, foi selecionado o córrego da Negrinha, município de Osvaldo, enquanto que no Pontal foi selecionado o Córrego da Água Sumida e ribeirão do Veado. No Mato Grosso do Sul, ainda não foram selecionadas as bacias hidrográficas, para início dos estudos.

Conforme o Relatório de Implantação dos Programas Ambientais – 1999, as atividades previstas para sua implantação são: mapeamento dos processos erosivos; identificação e planejamento de áreas reflorestadas; caracterização das estradas secundárias e vicinais; cursos de reciclagem; e escolhas das bacias de intervenção.

EM BRANCO

Fls. 2225
Proc. 1247/97
Rubr.

Os recursos foram liberados mediante a apresentação de projetos específicos. Estes projetos, bem como o relatório demonstrativo das ações desenvolvidas e da aplicação dos recursos não foi apresentado ao IBAMA.

Apesar das atividades estarem sendo desenvolvidas/discutidas a nível de comitê, é importante destacar que faz-se necessário uma ação mais efetiva das partes envolvidas no processo de forma a alcançar os objetivos propostos no Programa de Controle de Erosão e Assoreamento.

Sem prejuízo do acima citado, releva observar que faz-se necessário ainda um estudo/monitoramento detalhado dos processos erosivos desencadeados com a elevação do lençol freático e posterior evolução do processo de ravinamento.

2. Proteção das Encostas Marginais

Segundo o Relatório Técnico – MPP –PP-EM-RE-040/98 dezembro/1998, foram executadas extensas obras de proteção de encostas naturais, tais como retaludamento e posterior colocação de gabiões das encostas marginais submetidas ao embate das ondas. Foram protegidos ainda os maciços areníticos menos resistentes com a aplicação de concreto projetado, telas metálicas e chumbadores, enquanto que algumas áreas ravinadas foram aterradas com o material do retaludamento O documento relata ainda que, no total, foram realizadas 230.000 m^3 de aterro, 1.000.000 de escavação, 38.000 m^2 de gabião tipo colchão, 15.000 m^3 de concreto projetado, 40.000 m^2 de grama em placa e 10.000 m de canaletas de drenagem e escadas de dissipação de energia.

Assim sendo, este Programa está concluído no que se refere à proteção de encostas referentes ao enchimento do reservatório até a cota 253m, por ser considerado fundamental para garantir a segurança do mesmo.

No âmbito do enchimento do reservatório na cota 257/259m, segundo o Relatório de Implantação dos Programas Ambientais – 1999, as obras de proteção das encostas de Presidente Epitácio estariam concluídas até maio de 2000. São elas: Trecho do PM Zito e a proteção de talude da Sabesp - 2° etapa. Conforme vistoria de campo, foi constado que tais obras já foram executadas.

O Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT elaborou o Relatório n° 40.937, de julho de 1999, denominado "*Avaliação da estabilidade e monitoramento das encostas marginais do reservatório de Porto Primavera após o enchimento parcial de primeira etapa*," o qual objetivou o monitoramento e avaliação da estabilidade das encostas marginais do reservatório de Porto Primavera, decorridos cerca de 6 meses da elevação do nível d'água do lago para a cota 253 m. O documento adotou os níveis de criticidade das encostas marginais do reservatório estabelecidos no Relatório n° 3134.01001.RT.486. São eles:

EM BRANCO

Fls. 2226
Doc. 1247/92
Rubr.

- *Grau 1 Crítico - corresponde às áreas que envolvem movimentações de massas localizadas em áreas ocupadas, colocando em risco habitações, obras benfeitorias que exigiriam , de imediato, medidas ou ações corretivas de modo a impedir a instalação e desenvolvimento dos processos de instabilização.*

- *Grau 2 Medianamente Crítico - corresponde às áreas que envolvem movimentações de massa, cuja ocorrência não afeta diretamente a ocupação da área, podendo, no entanto, levar à degradação através da evolução e desenvolvimento dos fenômenos de instabilização.*

- *Grau 3 Pouco Crítico - corresponde às áreas que envolvem instabilidades localizadas ou restritas, e/ou áreas potencialmente instáveis, em locais de ocupação limitada, afastadas de estruturas, obras ou habitações, onde a ocorrência dos fenômenos de instabilização não afeta diretamente áreas ocupadas, nem causa danos diretos.*

O documento do IPT sugere a implantação de Programa de Monitoramento, abordando, os seguintes assuntos: compilação de mapa geológico/geomorfológico, elaboração de mapa de declividade do relevo e das encostas, seção geológica/geotécnica, identificação dos processos de degradação, estabelecimento de novos parâmetros de risco e de análise, hierarquização dos setores, cadastramento das feições erosivas, instrumentação, implantação de marcos de referência, entre outros. No entanto, até o presente momento, a CESP não oficializou ao IBAMA, a revisão do referido programa, nem tão pouco encaminhou relatório de andamento da execução das referidas atividades. O relatório relata ainda que, em algumas áreas encontram-se em situação de risco face ao enchimento final do lago, as quais merecem atenção especial. São elas: áreas das Thermas de Presidente Epitácio, lagoa de estabilização de risco da SADESP e a área E/F. Assim sendo, é necessário que a empresa oficialize quais as medidas que serão tomadas para sanar tais problemas, bem como seu cronograma de obras.

Cabe relatar que, o programa de monitoramento ambiental das encostas marginais do lago da UHE de Porto Primavera está sendo executado por inspeção das encostas, através de sobrevôo, apresentando uma documentação fotográfica das obras de contenção das áreas urbanas e periurbanas e das áreas de entorno do reservatório, consideradas menos críticas.

Não obstante, urge observar que após a análise do programa apresentado, constatou-se que a documentação apresentada não atende as primícias do Programa de Proteção das Encostas Marginais, o qual objetiva *promover ações visando a conservação das encostas marginais afetadas ou sujeitas a problemas de estabilidade; e evitar degradação das áreas marginais, que coloquem em risco propriedades públicas e privadas, inclusive industriais.* Assim sendo, as atividades desenvolvidas pela empresa deverão ser incrementadas de forma a aprimorar o monitoramento da instabilidade das encostas

EM BRANCO

Fls. 2227
Proc. 1247/92
Rubr.

através de instrumentação, recuperação e redefinição das áreas críticas, mapeamento de todas as áreas comprometidas com o empreendimento, acompanhamento aerofotogramétrico da evolução dos processos, assim como determinar medidas mitigadoras com vistas a evitar os impactos causados pelo enchimento do lago, bem como sejam determinadas medidas preventivas para conservação das encostas.

Segundo relato da equipe técnica do IBAMA que vistoriou a área do empreendimento, o processo de estabilização das encostas nos trechos urbanos encontra-se em avançado estágio de implantação. Não obstante, as áreas rurais requerem maior atenção, face ao significativo número de voçorocas e focos de erosão presentes ao longo das margens do reservatório, principalmente na margem paulista, a qual possui formas escarpadas com taludes de inclinação acentuada.

Outro fato a observar refere-se ao comportamento das encostas frente aos processos de instabilização com a elevação do lençol freático que poderá desencadear processos de erosão dos taludes e evolução de ravinas para o estágio de voçorocas, visto que em muitos locais já existe potencial para que ocorra à instabilidade da encosta agravando com a presença do agente desestabilizador.

3. Mitigação dos Impactos da Elevação do Nível do Lençol Freático

A CESP encaminhou ao IBAMA, em 14.07.99, a correspondência CT/M/2694/99, referente ao Programa de Monitoramento do Lençol Freático. Visando atender a tal pleito, em abril de 1999 foram realizados estudos hidrogeológicos nas áreas consideradas críticas, o qual concluíram que fazia-se necessária a realização de monitoramento local e de estudos geotécnicos específicos para o solo e fundação das principais estruturas existentes. Desta forma, em alguns locais os trabalhos já foram desenvolvidos ou estão em desenvolvimento. Assim sendo, segue abaixo breve relato dos locais monitorados, das atividades executadas e recomendações do IPT, instituição executora dos estudos hidrogeológicos:

- Vila Nova Porto XV/MS: elaborado relatório hidrogeológico e iniciado o monitoramento em 10 poços tipo cacimbas. Não estão previstos impactos no local;

- Posto Fiscal XV de Novembro/MS: elaborado relatório hidrogeológico e iniciado o monitoramento em 7 piezômetros. Não há previsão de impactos;

- Área urbana, município de Presidente Epitácio/SP: elaborado relatório de avaliação hidrogeológica e geotécnica. Foram recomendados o monitoramento em 6 poços tipo cacimba, a instalação de 3 piezômetros, a realocação do silo da Cargil Agrícola e a desativação e remoção dos tanques de combustíveis da PETROBRÁS. Está previsto ainda a instalação de instrumentação para observação do comportamento das

EM BRANCO

Fls. 2228
Proc. 1247/92
Rubr.

fundações, amostragem indeformada e a realização de ensaios laboratoriais. Segundo o documento estão sendo estudadas medidas de contenção e estabilização de erosões na área urbana.

- Área rural, município de presidente Epitácio/SP: Estão sendo monitorados 17 poços tipo cacimbas e, segundo o relatório, não estão previstos impactos;

- Distrito de Campinal/SP: Foram detalhados estudos geológicos e geotécnicos e estão sendo monitorados 8 piezômetros. Está prevista a instrumentação e realização de ensaios de caracterização geotécnica em 7 estruturas;

- Área urbana, município de Anaurilândia/MS: Realizado detalhamento de estudos geológicos e geotécnicos. Segundo o documento, não estão previstos impactos com o enchimento do reservatório;

- Município de Panorama – SP: Realizado estudo detalhado de hidrogeologia. Os estudos recomendam a realização de estudo geotécnico específico do solo para avaliação das estruturas e das fundações, inclusão na rede de monitoramento de cinco poços e a instalação de 6 piezômetros;

- Frigorífico Gon-Gon, Município de Paulicéia/SP: conclusão dos estudos hidrogeológicos. Foi recomendado a realização de estudos geotécnicos do solo e das fundações de residências localizadas na zona A e das instalações do frigorífico (zona B) instalação de 2 piezômetros, bem como foi recomendado ainda o aterramento de fossas existentes;

- Champion Papel e Celulose e Cargil Agrícola S.A., Município de Três Lagoas/MS: Realizado estudo hidrogeológico nos referidos locais, sendo que serão executados estudos geotécnicos específicos nas instalações da Cargil e avaliação do projeto das futuras instalações da Champion. Conforme o documento está prevista a instalação de 5 piezômetros e a inclusão de 2 poços na rede de monitoramento.

Assim sendo, conforme relatado acima, a CESP encontra-se realizando estudos referente a interferência do lençol freático nas áreas impactadas. No entanto, para melhor acompanhamento do processo, faz-se necessário que a referida Companhia apresente relatório atualizado contendo as atividades em desenvolvimento e as já concluídas, bem como informe a este Instituto se acatou as recomendações do IPT.

4. Controle de Fontes de Poluição

O programa propõe a confecção de um banco de dados relativo à bacia de contribuição direta, constando os dados provenientes do monitoramento dos programas das características limnológicas e da qualidade da água superficial, controle da erosão e

EM BRANCO

Fls. 2229
Proc. 1247/92
Rubr.

assoreamento, controle sanitário, nível do lençol freático e da qualidade da água subterrânea, e sedimentológico. Constará ainda no referido banco os dados obtidos de gerenciamento da qualidade de água da CETESB, dos dados sobre as atividades industriais e controle de poluição existentes nos órgãos ambientais de São Paulo e do Mato Grosso do Sul e dados de saneamento básico da Sabesp, Sanesul e prefeituras.

Segundo o Relatório de Implantação dos Programas Ambientais – 1999, estava em licitação a contratação de empresa especializada para a constituição do banco de dados.

Contudo, até o presente momento, não foi oficializada a contratação de empresa para realização do banco de dados, nem tão pouco, os resultados da implantação do programa e análise dos resultados da sua implementação.

Conclusão da análise do meio físico

Conforme relatado nos itens anteriores, para melhor acompanhamento do processo de licenciamento ambiental e no intuito de tomada de decisão quanto a novas medidas/ações a serem determinadas quanto à implantação do empreendimento nesta primeira fase do enchimento do reservatório do lago, faz-se necessário a apresentação de todos os programas ambientais, constando às atividades desenvolvidas e os resultados alcançados; a reestruturação do Programa de Controle de Proteção das Encostas. Faz-se mister ainda a apresentação do Banco de Dados relativo ao Controle de Fontes de Poluição.

Sem prejuízo da informação acima relatada, é de suma importância a realização de uma vistoria técnica a área do empreendimento, a fim de averiguar o estágio da obra e os seus respectivos impactos ambientais, bem como o atendimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre IBAMA, CESP, MPU/SP, MPU/MS e MPF.

3.2. PROGRAMAS AMBIENTAIS DO MEIO BIÓTICO

1. Controle da Proliferação das Plantas Aquáticas

A condicionante 2.14 da Licença de Operação nº 024/98 do Ibama, solicitou a apresentação do Programa de Controle da Proliferação das Plantas Aquáticas, indicando em mapas as áreas potencialmente susceptíveis à sua proliferação e informando as medidas de controle.

Antes do enchimento do reservatório foi realizado um primeiro levantamento para avaliar o grau de infestação de plantas aquáticas no rio Paraná, seus tributários e lagoas marginais. Entre as barragens das usinas hidrelétricas de Jupiá e Porto Primavera, foram identificadas as áreas com infestação de plantas aquáticas com cerca de 26 espécies no total. Demarcou-se 70 pontos de amostragens, identificando-se 18 espécies de plantas

EM BRANCO

Fls. 2230
Proc. 1247/92
Rubr.

aquáticas. A área infestada de 12,7 ha foi muito pequena em relação à avaliada. Todos os tributários apresentaram grande quantidade de plantas aquáticas emersas, não sendo verificadas plantas imersas. O estudo mostrou que os tributários e lagoas do rio Paraná, representam os maiores fornecedores de plantas aquáticas do leito principal do rio Paraná.

Na vistoria realizada de 13 a 17/03/2000, observou-se que em muitos pontos do reservatório estão proliferando macrófitas, o que conseqüentemente deverá acelerar a definição sobre a forma de controle a ser utilizada por este Instituto. Porém, caberá ao Ibama aprovar as formas de controle após ao ensaio que está sendo realizado na UHE-Jupiá com um produto químico específico para ser utilizado em corpos hídricos.

Esta condicionante vem sendo atendida a contento, porém, cabe frisar que a continuidade do mapeamento das macrófitas no reservatório deverá ser constantemente realizada.

2. Programa de Unidades de Conservação

A condicionante 2.15 da Licença de Operação nº 024/98 solicitou o encaminhamento do Decreto de Criação da Unidade de Conservação em Mato Grosso do Sul. A empresa deverá atualizar o relatório com a finalidade de mostrar a evolução neste processo, no que tange ao encaminhamento do Decreto de Criação da Unidade de Conservação.

Outra condicionante sobre a Unidade de Conservação, a de nº 2.16, diz respeito a apresentação de documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação. De acordo com a CESP, o último relatório de acompanhamento mencionou que para arcar com a desapropriação das áreas é necessário que seja providenciada a procuração do Estado de São Paulo afim de iniciar o processo aquisitivo. É importante lembrar que a empresa deverá atualizar o relatório com a finalidade de mostrar a evolução neste processo, no que tange a desapropriação e aquisição de áreas.

Quanto a condicionante 2.17, que se refere a apresentação de relatórios anuais da implantação do Programa de unidades de Conservação, até o presente momento tem sido apresentado relatórios anuais, porém para a fase em que se encontra o empreendimento é fundamental que seja enviada um relatório atualizado, para subsidiar a renovação da Licença.

Cabe ainda, esclarecer que em vistoria, a CESP informou que para a Unidade de Conservação do Aguapeí, já foram adquiridas cerca de 90% da área total, contudo faltam ainda duas propriedades a serem adquiridas. Na UC de Ivinhema, já se iniciou o processo aquisitivo da mesma.

EM BRANCO

Fls. 2231
Proc. 1247/92
Rubr.

É importante que seja incorporada como condicionante o seguinte texto:

- Apresentar situação atual dos Programas relativos às Unidades de Conservação.
- Encaminhar documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.

3. Programa referente ao Banco de Germoplasma

Vêm sendo apresentados relatórios quanto à situação da implementação do Banco de Germoplasma. O Relatório de Acompanhamento da Implantação dos Programas Ambientais da UHE Porto Primavera relatou a situação deste programa. Considera-se que o mesmo vem sendo atendido a contento.

4. Programa de Monitoramento da Fauna

De acordo com a condicionante 2.19 da Licença de Operação que se refere ao monitoramento da fauna relocada para as áreas de soltura com a apresentação de relatórios semestrais, temos a informar o que se segue:

As atividades na Reserva Cizalpina dizem respeito a levantamentos das capivaras através de transectos. Foram instaladas 3 cevas nas ilhas Limoeiro e Bacuri. Foram feitas translocações de bugios em 5 fragmentos florestais próximos a ilha. Estão sendo feitas pesquisas de reintrodução e translocação das diversas espécies. O monitoramento dos animais é realizado com diferentes metodologias.

Os estudos e Projetos que estão sendo executados são os seguintes:

- Projeto de Monitoramento do bugio.
- Projeto de Monitoramento de capivaras.
- Projeto de Monitoramento de grandes répteis.
- Estudos realizados na ilha Limoeiro relacionados a metodologia e quantificação de animais ilhados.
- Estudos do consumo e da dinâmica populacional de queixadas na Reserva Cizalpina.
- Projeto de Formação de Banco de DNA.

Quanto aos trabalhos de soltura de animais selvagens sabe-se que algumas espécies estão sendo marcadas, como o *Alouatta caraya* (bugio), *Rhea americana* (ema) e *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá). Dos 382 representantes da espécie *Alouatta caraya*,

EM BRANCO

Fls. 2232
Doc. 1247/92
Rubr.

que foram soltos, 58 foram avistados. O deslocamento dos animais soltos nestas áreas ocorreram ao longo das matas onde foram soltos.

Para o *Dasypus novencinctus* (tatu) foram avistados 7 dos 17 animais translocados. Para a espécie *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba), foi observado um indivíduo morto um dia depois da soltura. Foram obtidas três localizações, sendo de 60 metros o maior deslocamento registrado. Para o *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá), observou-se que tem animais que estão sobrevivendo por 7 e 6 meses, porém, houve a morte de um indivíduo que provavelmente pode estar relacionado a sua soltura na estação seca, os que estão vivos no momento, foram soltos na estação chuvosa. Para a *Rhea americana* (ema), foram translocado 15 animais. Dentre estes, 6 (seis) animais foram encontrados mortos durante o transporte e o local de soltura. Sete animais foram soltos em áreas abertas próximo à sede e entre as cevas. As emas se estressam e não resistem a grandes alterações, com o seu manuseio. O transporte para estes animais deve ser feito no período noturno. Foi avistado um animal solto com deslocamento registrado em cerca de 3.700 metros.

Quanto ao *Tamandua tetradactyla* (tamanduá), foram soltos 9 (nove) animais marcados, mas não foi avistado nenhum registro ocasional.

Os *Tapirus terrestris* (anta), vieram a óbito 4 dias após a soltura. Quanto às capivaras (*Hydrochaeris hydrochaeris*), verificou-se a existência de grande pressão de caça. As cevas da Ilha Bacuri tem sido constantemente destruídas por caçadores.

Tem sido realizado também monitoramento de grandes répteis. O objetivo do estudo é o de sexar e tomar dados biométricos no jacaré-de papo-amarelo (*Caiman latirostris*), jacaré-corôa (*Paleosuchus palpebrosus*), sucuri (*Eunectes murinus*), jiboia (*Boa constrictor amarali*) e teiú (*Tupinambis merianae*).

A Reserva Cisalpina deverá servir como local de soltura e acompanhamento de parte dos animais do resgate da UHE- Porto Primavera. Durante a segunda fase prosseguiu a captura de jacarés e sucuris no corpo principal da represa. Todos os animais foram sexados, tomados os dados biométricos, marcados com transponder e soltos na Fazenda Cisalpina. Foram translocados 179 exemplares de jacaré-de papo-amarelo (*Caiman latirostris*). A continuidade deste estudo visa acompanhar os deslocamentos da fauna para estimar a área de vida.

Para as queixadas que foram introduzidas na Reserva Cizalpina, não foi evidenciado nenhum óbito durante ou após a introdução. O ganho de peso tem permitido indicar que estes animais se adaptaram a nova área.

Para o Projeto Banco de DNA dos animais silvestres, temos a informar que a sua finalidade é de funcionar como um instrumento que propicie por vários anos a

EM BRANCO

Fls 2233
Proc. 1247/92
Rubr.

possibilidde de se conhecer o material genético perdido pelas ações antrópicas. Foram utilizadas nos estudos as seguintes espécies: *Tapirus terrestris*, anta; *Alouatta caraya*, bugio-preto; *Hidrochaeris hydrochaeris*, capivara; *Tayassu pecari*, capivara; *Dasyprocta azarae*, cutia; *Rhea americana*, ema; *Cebus apella*, macaco-prego; *Coendou prehensilis*, ouriço-cacheiro; *Tayassu pecari*, queixada; *Myrmecomecophaga tridactyla*, tamanduá-bandeira; *Tamanduá tetradactyla*, Tamandua-mirim, *Dasypus novencinctus*, tatu-galinha; *Ephractus sexcinctus*, tatu-peba; *Caiman latirostris*, jacaré do papo amarelo; *Paleosuchus palpebrosus*, jacaré coroa; *Eunectes murinus*, sucuri; *Tupinambis teguixin*

Não há, ainda, condições de se fazer uma avaliação da situação dos animais que foram soltos nas áreas propostas. É necessário um longo monitoramento para se ter resultados mais conclusivos da possível ou não adaptação da fauna impactada pelo empreendimento. Assim, entende-se que a condicionante vem sendo atendida à contento.

A condicionante 2.19, relacionada com a fauna foi solicitada na licença e trata da seleção de áreas de relocação para a Operação Resgate de Fauna, prevista para o enchimento até a cota 257/259m, e sua capacidade de suporte.

O Projeto de translocação da fauna resgatada na hidrelétrica, foi dividido em duas fases, a primeira fase de junho/98 a junho de 2000, com o objetivo de gerar informações sobre a adaptação de animais translocados na área de soltura (Reserva Cizalpina e fragmentos florestais, a segunda é monitorar a fauna, utilizando os dados da primeira fase, e com diferentes metodologias, objetivando a coleta de dados sobre a biologia e ecologia das espécies translocadas. Cerca de 17 espécies estão sendo translocadas e ou monitoradas. Os animais estão sendo marcados, e o monitoramento utilizou 5 (cinco) métodos: monitoramento de visitação e consumo de milho em grão na ceva, avistamento no Jirau das cevas, avistamento no transecto, marcação e recaptura e radiotelemetria.

Porém, até o momento não foi apresentado um relatório com os estudos referentes a capacidade de suporte para a cota 257/259m e um outro estudo com maior nível de detalhamento para a nova fase do resgate.

O relatório de vistoria abordou também a seguinte situação:

- "Para as bases de resgate de fauna, a proposta é de se implantar cerca de quatro bases ao longo do reservatório, para que possam ser utilizadas como apoio nas atividades inerentes à operação resgate na cota 257/259. As bases ainda não estão prontas, contudo, deverão estar concluídas antes de qualquer enchimento."

- "A CESP informou em reunião realizada no IBAMA, que a Fazenda Cizalpina, local onde se concentram muitos animais, deverá ser inundada em grande parte de sua área. Sendo assim, é imprescindível que seja reavaliada a

EM BRANCO

Fls. 2234
Doc. 1247/92
Rubr.

necessidade de fixar a cota em 257m, sem permitir oscilações para a cota 259m, tendo em vista que muitos animais podem vir a ser afetados devido à ausência de áreas adequadas que permitam a distribuição de habitats, locais de alimentação e dessedentação e reprodução caso contrário, grande parte dos animais deverão ser relocados para outras áreas, a fim de permitir a sua sobrevivência, porém nesta hipótese, a empresa deverá encontrar locais adequados à relocação dos animais ali existentes."

- "Fomos informados de que os projetos específicos vêm sendo efetivados de acordo com as propostas previstas. Porém, para os cervos do Pantanal, existe, por parte do responsável pela condução dos trabalhos, a idéia de permitir que estes animais permaneçam em algumas áreas no entorno do reservatório, contudo, fomos informados que nestes locais está havendo muita pressão de caça, o que vem causando a morte de vários indivíduos. Sendo assim, torna-se necessária a relocação de representantes desta espécie para áreas mais adequadas, onde não haja tanta interferência de comunidades locais."

Assim, a vistoria técnica apontou ainda os seguintes itens a serem solicitados ou incorporados à Licença ambiental:

- encaminhar o estudo de capacidade de suporte, que deverá dar subsídios quanto à quantidade e espécies de animais que poderão ser relocadas para as áreas previstas.

- a implantar as 4 (quatro) bases de resgate de fauna, ao longo do reservatório para que possam ser utilizadas como apoio nas atividades inerentes à operação resgate na cota 257/259. Devendo as mesmas estarem concluídas antes do enchimento na cota 257/259.

- Reavaliar a necessidade de fixar a cota em 257m, sem permitir oscilações para a cota 259m, tendo em vista que muitos animais podem vir a ser afetados principalmente na Fazenda Cizalpina, ou relocar para outras áreas, antes do enchimento do reservatório, de acordo com a capacidade de suporte, os animais que se encontram na Fazenda Cizalpina,.

- Relocar para áreas mais adequadas os cervos do Pantanal, que se encontram em áreas susceptíveis à pressão de caça.

Além destas condicionantes, existem outras três que estão mais relacionadas com recomendações e deverão permanecer no corpo da licença:

- Realizar soltura da fauna resgatada, não relocada ou não destinada às instituições científicas, em áreas adjacentes à inundação, por meio de solturas brandas. Está sendo contemplada a contento e já foi citada neste parecer

EM BRANCO

Fls. 2235
Proc. 1247/97
Rubr.

- Enviar animais para instituições científicas somente após as devidas autorizações emitidas pelo IBAMA. Cabe aqui manifestação com urgência do DEFIS/IBAMA, para averiguar se esta condicionante vem sendo cumprida a contento.

- Proceder à Operação Resgate da Fauna nas ilhas que se formarão na cota 253m. Quanto a esta questão já está sendo efetivada conforme foi observado em vistoria técnica à área.

Quanto à condicionante 2.2.4, que trata de justificar a seleção das espécies de peixes a serem utilizadas no monitoramento da bioconcentração de agrotóxicos e metais pesados, até o momento não foi apresentada a este Instituto.

5. Programa de Desmatamento da Bacia de Inundação

Supressão de Vegetação

Para a condicionante 2.25, que trata dos desmatamentos acima da cota 253 m somente após a emissão de autorização para Supressão de Vegetação, com base na Portaria do Ibama nº 113/95 e demais normas legais pertinentes, temos a informar o que se segue:

Foram emitidas três Autorizações de Supressão de Vegetação para o empreendimento, a saber;

- Autorização nº 13/98 (20/07/98) totalizando 3.348,00 ha (cota 253 m);
- Autorização nº 20/99 (06/12/99) totalizando 7.210,30 ha (cotas 257/259 m) e,
- Autorização nº 04/00 (24/03/00) totalizando 325,68 ha (cotas 257/259 m).

Em relação às condições de desmatamento para a cota 253 m temos a considerar que, nas áreas onde a vegetação foi suprimida houve uma rebrota dos tocos e, devido também, as condições edafoclimáticas, o banco de sementes regenerou a vegetação, contando atualmente com uma intensa cobertura arbustiva até esta cota.

Observou-se na barragem (lado direito) uma enorme quantidade de troncos flutuando e acumulados, ao mesmo tempo em que funcionários da CESP faziam a retirada deste material lenhoso (foto 48). Nesta fase do desmatamento (cota 257/259 m) nota-se que os galhos, partes de troncos e toda a biomassa foliar ficará depositada no leito do reservatório (foto 50). Este material com certeza será carreado até a barragem, e com a decomposição propiciará um decréscimo da qualidade da água.

Com relação ao desmatamento (foto 49), as observações de campo demonstram um atraso na atividade, visto que, segundo informações da CESP, está previsto o enchimento para a nova cota em setembro/2000. À data da vistoria existiam aproximadamente 500

EM BRANCO

Fls. 2236
Proc. 1247/97
Rubr.

pessoas trabalhando no traçamento, transporte e empilhamento da madeira. Nas frentes de desmatamento a derrubada da vegetação é feita por tratores de esteira D-8, nas quais operam em cinco duplas com correntão, num ritmo de derrubada de 20 ha/dia. Até este momento foi estimado que 600 ha estariam concluídos. A biomassa florestal não está sendo retirada.

Quanto às condicionantes da LO 024/98 os seguintes itens específicos não foram atendidas;

2.16 *Encaminhar documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.*

Não existe uma clara definição sobre a formalização das Unidades de Conservação seja em São Paulo ou Mato Grosso do Sul, quanto a: áreas físicas, cota de inundação, relocação da fauna, supressão de vegetação, demarcação, titulação (situação fundiária) e esfera administrativa.

A área da Fazenda Cizalpina (fotos 30, 31 e 32) para onde grande parte da fauna foi relocada deverá, segundo a CESP, sofrer um novo alagamento, porém não foi informado qual a área remanescente, a destinação da fauna que deverá ser novamente relocada, os limites da nova cota na região e o grau de alteração que a rodovia MS 040 trará para a fauna. Existem informações conflitantes quanto ao remanescente florestal na operação nas cotas 257/259m e os níveis de suporte para a fauna. A CESP informou que anualmente provocará cheias tentando reproduzir o regime hídrico anual do Rio Paraná, mas não informou as conseqüências desta movimentação nas cotas, e os impactos negativos para a vegetação como para a fauna (item 1.3 do TAC).

2.26 *Mapear a nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório e recuperar suas áreas degradadas.*

Segundo informações da CESP somente uma faixa de 50 (cinqüenta) metros no entorno do reservatório será indenizada e mantida pela empresa, os outros 50 metros seriam de inteira responsabilidade dos proprietários pela sua integridade e conservação. Segundo a Resolução CONAMA 04/85 e a Medida Provisória 1956-51 (26/06/00), a faixa de preservação do reservatório deverá ser 100 (cem) metros desapropriados, e caracterizada como reserva ecológica. Existe uma quantidade muito grande de voçorocas no lado paulista (fotos 18,19 e 20) que não estão sendo contidas, principalmente em áreas de pastagem, que com a movimentação do gado em direção a água, associado ao solo altamente friável (arenito), faz com que apareçam enormes fendas no terreno. Não são aplicadas na maioria das propriedades lindeiras ao reservatório técnicas de contenção de solo, ocasionando um acelerado processo de erodibilidade laminar. De acordo com o artigo 4, parágrafo 7° da MP 1956-51, a utlização da água do reservatório poderá ser feita, desde que não comprometa a integridade da vegetação e não exija a sua supressão, observando-

EM BRANCO

Fls. 2237
Proc. 1247/97
Rubr.

se principalmente o início de processos erosivos decorrente do caminhamento do gado, fato este já causador de enormes danos às terras do entorno na lado paulista.

A madeira que está sendo estocada não tem uma definição quanto ao destino da mesma. Segundo a CESP a madeira em forma de toras para serraria ou lenha será vendida, mas o mercado não está afeito a aceitar o material, até gratuitamente. Caso a madeira demore a ser utilizada o processo de decomposição depreciará em muito o produto, até a sua inutilização.

Quanto à biomassa presente na área sua decomposição desencadeará um processo muito intenso de eutrofização, comprometendo seriamente a qualidade da água. O material lenhoso poderá chegar até as turbinas. Da mesma forma existem grandes áreas de paliteiros remanescentes do desmatamento não efetuado da cota anterior, e muitas outras áreas passíveis de formação, a exemplo da vegetação ciliar do Rio do Peixe que, segundo a CESP não existem meios para a retirada desta vegetação.

Com relação ao descumprimento do item 6.3 do TAC, o desmatamento da mata ciliar do Rio do Peixe não será efetuado. Não foi apresentado ao Ibama, para análise e aprovação, a justificativa técnica que a embasou.

A vistoria técnica apontou ainda as seguintes condicionantes a serem cumpridas:

- Retirar todo o material lenhoso resultado do desmatamento da cota 253m antes do enchimento até a nova cota.
- Promover a limpeza total da bacia de inundação com a remoção da biomassa até a cota 257/259m.
- Cumprir as condicionantes específicas 2.16, 2.26 e da LO 024/98.
- Destinar corretamente a madeira provinda dos desmatamentos.
- O material lenhoso proveniente do desmatamento não deverá ser enterrado ou queimado.

6. Programa de Conservação da Ictiofauna

De acordo com o Relatório de Acompanhamento da Implantação dos Programas Ambientais da UHE- Porto Primavera emitido por este Ibama, "é imprescindível que quando da operação dos sistemas de transposição, a Cesp identifique as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos da piracema e envie relatórios anuais ao Ibama. Porém, no momento é importante que seja avaliado o peixamento que

EM BRANCO

Fls. 2238
Doc. 1247/92
Rubr.

vem sendo realizado, tendo em vista não se ter informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e daquelas que devem permanecer no lago, além dos estudos que são imprescindíveis de se realizar, no que tange aos locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis *habitats* das espécies de maior significância desta região. Somente após a orientação dos estudos, poderá ser efetuado o peixamento. Um dos motivos fundamentais para este procedimento, diz respeito aos possíveis resultados benéficos que poderão ter as comunidades da ictiofauna quanto à utilização dos mecanismos de transposição, (escada e elevador de peixes) e que tal informação poderá ser mascarada, devido a execução de um peixamento inoportuno e muitas vezes inadequado".

Deverá portanto, ser apresentado o seguinte programa:

- monitoramento visando a obtenção de resultados a fim de verificar a eficiência dos sistemas de transposição.

3.3. PROGRAMAS AMBIENTAIS DO MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

1. Reinserção Produtiva do Setor de Extração de Areia e Cascalho

Na bacia de inundação de Porto Primavera existem 9 (nove) portos de areia. Após negociação com a CESP, os serviços de proteção e adequação dos 5 (cinco) portos de Presidente Epitácio que permanecerão nos mesmos locais estão sendo realizados pelos proprietários com recursos da CESP e estão quase concluídos. Em Bataguassu, um único porto foi atingido e não havendo acordo com o proprietário quanto ao valor da indenização, a questão foi ajuizada. Para a cota 257m, a CESP não concordou com a proposta de compra das estruturas dos dois portos de Panorama e continua tentando outra forma de entendimento.

Quanto às adaptações e relocação das instalações fixas dos setores e dos equipamentos flutuantes exigidas pelo Ministério Público, a CESP contratou o IPT para realizar estudo sobre a necessidade de tais adaptações.

Portanto, estão em andamento as atividades previstas neste programa e as mesmas estão ocorrendo dentro do cronograma proposto.

2. Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico-Oleiro

Conforme previsto, o IPT realizou estudo de caracterização das jazidas de argila existentes fora da bacia de inundação e os resultados foram colocados à disposição dos interessados.

EM BRANCO

2239
1247/97
Fls.

O sistema adotado para o estoque de argila para oito anos foi o de auto-estocagem com recursos da CESP. Neste sentido, os oleiros de Presidente Epitácio concluíram seus estoques de argila em setembro/98. Os estoques de Paulicéia, Panorama e Ouro Verde, no lado paulista, estão em fase conclusiva. Em Castilho, a estocagem foi iniciada recentemente, porém as jazidas só serão afetadas com o enchimento até a cota 257m e poderão concluir o estoque até a data prevista.

Do lado sul-matogrossense, em Anaurilândia, como não foram localizadas novas jazidas para continuidade da atividade, as três famílias beneficiárias, por solicitação, foram reassentados em projeto agropecuário. Em Batagassu, quatro unidades foram relocadas e os estoques estão sendo realizados pela Prefeitura e estão em fase conclusiva. Em Três Lagoas, os estoques foram iniciados e serão concluídos antes do enchimento até a cota 257m. Porém, as únicas jazidas identificadas para a continuidade da atividade após a conclusão dos estoques encontram-se em área de preservação permanente do reservatório e esta exploração poderá ser executada mediante declaração de utilidade pública.

Quanto aos oleiros de Porto João André, em Brasilândia, a elevação do lençol freático, decorrente do enchimento do reservatório até a cota 253m, aliada a pouca tecnologia dos oleiros, dificultou a retirada da argila das suas antigas jazidas, a CESP estocou 40m³ de argila para cada um dos 26 oleiros de Porto João André, quantidade esta superior à necessidade para produção de um ano. Esta ação está prevista na condicionante 2.2 da LO nº 024/98, que, desta forma, foi cumprida.

3. Readequação da Atividade Pesqueira

Foi criada uma comissão com a participação das três colônias de pescadores dos municípios de Presidente Epitácio que apresentou uma proposta sobre os locais para instalação dos pontos de pesca. Esta ação está prevista na condicionante nº 2.8 da LO 024/98, devendo estes pontos de pesca ser construídos após o enchimento do reservatório na cota 257m, num prazo de 120 dias.

A mesma comissão apresentou a relação dos beneficiários do programa que também estão contemplados no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. Na primeira tentativa, a partir dos critérios gerais estabelecidos no TAC, foram apresentados 1800 beneficiários. Como este número foi definido considerando-se todos os cadastrados praticantes da atividade, houve necessidade de se identificar os reais beneficiários, aqueles que utilizam a pesca como atividade de subsistência. Assim, uma nova relação com cerca de 600 beneficiários foi apresentada.

4. Reposição e Ampliação dos Equipamentos de Lazer

EM BRANCO

Fls. 2240
Proc. 1247/92
Rubr.

Em Presidente Epitácio, as obras de construção do novo Parque Figueiral está em fase final de construção, faltando o calçamento das vias internas. O projeto foi definido com a prefeitura, porém, em contatos com algumas pessoas da cidade, comenta-se sobre a grande distância do parque à cidade e a possibilidade de se tornar um "elefante-branco" devido aos altos custos de manutenção que ficará a cargo da prefeitura. Ressalta-se que a localização do mesmo foi decidida em plebiscito.

Foi definido o local de construção da área de lazer de Panorama e Paulicéia e o projeto está sendo discutido com as prefeituras.

O programa, não previsto no EIA, para atender aos municípios do MS, foi estendido aos mesmos por decisão da CESP, trata-se de obra compensatória. Porém, só será iniciado após o enchimento na segunda fase.

5. Remanejamento da População Atingida

O Remanejamento da População Atingida pelo enchimento do reservatório até a cota 253m foi realizado conforme previa a condicionante 2.1 da LO nº 024/98. Vários beneficiários foram transferidos para seus lotes definitivos, porém em residências provisórias. Hoje, as residências definitivas estão totalmente concluídas conforme descrito a seguir.

A aquisição de terras para reassentar as famílias atingidas pela cota 257m está quase concluída. As 06 (seis) famílias de Castilho/SP deverão ser reassentadas na Fazenda Buritis, em Paulicéia/SP, pois o número reduzido de famílias inviabiliza a implantação de um novo reassentamento. O reassentamento das 17 famílias de Três Lagoas/MS será na Fazenda Buriti. As demais famílias dos outros municípios já possuem lotes reservados nos reassentamentos existentes, inclusive na Fazenda Pedra Bonita, em Brasilândia/MS, onde restam 32 propriedades disponíveis.

Reassentamentos Rurais

Na década de 80, a CESP reassentou 516 famílias de pequenos produtores rurais no Projeto Lagoa São Paulo, em sistema de agrovilas. Hoje, estas famílias já possuem a escritura definitiva de suas propriedades e vida própria, contudo, as condições são bastante precárias sem o apoio do empreendedor e a inexistência de um sistema de saneamento, além de uma rede de energia elétrica que não atende à totalidade da comunidade. Segundo informações obtidas "*in loco*", o empreendedor comprometeu-se a complementar o programa com a indenização no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) para cada família que permanece no local, e firmou acordo com a prefeitura para incluir as obras de eletrificação como compensação financeira do empreendimento. Outras 100 famílias de ilhéus foram reassentadas em projeto agropecuário no Reassentamento da UHE Jupiá, em Castilho.

EM BRANCO

2241
124/92
Rubr.

Para atender aos demais beneficiários do programa, a CESP está implantando outros seis reassentamentos rurais nos vários municípios atingidos. A seguir, passaremos a relatar a situação de implantação de cada um deles.

- **Fazenda Santo Antônio**, município de Caiuá/SP – Está totalmente implantado e ocupado por 45 famílias sendo a maior parte pecuarista. As residências definitivas estão concluídas e são abastecidas por água e energia elétrica. A conservação dos solos foi concluída. A manutenção das estradas está sendo feita pela prefeitura, através de equipamentos doados pela CESP. A população está sendo atendida no Posto de Saúde e Escolas do Projeto Lagoa São Paulo através de ambulância e ônibus doados pela CESP, conforme acordo com a prefeitura. Está sendo reflorestada pela CESP a área de preservação permanente (500m), às margens do Rio do Peixe. Dentre os demais reassentamentos, este é o que apresenta o mais alto índice de satisfação dos beneficiários. A agricultura já apresenta resultados bastante satisfatórios com o cultivo de mamona, algodão, abóbora e, mais recentemente, urucum, e a pecuária leiteira, além da venda do leite para as cooperativas, iniciou, com sucesso, a produção de queijo.

- **Fazenda Lagoinha**, município de Presidente Epitácio/SP - Está totalmente implantado e ocupado por 16 famílias. As residências definitivas estão concluídas e são abastecidas por água e energia elétrica. A conservação dos solos foi concluída. Devido à proximidade da cidade, a população continuará sendo atendida no Posto de Saúde e Escolas do município, conforme acordo com a prefeitura. Está sendo reflorestada pela CESP a área de preservação permanente (500m) às margens de um tributário do Rio Paraná, além da área de reserva florestal do reassentamento. A mudança destas famílias é mais recente que os outros reassentamentos e isso pode ser visto pelos lotes menos tratados, mais desorganizados. Alguns lotes, inclusive, só contam com a residência e nenhuma plantação.

- **Fazenda Buritis**, município de Paulicéia/SP – Está previsto receber beneficiários da segunda fase de enchimento do reservatório, por isso não está totalmente ocupado (11 lotes disponíveis). Está implantado e ocupado por 61 famílias sendo a maior parte dedicada à agricultura. As residências definitivas para os que já foram reassentados estão concluídas faltando concluir aquelas destinadas à segunda fase. São abastecidas por água e energia elétrica. A conservação dos solos foi concluída. A manutenção das estradas está sendo feita pela prefeitura através de equipamentos doados pela CESP. A população está sendo atendida no Posto de Saúde e Escolas do município, através de ambulância e ônibus doados pela CESP, conforme acordo com a prefeitura. Está prevista a ampliação da escola. A fazenda possui uma excelente sede com várias construções e residências que formam a área comum do reassentamento, faltando a conclusão do Centro Comunitário. No futuro, esta área será repassada à prefeitura. Foi construída, na área comum, uma estufa para produção de mudas e já

EM BRANCO

Fls. 2242
12/11/92
Rubr.

apresenta bons resultados. Os moradores desenvolveram a estrutura de suas casas, ampliando-as ou construindo outras ao lado para filhos ou agregados. Tem destaque o cultivo de mamona, abóbora e algodão.

- **Fazenda Aruanda**, município de Bataguassu/MS - Está em fase final de implantação e ocupado por 65 famílias sendo a maior parte dedicada à agricultura. As residências definitivas estão concluídas. Possui cerca de 20 lotes vazios que poderão ser utilizados na Segunda fase de enchimento do reservatório. Está concluída a rede interna de distribuição de água e energia elétrica. A conservação dos solos foi concluída. A manutenção das estradas está sendo feita pela prefeitura através de equipamentos doados pela CESP. A população está sendo atendida no Posto de Saúde do município, conforme acordo com a prefeitura, e já se encontra concluída a construção, na área comum do reassentamento, da escola, com seis salas de aula, e do Centro Comunitário, composto por varandão, palco, salas de uso múltiplo, cozinha e sanitários. O aspecto geral do reassentamento é muito bom e demonstra a adaptação das pessoas à nova vida proposta, apesar da distância que estão do rio. Várias casas foram ampliadas, os lotes estão plantados com agricultura familiar de subsistência, pequenos animais soltos pelo quintal e jardins floridos enfeitam a simplicidade das casas e a produção leiteira chega a atingir 20.000l/mês.

- **Fazenda Santa Ana**, município de Anaurilândia/MS - Está em fase final de implantação e é ocupado por 72 famílias sendo a maior parte dedicada à agricultura. As residências definitivas estão concluídas, tendo sido aproveitadas, por decisão dos beneficiários, duas residências existentes na antiga fazenda. Está concluída a rede interna de distribuição de água e energia elétrica. A conservação dos solos foi concluída. A população está sendo atendida no Posto de Saúde do Distrito de Quebracho construído pela CESP, conforme acordo com a prefeitura. A Escola existente no distrito atende à demanda do reassentamento e a CESP construiu alí uma creche para atender aos filhos dos trabalhadores locais. As crianças são transportadas por um ônibus cedido pela CESP. Com relação à adaptação dos beneficiários pôde-se observar que possuem uma melhor tradição em agricultura e pecuária. Os lotes são melhor organizados, os currais são bem construídos e a produtividade também é mais significativa, chegando, por exemplo, a produzir cerca de 24.000l/mês. Segundo a CESP, estes resultados também se explicam pelo excelente acompanhamento prestado pela Prefeitura.

- **Fazenda Pedra Bonita**, município de Brasilândia/MS - A etapa do reassentamento programada para atender à primeira fase está concluída, sendo ocupada por 50 famílias, em sua maior parte dedicada à agricultura. Restam cerca de 32 lotes vazios que serão utilizados na segunda fase de enchimento do reservatório. Está concluída a rede interna de distribuição de água e energia elétrica. A conservação dos solos foi concluída. A população está sendo atendida no Posto de Saúde e em Escola do

EM BRANCO

2243
Doc. 1247/98
Rubr.

município, através de ambulância e ônibus cedidos pela CESP. Conforme acordo com a prefeitura será construído um Posto de Saúde no próprio reassentamento e as instalações da escola serão ampliadas. O reassentamento possui um cemitério indígena que foi devidamente cercado e está sendo preservado.

Reassentamentos Urbanos

Estão concluídos dois reassentamentos urbanos, o de Panorama/SP (13 famílias da Vila Marrecas) e o de Bataguassu (Nova Porto XV), estando concluída a última construção prevista, um Centro Comercial de Pescado em Nova Porto XV.

O reassentamento urbano de Presidente Epitácio, cujas famílias, há um ano, estão morando em residências alugadas pela CESP, está concluído, com água, energia, muro, portão e calçada, faltando a construção de um Centro Comunitário, reivindicação da comunidade. Outra reivindicação é a construção de um sistema de escoamento de águas fluvias na via de acesso ao local, que já foi aceita e a obra iniciada pelo empreendedor.

O reassentamento do núcleo de Porto João André, em Brasilândia/MS já está definido e as obras de arruamento concluídas. Este atraso na implantação do núcleo poderá comprometer o cronograma de enchimento do reservatório até a cota 257m.

Para o reassentamento urbano das famílias de Panorama/SP, que serão atingidas pelo enchimento até a cota 257m, cerca de 26 famílias, ficou definida a concessão de cartas de crédito.

6. Apoio à Mão-de-Obra

Este programa previa beneficiar às famílias de trabalhadores que, além de perderem o seu trabalho nas fazendas que foram desapropriadas, perdiam também a sua moradia naquelas fazendas. Para mitigar este impacto, a CESP, em conjunto com as prefeituras, propôs ceder 5ha de terra para cada família, desde que a prefeitura assumisse a implantação da infra-estrutura e fornecesse o devido acompanhamento. Apoiadas no Projeto Casulo, as prefeituras de Mato Grosso do Sul aceitaram a proposta. A CESP cumpriu o proposto e entregou às prefeituras as áreas destinadas ao programa. Contudo, as prefeituras ainda não conseguiram fazer a sua parte. Apenas demarcaram os lotes e, em alguns casos, os distribuiu. Neste sentido, alguns beneficiários estão morando nos próprios lotes em condições precárias: barracos de lona ou madeira, sem água e energia elétrica. Segundo a Prefeitura de Bataguassu parte dos recursos para implantação das residências (Projeto Casulo) já está disponível. Os demais municípios encontram-se em fase de aprovação do projeto junto ao INCRA, órgão responsável pela implantação do Projeto Casulo.

A condicionante nº 2.6 da LO nº 024/98 previa que este benefício fosse estendido às famílias do estado de São Paulo. Porém, nenhuma das prefeituras assumiu o

EM BRANCO

Fls. 2244
Proc. 1247/92
Rubr.

compromisso de implantar a infra-estrutura dos reassentamentos. Desta maneira, conforme menciona o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, celebrado entre o Ministério Público, o IBAMA e a CESP, restaria aos beneficiários a alternativa de receber a indenização de 20 salários mínimos. Os beneficiários do estado de São Paulo optaram pela última alternativa, o que já foi cumprido pelo empreendedor.

7. Resgate Arqueológico

O empreendedor vem apresentando os relatórios das atividades desenvolvidas e emitirá relatório conclusivo após enchimento na cota 257/259m.

8. Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental vem sendo conduzido conforme definido no EIA/RIMA, contando também com a disponibilidade de um Barco Escola que desenvolve aulas práticas com alunos de 1° e 2° Grau dos municípios diretamente atingidos pelo empreendimento. No contexto é valorizada a fauna regional e a necessidade de se coibir a caça, incentivando a preservação do meio ambiente.

Condicionantes da licença de operação quanto ao meio sócio-econômico n° 024/98 (cota 253 m)

Anteriormente ao enchimento do reservatório, a CESP deverá:

- *reassentar todas as famílias consideradas beneficiárias do Sub-Programa de Reassentamento, que ainda permanecem na área de inundação;*
  - *concluir a relocação de todos os equipamentos (de ensino e templos religiosos) e a remoção dos ramais terminais de energia elétrica e telefonia, após a transferência das famílias;*
  - *concluir o Programa de Desmonte e Desinfecção da área a ser inundada, após a transferência das famílias.*

  Todas as famílias atingidas pela cota 253 m já foram reassentadas.

- *Garantir o estoque de argila para os oleiros de Porto João André/MS que terão suas jazidas afetadas pelo enchimento da cota 253m.*

  A área para relocação já foi definida e os estoques estão sendo iniciados.

- *Concluir a formação do estoque de argila para os oleiros de Bataguassu/MS e Nova Porto XV/MS e executar o Programa de Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico Oleiro para os oleiros afetados pela 2ª fase do enchimento.*

EM BRANCO

Fls. 2245
Doc. 1247/97
Rubr.

O empreendedor informou que os mesmos estão concluídos, devendo ser encaminhada a documentação comprobatória.

- *Construir, no prazo de 180 (cento oitenta) dias, as residências definitivas bem como a implantar a infra-estrutura dos reassentamentos rurais e urbanos destinados à relocação das famílias atingidas pela cota 253 m.*

Todos os reassentamentos rurais e urbanos para a cota 253m estão concluídos, contudo, as famílias da área urbana de Presidente Eptácio, até a data da vistoria, não concordavam com a ocupação dos imóveis.

- *Concluir o Programa de Remanejamento da População Atingida pela cota 257/259m, até 30 (trinta) dias antes do enchimento do reservatório.*

Esta condicionante deve ser mantida.

- *Providenciar a transferência das famílias sul-mato-grossenses contempladas no Sub-Programa de Apoio à Mão-de-Obra, estendendo o benefício às famílias paulistas, desde que as prefeituras assumam a implantação da infra-estrutura nos lotes.*

As prefeituras não cumpriram o proposto e a CESP adquiriu terras e doou às prefeituras

- *Relocar as áreas de lazer conforme previstas no EIA/RIMA em Panorama/SP e Presidente Epitácio/SP, bem como, implantar as que estão sendo propostas pela CESP em Anaurilândia/MS, Bataguassu/MS, Brasilândia/MS, Santa Rita do Pardo/MS, Três Lagoas/MS e Paulicéia/SP.*

A área, em Panorama, já foi definida, mas as obras ainda não foram iniciadas. O empreendedor informou que serão concluídas até outubro/2000. Em Presidente Epitácio já está praicamente concluída e, as demais, encontram-se em estudo com as prefeituras para definição da área.

- *Definir, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, a localização dos pontos de pesca e construir a sua infra-estrutura até 90 (noventa) dias após o enchimento do reservatório na cota 257/259m.*

O empreendedor apresentou mapa com pontos de pesca, mas em reunião com representantes das colônias foi solicitado ao Ibama que não permita ponto de pesca em rio secundário, o que deverá ser acatado pelo empreendedor.

- *Apresentar relatório conclusivo sobre o Resgate Arqueológico realizado até a cota 253m.*

EM BRANCO

2246
1247/92
Rubr.

Foi apresentado relatório de conclusão do Resgate Arqueológico na cota 253m, e o relatório final será apresentado após conclusão dos trabalhos da cota 257m.

- *Proceder ao Resgate Arqueológico previsto para as cotas 257/259m, apresentando os resultados dos levantamentos de campo, prospecção e escavação de sítios arqueológicos, análises laboratoriais e destinação do material.*

Trabalhos sendo executados.

- *Dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental, incluindo ações nas áreas destinadas à relocação de fauna, visando orientar fazendeiros e comunidades locais sobre a proibição da caça.*

O Programa está sendo desenvolvido conforme proposto.

- *Providenciar a conclusão das obras do sistema de tratamento do esgoto de Panorama/SP.*

Obra concluída.

- *Relocar a infra-estrutura portuária de Presidente Epitácio/SP e Panorama/SP antes do enchimento do reservatório nas cotas 257/259m.*

Obra em andamento.

Comentários do meio sócio-econômico

No correr deste processo de Licenciamento e, antes mesmo dele, quando eram as secretarias estaduais que avaliavam, os empreendedores e os Estados vêm se confrontando por conta das medidas mitigadoras nem sempre cumpridas. O mesmo EIA/RIMA foi encaminhado ao IBAMA, quando este assumiu oficialmente o processo em 20/02/1998 (Ofício 85/98-IBAMA/DIRCOF/DEREL - folha 119 do processo).

O impacto produzido por uma UHE deste porte é gigantesco. Além disso, pelo que se depreende do processo, as ações foram muito mal conduzidas, gerando insatisfação e conflito entre as partes interessadas. Os principais atingidos pela Usina de Porto Primavera são: o setor cerâmico-oleiro; o setor pesqueiro; e a população Ofayé-Xavante; e, nesse contexto, há o conflito referente à permanência dos ranchos de Castilho.

Uma outra importante ocupação na região é a pecuária de corte. Existem também laticínios e alguma produção agrícola. Antes da emissão da Licença, deve-se verificar se houve a compensação e devida transferência de todos os atingidos. Para a obtenção da Licença de Operação para a cota 259 da hidrelétrica deve-se exigir um quadro definitivo da situação de toda a Área de Influência.

EM BRANCO

Fls 2247
Doc. 1247/92
Rubr.

➢ **O Setor Cerâmico-oleiro**

O setor cerâmico-oleiro é o maior empregador direto da força-de-trabalho na região. A atividade mineradora (extração/industria de olaria, areia e cascalho) é tradicional no rio Paraná. Por ser uma atividade sazonal (no sentido de que durante a cheia do rio é muito difícil de se obter a matéria prima), muitas industrias estabelecem estoques de argila, que são negociados até o final da vazante. Com o enchimento total do lago da UHE, a maior parte dos estoques naturais ficará submersa, inviabilizando por completo a atividade do setor.

Como alternativa, a CESP propôs estocar argila numa quantidade suficiente para oito anos de trabalho, em média. Além de ser uma solução paliativa, parte da argila encontrada para os estoques está em área de proteção ambiental. É preciso verificar as condições destes estoques, uma vez que este empreendimento não é novo. É importante considerar também se haverá novos estoques ou estoques naturais, após os oito anos propostos pela empresa. Percebe-se pela leitura do Estudo de Impacto Ambiental que as olarias e cerâmicas compõem um complexo sistema econômico-cultural que deve ser considerado. Uma abrupta interrupção das atividades por falta de matéria prima poderá desencadear uma desagregação no funcionamento do referido sistema, expulsando os trabalhadores para outros ramos de atividades e ocasionando perdas culturais.

➢ **O Setor Pesqueiro**

Para o consórcio que elaborou o EIA/RIMA, é difícil aferir a atividade pesqueira na região de impacto da UHE. O TAC obriga ao empreendedor a distribuição de 1000 metros de rede para cada beneficiário, contudo, esta ação não seria benéfica para o meio ambiente. A proposta dos representantes das colônias de pescadores é a distribuição de 100 Kits Tanque/Rede para criação de *tilápia* e, assim, obter uma complementação de renda.

Essa iniciativa é compreendida como compensação pelos danos causados aos atuais pescadores, mas, o repovoamento do lago, o sucesso do elevador de peixes e o monitoramento da qualidade da água é que oferecerão a garantia da reprodução das espécies hoje encontradas no rio Paraná.

Por tratar-se de pessoas habituadas à prática de atividade extrativista, para implantação da proposta, faz-se necessário que também seja oferecido treinamento a todos os beneficiários. Além disso, um programa de assistência aos pescadores durante a piracema é necessário e deve ser garantido.

Segundo o empreendedor e representantes das colônias de pescadores, essa proposta seria apresentada ao Ministério Público para alteração do TAC. Alertamos que o Ibama não foi consultado e não está participando dessa negociação.

EM BRANCO

2248
1241/98
Fl.

➢ **Os Ofayé-Xavante**

A população Ofayé-Xavante, após longas migrações pelo território, foi colocada no interior de uma fazenda. Entretanto, esta fazenda fica no interior da cota de inundação. Como solução, a CESP e a FUNAI firmaram um Convênio (Processo FUNAI/BSB/0028/94 - folha 407 do Processo de Licenciamento) para a transferência da população para um local próximo de uma área anteriormente identificada. Logo após o Convênio, foi elaborado um termo aditivo, reconsiderando boa parte das medidas mitigadoras. Dada à insatisfação dos Ofayé, o Ministério Público Federal - MPF esteve na área e elaborou um relatório, em que conclui que não houve pleno conhecimento, pelos índios, do documento então assinado (Ofício 7936/98/Divisão Pericial/PR/SP de 23/06/98 - folha 997 do Processo de Licenciamento).

Em visita a comunidade indígena Ofayé-Xavante, foi constatado o abandono que estão vivendo. Foram relocados para uma área característica de cerrado, sem água corrente. O empreendedor instalou energia elétrica, e para suprir a falta de água, construiu um poço e disponibilizou uma bomba. No mês de fevereiro a bomba d'água apresentou defeito e toda comunidade ficou sem água por mais de 15 dias, até a CESP providenciar o conserto. Foi verificado "*in loco*", pelo menos, 03 itens inaceitáveis para assentamento de uma comunidade indígena, principalmente pelas características culturais conhecidas desse povo: não há água na área; a extensão de terra é pequena; e, o solo não oferece condições de subsistência para aquela comunidade, além de estarem sendo impedidos de eternizar suas tradições culturais com a penetração de uma seita religiosa.

➢ **Os ranchos**

Um dos pontos que têm gerado questionamentos jurídicos ao processo de Licenciamento Ambiental da UHE Sérgio Motta, diz respeito às casas de veraneio, denominadas ranchos, localizadas na Área de Proteção da UHE. Sabe-se que no entorno da área a ser inundada encontram-se diversas situações, desde a faixa de preservação permanente de 100 metros a alguns poucos metros de margem de segurança. Também existe uma diversidade na situação antrópica, com cidades à margem do reservatório. Nestes casos, algumas casas de lazer e fazendas foram desapropriadas enquanto outras não o foram por encontrarem-se acima da cota de inundação (Nota Informativa nº 07/00).

Sobre os ranchos de Castilho, deve haver inundação temporária de 31 ranchos dos 216 existentes. Há um forte interesse local dos ranchos, com a própria prefeitura requisitando que permaneçam. A PROGE já se posicionou contrária, partindo do princípio de que a Legislação Ambiental não permite. Entretanto, um parecer técnico do IBAMA foi favorável, uma vez que há uma preservação da mata nativa no entorno das casas (Parecer 96/99 – IBAMA/DIRPED/PALA/PSL - folha 1560 do Processo).

EM BRANCO

2249
1247/92

Entretanto, num caso como este, deve haver uma ampla discussão da situação de todo o entorno do reservatório para que a medida não abra precedentes negativos ou exclua outros indivíduos na mesma situação. Deve-se considerar que a constituição de um espaço de lazer no reservatório poderá gerar uma invasão, através da grilagem de terras, de ocupantes interessados em estabelecer comércios, tais como quiosques, clubes e pequenos hotéis, além de novos ranchos. A concessão, no caso de Castilho, poderá desencadear ações de requerimento de posse de outras pequenas propriedades na região.

Caso os ranchos sejam entregues aos atuais proprietários num acordo de "servidão de uso", como propõe a CESP, deve-se exigir, além de medidas preventivas com relação à água e ao esgoto, um amplo programa ambiental para conscientizar proprietários e caseiros da necessidade de se preservar animais e plantas, ter cuidado com o lixo, dentre outras ações.

Concluindo, gostaríamos de deixar registrado os principais pontos levantados no presente parecer, pertinentes ao meio sócio-econômico.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após vistoria técnica e análise de todo o material disponível, concluímos que o empreendimento não está apto a renovação da LO nº 24/98.

Para tanto, o empreendedor deverá ser notificado pelo não cumprimento das condicionantes citadas abaixo, que o obriga a apresentação, o mais breve possível, sob pena de dificultar o andamento do processo de licenciamento ambiental, bem como, considerar uma reavaliação da permanência da cota 257m, afim de não permitir inundações na Fazenda Cizalpina.

Cabe ainda, solicitar manifestação da DIFAS, quanto aos procedimentos relativos ao resgate de fauna, para que se possa prosseguir com o licenciamento ambiental.

Itens a serem atendidos antes da emissão da licença:

- Reestruturar o Programa de Monitoramento da estabilidade das encostas marginais.
- Encaminhar relatórios de andamento dos programas ambientais e de monitoramento.
- Apresentar situação atual dos Programas relativos às Unidades de Conservação.

EM BRANCO

2250
1247/92

- Encaminhar documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.
- Apresentar processo utilizado na região do rio Peixe para amenizar a grande quantidade de matéria orgânica concentrada nestas áreas, que poderá acarretar na alteração da qualidade da água.
- Retirar todo material lenhoso resultado do desmatamento da cota 253m antes do enchimento até a nova cota.
- Encaminhar o estudo de capacidade de suporte, que deverá dar subsídios quanto à quantidade e espécies de animais que poderão ser relocadas para as áreas previstas.
- Avaliar a possibilidade de se manter a cota 257m, sem permitir oscilações para a cota 259m.
- Apresentar mapeamento da nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório

No que concerne ao funcionamento na cota 253,0 m, as seguintes recomendações devem ser observadas:

- Reassentar as famílias atingidas pelo reservatório na cota 257m.
- Fazer funcionar os sistemas de água e energia elétrica em Aruana e Santa Ana.
- Definir sobre a implantação do núcleo de Porto João André.
- Apresentar ao IBAMA o projeto executivo do reassentamento do núcleo de Porto João André.
- Definir sobre a aquisição de terras para o reassentamento das 16 famílias de Três Lagoas/MS.
- Definir sobre os estoques de argila para os oleiros de Porto João André.
- Apresentar a definição quanto a questão da mão-de-obra atingida.
- Dar continuidade à implantação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Apresentar proposta para proteção das encostas incluídas na de grau 2.
- Analisar e verificar os efeitos da elevação do lençol freático, como resultado do enchimento do reservatório na cota 257/259 m.
- Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da qualidade da água.

EM BRANCO

Fls: 2251
Proc. 1247/98
Rubr.

- Dar continuidade ao mapeamento das macrófitas no reservatório.
- Dar continuidade à implementação do Banco de germoplasma.
- Apresentar um estudo mais detalhado sobre o resgate de animais na cota 257/259m.
- Encaminhar relatórios anuais ao Ibama de monitoramento, identificando as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos da piracema. Identificar ainda, os locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis habitats das espécies de maior significância desta região.
- Reavaliar o peixamento que vem sendo realizado, tendo em vista não se ter ainda, informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e daquelas que devem permanecer no lago.
- Dar continuidade à soltura da fauna resgatada, não relocada ou não destinada às instituições científicas, em áreas adjacentes à inundação, por meio de solturas brandas.
- Enviar animais para instituições científicas somente após as devidas autorizações emitidas pelo IBAMA.
- Implantar as 4 (quatro) bases de resgate de fauna, ao longo do reservatório para que possam ser utilizadas como apoio nas atividades inerentes à operação resgate na cota 257. Devendo as mesmas estarem concluídas antes do enchimento da cota 257.
- Relocar para áreas mais adequadas os cervos do Pantanal, que se encontram em áreas susceptíveis à pressão de caça.
- Dar continuidade aos Programas relativos às Unidades de Conservação.
- Apresentar um programa de monitoramento da ictiofauna a fim de verificar a eficiência dos sistemas de transposição.
- Promover a limpeza total da bacia de inundação com a remoção da biomassa até a cota 257/259m.
- Destinar corretamente a madeira provinda dos desmatamentos.

À Consideração Superior

Maria Cecilene Aragão Martins
Bióloga CREA 8.442/D

Silvia Regina Alvares
Bióloga - CRB 00776/04
Consultora Técnica

Antonio Claret Karas
Engº Florestal - CREA-PR 17498-D
Consultor

Mariangela Borges de Azevedo
Engenheira Civil - CREA-RJ/39916/D
Consultora

EM BRANCO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CÓPIA

Fls 2252
Proc. 1247/92
Rubr.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BAURU-SP

Rua 13 de Maio nº 10-93 - Bauru/SP - CEP 17.015-270 - PABX: (14) 234-6351 – *e-mail:prmbauru@blv.com.br*

Ofício n.º 1235/00-PRM/BRU
Ref.: Inquérito Civil Público nº 05/99

Bauru, 25 de outubro de 2000

Ilustríssima Senhora,

Através do ofício n.º 1157/00 de 03/10/2000, foram solicitados diversos esclarecimentos sobre o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Taquaruçu - Assis, com 173,35 km de extensão e da Linha de Transmissão Assis - Sumaré, com 332,00 km de extensão, a serem concedidos à ETEO – EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO OESTE LTDA., empresa privada que possui contrato de concessão com a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, não tendo, até a presente data, recebido resposta deste Instituto.

Através de publicação no jornal O Estado de São Paulo, edição do dia 16/10/2000, página B3, tive ciência que a referida empresa recebeu da Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SMA/SP) a Licença Prévia n.º 000356 de 10/10/2000, para implantação do empreendimento.

Segundo fui informado, o licenciamento foi concedido com base em regulamentação estadual, o que permitiria a SMA/SP, a dispensa de EIA/RIMA, após análise feita do RAP (Relatório Ambiental Preliminar).

Salvo outra interpretação ou dispositivo legal, parece-me que o procedimento adotado encontra-se em desacordo com a legislação vigente, posto que:

- A Resolução Conama n.º 001 de 23/01/86 , em seu artigo 2º, assim estabelece.

Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

...

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV;

EM BRANCO

Fls 2253
Proc. 1247/92
Rubr.

- Por sua vez a Lei n.º 6.938 de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, no § 1º do artigo 6º estabelece que

§ 1º - Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, ***observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.***

Desta forma, não podem os Estados e nem seus órgãos vinculados, alterar ou inobservar aquilo que **se encontra determinado em resoluções do CONAMA**, especificamente, quanto a necessidade de EIA/RIMA para linhas de transmissão de tensão acima de 230 kV, como é o caso das referidas linhas de transmissão, com tensão de 440 kV, além de apresentar uma extensão que atravessa quase todo o Estado de São Paulo, com mais de 500 km.

Com relação a licitação promovida pela ANEEL e que resultou na contratação da ETEO, informo que está sendo objeto de Ação Civil Pública proposta por esta Procuradoria junto a 4ª Vara da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 1999.61.00056688-0), protocolada em novembro/99, motivada por insuficiência de ressarcimento ao antigo concessionário (CESP), questões tarifárias e falta de isonomia em relação a empresas estatais existentes (CTEEP e EPTE).

Oportuno destacar ainda que o TCU - Tribunal de Contas da União, através da Decisão Plenária n.º 779/2000 do dia 20/09/2000, sobre o referido contrato de concessão, assim relatou:

- 80 % dos recursos a serem utilizados no empreendimento serão provenientes do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- a taxa de remuneração do capital próprio da ETEO é de 35,9 % ao ano (prazo de concessão de 30 anos).

Diante de todo o exposto, a ETEO deve observar toda as fases de licenciamento ambiental, cumprindo, desta forma, integralmente a legislação vigente.

Para que o assunto possa ainda ser devidamente discutido com a sociedade, imprescindível a elaboração do EIA/RIMA, a realização da Audiências Públicas em quantidade a serem definidas, bem como que sejam garantidos o recebimento dos custos intrínsecos e indispensáveis à prevenção, a mitigação ou a compensação de impactos sócio-ambientais provocados pelo empreendimento. Destacando-se, neste sentido duas normas destinadas a garantir a provisão de recursos para o eqüacionamento de questões sócio ambientais: Decreto 95.733/88 (1% do custo global do empreendimento) e Resolução Conama 010/87 (0,5% dos custos totais do empreendimento).

EM BRANCO

Fls 2254
Proc. 1247/92
Rubr.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Requisito manifestação urgente deste órgão, recomendando seja **devidamente analisada a Licença Prévia n.º 000356 de 10/10/2000**, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA/SP), a qual, S.M.J., afigura-se ilegal por ter dispensado o EIA-RIMA num empreendimento de grande magnitude e visível impacto ambiental.

Informo, outrossim, que o prazo para o atendimento da presente requisição é de dez (dez) dias a contar do recebimento deste, consoante dispõe o art. 8º, § 5º da Lei Complementar no 75/93.

Ao ensejo, renovo a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

RODRIGO VALDEZ DE OLIVEIRA
Procurador da República

À Ilustríssima Senhora Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Dra. Marilia Marreco Cerqueira
SAIN Av. L/4, Lote 04/08
Edif. Sede do IBAMA - Bloco B
CEP 70800-200 - BRASÍLIA - DF

Fax (61) 322-1058

Enviadas cópias deste ofício para:
- CONAMA
- SMA/SP
- BNDES

EM BRANCO

Fls. 2255
Proc. 1247/92
Rubr.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
UNIDADE MULTIFUNCIONAL DO MATO GROSSO DO SUL

MEMO Nº 117/2000 - IBAMA/MS **Campo Grande 31 de outubro de 2000.**

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
N.º 1624/2000
Data: 23/11/00 Hora:
Recebido

À: Chefe do Departamento de Registro e Licenciamento Ambiental
Dra. Moema Pereira Rocha de Sá

DEREL/DIAP
CONTROLE Nº 2676
DATA 29/11/00
ASS.

De: Natalina da Rocha Vieira
Representante IBAMA/MS

Assunto: Encaminhamento de Ofício nº 202 da Procuradoria de Justiça/MS

Estamos encaminhando Ofício nº 202/CAOPJMA/2000, para atendimento, pois não dispomos das informações solicitadas, uma vez que as autorizações de supressão e os acordos com a CESP foram feitos por intermédio do DEREL.

Atenciosamente

Natalina da Rocha Vieira
Representante IBAMA/MS

Averiguar resposta.

- Washington 99679872 -> Rio

De Ordem,
À Dra. Silvia Regina
P/ as providências cabí-
veis.

28.11.00

Este documento já foi
respondido

Silvia Zuels

1 cópia.

Fls. 2256
Proc. 1247/92
Rubr.

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE

Campo Grande, 23 de outubro de 2000.

Ofício n.º 202/CAOPJMA/2000

Senhora Representante,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja encaminhado, o mais breve possível, a este Centro de Apoio, o **Relatório de Fiscalização e Acompanhamento dos Trabalhos de Desmatamento e Reflorestamento,** no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas da Cia. Energética de São Paulo-CESP.

Sem mais, renovo as expressões de estima e consideração.

TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Procuradora de Justiça
Coordenadora do CAOPJMA

EXMO. Sra.
NATALINA DA ROCHA VIEIRA
Gerente de Projetos
Representante do IBAMA/MS
Nesta

A Exmª Elizabeth para atendimento
30/10/00

EM BRANCO

Fls. 2257
Proc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

NOTA INFORMATIVA Nº 071/00	07/11/00

Assunto: Licenciamento Ambiental da UHE Engº Sérgio Mota (UHE Porto Primavera)

EMPREENDEDOR: CESP

Processo: 02001.00147/92-87

O licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrico Engenheiro Sérgio Mota (UHE Porto Primavera), localizada no rio Paraná, estava sendo conduzido pelas Secretarias de Meio Ambiente dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que concederam as licenças de instalação.

O referido licenciamento passou à responsabilidade do IBAMA, por Moção aprovada em regime de urgência na 49º Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, de 15 de dezembro de 1997 e pela vigência da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

Para sanar as pendências das ações civis públicas em curso, em 23/10/98, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre o Ministério Público Federal, IBAMA e CESP.

Em 03/11/98, o Ibama emitiu a Licença de Operação nº 024/98, autorizando o enchimento do reservatório até a cota 253,00 m. O empreendedor, visando obter a Licença de Operação para operar com o reservatório na cota 257/259 m, conforme previsto em projeto, continuou a implantar os programas ambientais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução nº 30, de 24/02/99, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Energética de São Paulo - CESP, uma área de aproximadamente 62.855ha para implantação da 2 ª etapa da UHE Porto Primavera (cotas 257/259).

Esta área de desapropriação, assim definida, gerou espaços diferenciados no entorno imediato do reservatório. Em alguns casos, a faixa de preservação permanente, prevista na legislação como sendo de 100,00m, devido à declividade natural do terreno, foi totalmente desapropriada. Em outros, a faixa desapropriada se restringiu a uma pequena margem de segurança.

Assim sendo, o entorno do reservatório apresenta várias situações, como: (i) parte da cidade de Presidente Epitácio encontra-se às margens do reservatório; (ii) algumas casas de lazer ou fazendas foram desapropriadas, e outras, mesmo se localizando na distância horizontal do reservatório, não o foram, pois se localizavam numa cota acima daquela definida para desapropriação;

A CESP consultou este Instituto sobre a situação da permanência dos ranchos de pesca e lazer de Castilho/SP e das jazidas de exploração de argila no município de Três Lagoas/MS, situados na faixa ciliar de preservação permanente.

A decisão sobre a permanência ou não dos ranchos de Castilho encontra-se no MMA para apreciação da CONJUR/MMA e, segundo orientação da PROGE, a exploração de argila em APP é possível mediante decreto municipal de utilidade

EM BRANCO

Fls 2258
Proc 1247/92
Rubr.

pública.

A compensação ambiental do empreendimento foi definida pelos estados, sendo selecionadas 2 áreas do lado paulista: a do rio do Peixe e do rio Aguapeí; e no lado sulmatogrossense, o Parque Estadual das Várzeas do rio Invinhema. A CESP está procedendo a aquisição das propriedades para regularização fundiária.

A CESP solicitou a renovação da LO 024/98, contudo não foi possível renovar a licença, vencida em 03/11/99, devido ao atraso no encaminhamento das complementações solicitadas pelo Ibama.

Foram realizadas vistorias pelo Ibama, nos meses de março, agosto e outubro/2000, e elaborados pareceres contemplando a análise das complementações entregues e para acompanhamento das cláusulas do TAC. Ressalta-se que, até julho/2000 não havia condições de renovação da LO 024/98, na cota 253.

Com vistas à renovação da licença para a cota 253 m, outro parecer está sendo ultimado.

Considerando o encaminhamento dos últimos relatórios de acompanhamento dos programas ambientais, de atendimento das condicionantes da licença de operação nº 024/98 para a cota 253 m e do TAC, o IBAMA está procedendo à análise dos mesmos, com vistas à renovação da referida licença.

No período de 14 a 20 de setembro, no decorrer do processo de licenciamento ambiental, o PROAVES, em convênio com a CESP, realizou um levantamento na área do empreendimento, onde foi encontrada, na bacia do rio do Peixe, uma população de uma espécie de ave rara e ameaçada de extinção, a Maria-catarinense, *Hemitriccus Kaempferi,* cujos registros eram exclusivos para o norte de Santa Catarina. Assim, o CEMAVE recomenda a inclusão de um projeto de manejo da espécie na região, o qual seria coordenado e executado pelo CEMAVE/IBAMA, em parceria com o PROAVES.

De acordo com os últimos documentos encaminhados, houve dúvidas quanto à área remanescente da Fazenda Cisalpina, selecionada para abrigo da fauna relocada pelo enchimento na cota 253 m, gerando o Ofício 01.692 – IBAMA/DCA, de 31 de outubro de 2000, que solicita esclarecimentos quanto a real área destinada à relocação da fauna.

EM BRANCO

Fls 2259
Proc. 1247/02
Rubr.

Abaixo, quadro síntese das pendências identificadas para atender o requerimento de licença para operação do reservatório até a cota 257/259 m.

PENDÊNCIAS	IMPEDITIVO	NÃO IMPEDITIVO
1. Verificação dos efeitos do lençol freático para o enchimento do reservatório na cota 257m/259m;		X
2. Apresentação de Programa de Recuperação das áreas degradadas na margem sulmatogrossense;		X
3. Apresentação de proposta para proteção das encostas incluídas em outro nível de criticidade, como recomposição e revegetação;		X
4. Mapeamento da nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório;		X
5. Conclusão das 4 (quatro) bases de resgate de fauna;	X	
6. Destinação correta da madeira proveniente dos desmatamentos;		X
7. Retirada do material lenhoso da cota 253 m;	X	
8. Conclusão das obras e relocação das famílias atingidas até a cota 259 m;	X	
9. Redefinição da medida mitigadora para o impacto sobre a atividade de pesca;		X
10. Conclusão dos equipamentos sociais dos reassentamentos executados na cota 253 m.		X
11. Integridade da biota na região da Fazenda Cisalpina, selecionada para relocação da fauna resgatada da inundação na cota 253 m.	X	

Os itens 5, 7 e 8 são considerados como impeditivos para emissão da licença de operação do reservatório até a cota 257/259 m, podendo ser concedida licença com prazos preestabelecidos para cumprimento dos mesmos. O item 11 é de solução premente.

EM BRANCO

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
N.º 1486/2000
Data: 13/11/00 Hora:
Recebido

Protocolo
IBAMA/DIRCO
Nº 7110
Data 13/11/00
Recebido

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
UNIDADE MULTIFUNCIONAL DO MATO GROSSO DO SUL

DEREL/DIAP
CONTROLE Nº 2504
DATA 14/11/00
ASS.

MEMO Nº 117/2000 - IBAMA/MS **Campo Grande 31 de outubro de 2000.**

Fls 2260
Proc. 1247/92
Rubr.

À: Chefe do Departamento de Registro e Licenciamento Ambiental
Dra. Moema Pereira Rocha de Sá

De: Natalina da Rocha Vieira
Representante IBAMA/MS

Assunto: Encaminhamento de Ofício nº 202 da Procuradoria de Justiça/MS

Estamos encaminhando Ofício nº 202/CAOPJMA/2000, para atendimento, pois não dispomos das informações solicitadas, uma vez que as autorizações de supressão e os acordos com a CESP foram feitos por intermédio do DEREL.

Atenciosamente

Natalina da Rocha Vieira
Representante IBAMA/MS

Ao DEREL
Para conhecimento e providências.
13.11.00

Dagna Rocha Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DCA/GAS

De Ordem,
Ao Dr. Derlei Rosado
P/ as providências cabíveis
14.11.00

Ao Dr. Claut,

Favor providenciar o solicitado.
Em, 20/11/2000

Derlei Bopes Rosado
Coordenador
IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

A CHEFE DO DEREL
Segue minuta de ofício a ser encaminhado a Procuradora do Estado do Mato-Grosso do Sul.
Em, 30/11/2000

E restituição p/ os agentes patrulhas
C 12/12/00

Ao Dr Claut
Para Providências.
Em, 18/12/2000

Jorge Luiz Brito Cunha Rios
Coordenador
IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

Fls. 2261
Proc. 1247/02
Rubr.

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE

Campo Grande, 23 de outubro de 2000.

Ofício n.º 202/CAOPJMA/2000

Senhora Representante,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja encaminhado, o mais breve possível, a este Centro de Apoio, o **Relatório de Fiscalização e Acompanhamento dos Trabalhos de Desmatamento e Reflorestamento,** no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas da Cia. Energética de São Paulo-CESP.

Sem mais, renovo as expressões de estima e consideração.

TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Procuradora de Justiça
Coordenadora do CAOPJMA

EXMO. Sra.
NATALINA DA ROCHA VIEIRA
Gerente de Projetos
Representante do IBAMA/MS
Nesta

A Eng.ª Elizabeth para atender
30/10/00

À Gerente de Projeto

Essa informação deve ser solicitada ao DEREL em Brasília, uma vez que não dispomos destas Autorizações de Supressão emitidas pelo IBAMA em Brasília

31/10/00

Engª Agrlo. Elisabeth Arndt
CREA 32962 / D Visto / MS7483

720-2000

RUA PROF FERREZ DE CAMPOS, SALAS, Nº 214
JARDIM VEREADOR
79 031-970 CA-G

Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Renováveis Hídricos e da Amazônia Legal - MMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Sistema de Controle de Processos e Documentos

Encaminhamento de Documento

Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 6948/2000.
Data: 07/11/00.
Recebido: Janne.

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.005675/00

Nº Original : 319/00

Interessado : DEPUTADO ESTADUAL AKIRA OTSUBO

Data : 06/11/2000

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
Nº 1421/2000
Data: 07/11/00 Hora:
Recebido

Fls 2262
Proc. 1247/92
Rubr.

Assunto : REQUERIMENTO: COMUNICA A INSTITUIÇÃO DA C.P.I, COM PRAZO DE 90 DIAS P/ A CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHSO E 5 MEMBROS, P/ AVERIGUAR O CUMPRIMENTO DE TODOS OS ACORDOS FIRMADOS ENTRE A CESP, OS MUNICÍPIOS E O EST. DE MS. SOLICITA APOIO NO QUE TANGE A NÃO RENOVAÇ

ANDAMENTO

DEREL/DIAP
CONTROLE Nº 2195
DATA 14/11/00
ASS

De : GABIN

Para : ASPAR e DIRCOF

Data de Andamento: 06/11/2000 10:58:00

Observação: DE ORDEM À DIRCOF E ASPAR PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES. C/C - PRESI.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Eleonora Cabarros Nunes Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

Ao DEREL

Para conhecimento e providências.

07.11.00

Douglas Rocha Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DCA/SAS

URGENTE

À Sra Diretora da DCA,
Solicitando conhecimento do
termo do Of. 319/2000,
da Assembleia Legislativa do
Mato Grosso do Sul, e
orientação quanto ao
procedimento a ser adotado.

10/11/00

M. de Sá

Moema Pereira Rocha de Sá
Chefe do DEREL
DCA/IBAMA

Ao DEREL,
Em primeiro lugar
dar ciência à PRESI.
Fazer informação
com a situação do
licenciamento e
pendências que
houverem.

G D Forattini
10/11/00

Gisela Damm Forattini
Diretoria de Controle Ambiental
Diretora
IBAMA

De ordem,
Ao Dr. Derlei Rosado
p/ atendimento.
13.11.00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

MMA - IBAMA
Documento
10100.005675/00-26
GABIN
Data: 6/11/00 Prazo: __/__/__
MMA - IBAMA

Fls. 2263
Proc. 1247/97
Rubr.

OFÍCIO Nº 319/2.000

Campo Grande, 23 de outubro de 2000

Senhora Presidente,

Com os nossos cumprimentos, comunicamos, oficialmente a V.Sa. que, através de Requerimento de nossa autoria (cópia anexa), a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I., com prazo de duração de 90 (noventa) dias para a conclusão de seus trabalhos e 5 (cinco) membros, para averiguar o cumprimento de todos os acordos firmados entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

A instituição dessa C.P.I., se funda no princípio de que, a privatização da CESP, neste momento (já agendada para o dia 6 de dezembro), importará em grande prejuízo econômico e social para o Estado, que deixará de ter garantido o cumprimento dos acordos firmados, em detrimento de inúmeras famílias e de danos imensuráveis ao meio ambiente de Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, solicitamos o especial apoio de V.Sa., no que tange a não renovação da licença do IBAMA para aquela Companhia, até que tais pendências sejam, de uma vez por todas, solucionadas.

Certos de contar com a especial atenção e apoio de V.Sa., na defesa dos interesses de Mato Grosso do Sul, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado AKIRA OTSUBO

Ilma. Sra.
MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
MD. Presidente do IBAMA
BRASÍLIA - DF

G:\Oficios\OF319-2000.doc

EM BRANCO

Fls.: 2264
Proc.: 1247/92
Rubr.:

Requerimento

Autor: Deputado AKIRA OTSUBO

PEDIDO
19 OUT 2000
1ª Secretário

Protocolo nº 1475/00
Entrada 19/10/2000

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos que dispõem os artigo 64, § 3º da Constituição Estadual e artigos 55 à 57, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - **C.P.I.**, que será composta por 5 (cinco) membros e terá o prazo de 90 (**noventa**) **dias**, para averiguar o cumprimento de todos os acordos pendentes, firmados entre a CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2.000

Deputado AKIRA OTSUBO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DE MATO GROSSO DO SUL
19 OUT 2000
Processo nº 812/00
Protocolo nº 1475/00
Rubr.

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Plenário das Deliberações

Fls.: 2265
Proc.: 1247/97
Rubr.:

PROTOCOLO	☐ PROJETO DE LEI ☐ PROJETO DECRETO LEGISLATIVO ☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO ☒ REQUERIMENTO ☐ INDICAÇÃO ☐ MOÇÃO ☐ EMENDA	Nº_____

AUTOR **Deputado AKIRA OTSUBO** Req006-2000

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos que dispõem os artigo 64, § 3º da Constituição Estadual e artigos 55 à 57, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - **C.P.I.,** que será composta por **5 (cinco) membros** e terá o **prazo de 90 (noventa) dias**, para averiguar o cumprimento de todos os acordos pendentes, firmados entre a CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2.000

Deputado AKIRA OTSUBO

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Plenário das Deliberações

Fls.: 2266
Proc.: 1247/92
Rubr.: Sm.

PROTOCOLO

- [ ] PROJETO DE LEI
- [ ] PROJETO DECRETO LEGISLATIVO
- [ ] PROJETO DE RESOLUÇÃO
- [X] REQUERIMENTO
- [ ] INDICAÇÃO
- [ ] MOÇÃO
- [ ] EMENDA

Nº _____

AUTOR Deputado AKIRA OTSUBO Req006-2000

JUSTIFICATIVA:

Uma vez que a data da privatização da Companhia Energética de São Paulo - CESP, já está definida para o dia 6 de dezembro, e que, em conseqüência, existe a possibilidade concreta de se prejudicar inúmeros acordos envolvendo o Estado de Mato Grosso do Sul e aquela Companhia, urge que se adotem providências para o esclarecimento dos fatos e cumprimento imediato de todas as negociações efetivadas com os nossos Municípios.

Inúmeros acordos, principalmente na área Social e Ambiental, ainda não foram cumpridos, aliás, neste mister, o Ministério Público Estadual está fazendo um levantamento de todos os pactos firmados, para que se possa cobrar a adoção imediata das medidas acordadas.

A instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se funda no princípio de que, a privatização da CESP, neste momento, importará em grande prejuízo econômico e social para o Estado, que deixará de ter garantido, o cumprimento dos acordos firmados.

Dentre estes aspectos, como já elencamos anteriormente, estão vários pontos, como o cumprimento do EIA/RIMA com relação ao desmatamento e preservação das matas ciliares; as medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha; a criação da área de reserva permanente compensatória para preservação da fauna e flora regional, bem como a análise do impacto no lençol freático, com a inundação da área atingida pela construção da UHE "Sérgio Motta".

Face ao exposto, até que seja encontrada uma solução para o cumprimento de todos os acordos firmados, a CESP não deverá ser privatizada, sob pena de se relegar tais pactos ao esquecimento, em detrimento de inúmeras famílias e de prejuízos imensuráveis ao meio-ambiente de Mato Grosso do Sul.

EM BRANCO

MMA - IBAMA
Documento
10100.005837/00-26
GABIN
Data: 14/11/00 Prazo: __/__/__

CESP Companhia Energética de São Paulo

Fls. 2267
Proc. 1247/92
Rubr.

Data ..... *Ref. CESP* CT/P/2231/2000

São Paulo, 13 de novembro de 2000

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte
Edifício Sede
Brasília - DF

Prezada Senhora,

Em atenção ao ofício 01.692/00 – IBAMA/DCA/DEREL, de 31/10/00, e detalhando as informações fornecidas na carta CT/M/1659/2000, de 16/8/2000, fornecemos as informações referentes à Fazenda Cisalpina na tabela abaixo:

	Área [ha]	
	Atingida	liberada
atual Fazenda Cisalpina		20.560
na cota 253 m	0	20.560
na cota 257 m	8.210	12.350
na cota 259 m	4.650	7.700

Como pode ser visto, inclusive no desenho anexo, na Fazenda Cisalpina, que engloba a antiga Fazenda Flórida, restarão áreas que permitirão o manejo dos animais existentes na área, inclusive os que foram realocados.

Aproveitamos a oportunidade para, a seguir, esclarecermos a Nota Informativa nº 071/00, de 7/11/2000, desse Instituto, referente ao licenciamento ambiental da UHE Eng. Sérgio Motta.

Causou-nos surpresa observar na nota informativa que as complementações solicitadas foram enviadas com atraso, pois a CESP solicitou a renovação da LO em 19/7/99, e o IBAMA somente se manifestou em 10/7/2000, pelo ofício nº 01.386/00, respondido em 16/8/2000, mediante a carta M/1659/2000.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-000
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Data Texto: 01131930 Cesp Br

EM BRANCO

Além disso, itens relacionados como impeditivos já foram respondidos, e alguns puderam até ser verificados durante a vistoria realizada por técnicos desse instituto em setembro deste ano:

Pendências	Situação
1. Verificação dos efeitos do lençol freático para o enchimento do reservatório na cota 257/259 m	A fim de acompanhar os efeitos da elevação do lençol freático, está sendo monitorado o nível freático e estruturas em regiões consideradas críticas. O programa está sendo realizado pelo IPT e tem previsão de cinco anos. Foi encaminhado relatório ao IBAMA em 16/8/00.
2. Apresentação do Programa de recuperação das áreas degradadas na margem sulmatogrossense	O programa de recuperação das áreas degradadas foi encaminhado ao IBAMA, em 19/3/99. Conforme informado no último RIPA, de setembro de 2000, praticamente todas as áreas foram reafeiçoadas, restando apenas o reflorestamento que deverá ser iniciado ainda este ano.
3. Apresentação de proposta para proteção das encostas incluídas em outro nível de criticidade, como recomposição e revegetação	A evolução das encostas está sendo acompanhada pela CESP e IPT, detalhes do programa e do seu andamento foram fornecidos nos relatórios encaminhados ao IBAMA, o último em 16/8/00. Caso seja necessária alguma intervenção, ela será realizada com a alternativa recomendável.
4. Mapeamento da nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório	O mapeamento da nova faixa de preservação permanente foi iniciado. Os trabalhos serão concluídos, com imagem de satélite, após o enchimento do reservatório na cota 257 m.
5. Conclusão das quatro bases de resgate de fauna	Três das quatro bases já estão instaladas: Primavera, Pres. Epitácio e Panorama. A instalação da quarta base, em Anaurilândia, está sendo providenciada.
6. Destinação correta da madeira proveniente dos desmatamentos	Conforme recomendação desse Instituto, a CESP aprovou a doação da madeira proveniente do desmatamento para as Prefeituras. A madeira só será disponibilizada a partir de janeiro de 2001, em virtude da lei eleitoral.
7. Retirada do material lenhoso da cota 253 m	Já foi reiniciada a retirada da madeira que se encontra abaixo da cota 257 m. Os serviços deverão estar concluídos em 45 dias.
8. Conclusão das obras e relocação das famílias atingidas até a cota 259 m	As obras para a relocação das famílias deverão estar concluídas em 15 dias e todas estarão relocadas até o final deste ano.
9. Redefinição da medida mitigadora para o impacto sobre a atividade de pesca	Aguarda-se a definição pelo Ministério Público e desse Instituto da medida mitigadora sobre a atividade de pesca, conforme solicitado na carta CT/M/2004/00.
10. Conclusão dos equipamentos sociais dos reassentamentos executados na cota 253 m	Todas as escolas e centros de saúde previstos, estão concluídos. Dos centros comunitários previstos, resta a conclusão das obras prevista para: Pedra Bonita, janeiro de 2001; Santo Antonio do Caiuá, novembro de 2000; Buritis, em dezembro de 2000.
11. Integridade da biota na região da Fazenda Cisalpina, selecionada para relocação da fauna resgatada na inundação da cota 253 m	Informação prestada na carta CT/M/1659/00 de 16/8/00, e reiterada nesta correspondência.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-000
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Data Texto: 01131930 Cesp Br

EM BRANCO

Fls. 2269
Proc. 1247/97
Rubr.

Quanto à população de Maria-catarinense, *Hemitriccus Kaempferi*, encontrada durante o levantamento realizado pela Pró-aves em setembro deste ano, a CESP está requisitando à Pró-aves uma proposta para o manejo da espécie.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Guilherme Augusto Cirne de Toledo
Presidente

Anexo: o citado

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-000
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Data Texto: 01131930 Cesp Br

EM BRANCO

2542.

CESP Companhia Energética de São Paulo

Data

Ref. CESP CT/M/2182/2000

Centro de Treinamento de Ilha Solteira ISO 9002 T&D para Operação de Usina CESP

São Paulo, 7 de novembro de 2000

Protocolo IBAMA/DIRCOF Nº 7199/2000. Data: 17/11/00. Recebido: Janne.

Fs 2270 Proc. 1247/92 Rel. Sm.

Protocolo IBAMA/DCA/DEREL N.º 1536/2000 Data: 17/11/00 Hora: Recebido

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte - Edifício Sede
Brasília - DF

Prezada Senhora,

Dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Eng. Sérgio Motta, estamos encaminhando cópia do Relatório de Implantação dos Programas Ambientais - RIPA 2000, do período julho de 1999 a setembro de 2000.

Encaminhamos, também, os seguintes documentos:

- Relatório do Programa de Monitoramento das Características Limnológicas e da Qualidade da Água Superficial, período fevereiro de 1999 a outubro de 2000;
- Relatório do Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre Realocada;
- Relatório Final de Pesquisa do Projeto Cervo-do-Pantanal de Porto Primavera, elaborado pela FUNEP/UNESP de Jaboticabal, em CD-ROM;
- Proposta de Monitoramento das Características Limnológicas e da Qualidade da Água Superficial no rio do Peixe, divisa dos Municípios de Presidente Epitácio e Panorama - SP;

URGENTE

À Dra Silvia Regina, C 17/11/00 M. de Sá

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-100
Tel. PABX: (0xx11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Datatexto: 01131930 CESP BR

EM BRANCO

Fls. 2271
Proc. 1247/92
Rubr.

- Proposta de Monitoramento das Características Limnológicas e da Qualidade da Água Superficial, próximo à região da Fazenda Beira Rio, Município de Anaurilândia - MS;

- Relatórios do IPT nºs 40.514, 42.829, 42.992 e 42.993 - Vistorias técnicas para a verificação de possíveis impactos pela elevação do lençol freático, em decorrência do enchimento do reservatório.

Aproveitamos para informar que, devido a mudanças no cronograma de obras da UHE Eng. Sérgio Motta, o enchimento do reservatório na cota 257/259 m foi reprogramado para ocorrer a partir de 1º/2/2001.

Ao ensejo, reiteramos nossas cordiais saudações.

Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Anexos: os citados

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-100
Tel. PABX: (0xx11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Datatexto: 01131930 CESP BR

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

Fls. 2272
Proc. 1247/92
Rubr.

PARECER Nº 1085/CONJUR/MMA/2000
REF: Processo nº 02001.001247/92-97
ASS: LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHE PORTO PRIMAVERA
INT: IBAMA

Senhor Coordenador-Geral,

Trata-se de solicitação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis-IBAMA, no sentido de ser analisado o fato dos Ranchos de Pesca e Lazer Castilho, estarem localizados em área de preservação permanente.

2. De acordo com o informado, às fls. 1750, os Ranchos de Pesca e Lazer de Castilho "não serão inundados pelo enchimento do reservatório."

3. Foi emitido o PARECER nº 96/99-IBAMA/DIRPED/PALA/PSL, favorável à sua permanência no local, desde que fossem tomadas as providências descritas às fls. 1751.

4. Consta, também, a INFORMAÇÃO PROGE nº 887/99,de 23 de junho de 1999, onde foi concluído que não havia amparo legal para tal pretensão e ressaltado, às fls. 1755, que havia sido criada uma Câmara Técnica, no âmbito do CONAMA, para revisão do Código Florestal, e sugerido, que a questão deveria ser suscitada àquele Conselho.

5.O Código Florestal, assim dispõe sobre o assunto:

> "Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas de demais formas de vegetação natural situadas:
> .....
> **b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais;"**

EM BRANCO

6. A Medida Provisória nº 1956-54, de 21 de setembro de 2000, que representa o resultado dos trabalhos da Câmara Técnica do CONAMA, assim dispõe sobre o assunto:

Fls. 2273
Proc. 1047/92
Rubr.

> " Art. 4º A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.
>
> .....
>
> § 6º Na implantação de reservatório artificial é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, ***cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por Resolução do CONAMA.***

7.Portanto, no caso específico de reservatórios artificiais, após a "criação" das referidas áreas, é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, sendo que seus parâmetros e regime de uso, serão definidos por Resolução do CONAMA.

8.Diante do disposto no § 6º , podemos afirmar que as áreas de preservação permanente decorrem da implantação do reservatório, ou seja, após a inundação quando então, deverão ser identificadas.

9. Desse modo, além de serem consideradas áreas de preservação permanente, pelo Código Florestal de forma genérica, elas necessitam que seus parâmetros e regime de uso, sejam definidos pelo CONAMA.

10.Ora, somente com a definição genérica contida no Código Florestal, sem que tenham sido estabelecidos seus parâmetros, é impossível que seja definida, de maneira correta e justa, sua dimensão e forma de utilização.

11. Diante do exposto, conclui-se ser necessária a definição dos parâmetros e regime de uso das áreas de preservação permanentes, pelo CONAMA, conforme determina a Medida Provisória.

EM BRANCO

Fls. 2274
Proc. 12-47/97
Rubr.

12. Isto posto, sugiro o envio da manifestação ao IBAMA, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, e ao CONAMA, a fim de que sejam definidos os parâmetros e regime de uso, conforme determina a lei.

É o parecer, s.m.j.

Brasília/DF, 20 de outubro de 2000.

MÁRCIA MARIA SIGNORETTI GODOY
OAB/DF 10378

De acordo, encaminhe-se ao IBAMA.

Brasília/DF, 20 de outubro de 2000.

MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO
Coordenador de Assuntos Jurídicos

De acordo.

Brasília/DF, 23 de outubro de 2000.

LUIZ FREITAS PIRES DE SABOIA
Consultor Jurídico

De ordem
À DIRCOF - Sra. Gisela
Para conhecimento
e providências
10 NOV 2000

Chefe do Gabinete

Recebido no DEREL em 13/11/2000 às 08h45.

À Dra Silvia, para conhecimento e prosseguimento dos procedimentos pertinentes.

24/11/00

Moema Pereira Rocha de Sá
Chefe do DEREL
DCA/IBAMA

Fls. 2275
Proc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

PARECER Nº164/00 IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

Brasília-DF, 10 de novembro de 2000.

Dos Técnicos: Alarico Jácomo - Geólogo
Antonio Claret Karas – Engº Florestal
Mariângela Borges de Araújo – Eng. Civil
Mônica de Arruda Câmara – Economista
Sílvia Regina Alvarez Guedes – Bióloga

Para: Gerente de Licenciamento Ambiental

Empreendimento: UHE Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera).

Processo nº: 02001.001247/92-97

1. INTRODUÇÃO

Este Parecer Técnico tem como objetivo subsidiar a Renovação da Licença de Operação nº 024/98, de 3/11/98, concedida à Companhia Energética de São Paulo – CESP, que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera) na cota 253m, através da análise da documentação encaminhada em atendimento às condicionantes da licença, bem como, do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Cesp, o IBAMA e o Ministério Público em 23/10/2000. Serão contemplados, ainda, os Relatórios das Vistorias Técnicas realizadas nos períodos de 13 a 17/03/2000, 28/08 a 1º/09/2000, 1º a 4/10/2000 e o Parecer Técnico Nº 97/00, emitidos pela equipe multidisciplinar do Departamento de Registro e Licenciamento Ambiental do IBAMA.

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta é um empreendimento da Companhia Energética de São Paulo - CESP, construída no rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

EM BRANCO

Fls 2276
Proc. 1241/92
Rubr.

A usina é composta por uma barragem mista de 11.380 m de comprimento, sendo 1.004 m de concreto (vertedouro, casa de força e eclusa de navegação) e 10.376 m de aterro, com a cota de coroamento de 263 m. A barragem de terra, localizada na margem direita do leito do rio tem uma altura máxima de 38,00 m e a de concreto, na margem esquerda, de 78,50 m.

A área de inundação prevista será de 2.250 Km^2 ou 225.000 ha, perfazendo um comprimento total de 250 Km, com acumulação de 20 bilhões de m^3 de água. O nível da água no período chuvoso será na cota 259 m e, no período seco, na cota 257 m.

A usina terá 18 turbinas e gerará 1.800 MW, tendo, cada uma, potência ativa de 100.8 MW. Na cota 253,0 m serão 05 (cinco) turbinas em funcionamento e o restante só deverá entrar em funcionamento quando do enchimento do reservatório na cota 257,0 m.

Para atender ao uso múltiplo, a barragem contará com uma eclusa cuja câmara terá 210 m de comprimento por 17m de largura com a altura de eclusagem de 23 m e nível de água mínimo, a jusante, de 2,40 m, para transporte em comboio do tipo "paraná".

3. DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELA CESP PARA ANÁLISE

- ✓ Programa de Controle de Erosão e Assoreamento na Área de Influência do Reservatório da UHE Sergio Mota Volumes I, II Relatório Anual 1999;
- ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- ✓ Relatório de monitoramento de níveis d´água;
- ✓ Relatório Técnico nº 45.632 Monitoramento das encostas marginais do reservatório de Porto Primavera - Avaliação da estabilidade um ano após o enchimento parcial de primeira etapa;
- ✓ Situação atual e atividades previstas do Programa de Avaliação dos efeitos induzidos pelo enchimento do reservatório de Porto Primavera sobre o lençol freático regional e suas conseqüências em edificações instaladas na área de influência potencial;
- ✓ Programa de Monitoramento da Ictiofauna e Recursos Pesqueiros;
- ✓ Plano de Resgate de Fauna (Segunda fase de Enchimento do Reservatório);
- ✓ Relatório de Resgate e Relocação de Fauna Silvestre – Desmatamento da Bacia de Inundação – Dados de Outubro e Novembro/1998;
- ✓ Relatório do Resgate e Relocação da Fauna Silvestre Impactada, durante o enchimento do reservatório, de novembro de 1998 a maio de 1999;
- ✓ Relatório do Resgate e Relocação da Fauna Silvestre Impactada – Etapa: Desmatamento – cota 257m fevereiro/março/2000;
- ✓ Relatório do Resgate e Relocação da Fauna Silvestre Impactada – Etapa: Desmatamento – cota 257m abril/maio/2000;
- ✓ Levantamento da Capacidade de Recepção de Fauna dos Remanescentes Florestais;

EM BRANCO

Fls 2277
Proc. 124/92
Rubr.

- ✓ Relatório Parcial do Acompanhamento da Malacofauna da área de influência da UHE de Porto Primavera (1999);
- ✓ Relocação do Cemitério da Ilha Comprida – Três Lagoas/MS;
- ✓ Atendimento Médico Sanitário à População Diretamente Vinculada à Obra;
- ✓ Relocação do Cemitério Antigo de Panorama/SP;
- ✓ Relocação dos Cemitérios Porto João André e Fazenda Odila em Brasilândia/MS.

4. ANÁLISE

Passaremos a analisar e comentar os estudos acima apresentados pela empresa e os Programas Ambientais previstos no EIA/RIMA, bem como, acrescentar à Licença que será expedida os resultados referentes ao Parecer nº 97/00 e Relatórios das Vistorias Técnicas.

MEIO FÍSICO

Elevação do Lençol Freático

O comportamento do lençol freático é importante devido aos efeitos que sua presença tem nos processos de dinâmica superficial, e no desempenho de obras de engenharia.

Estes efeitos podem resultar de condições estáticas ou dinâmicas da água no subsolo. A condição estática onde existe a alteração do volume, a água instabiliza o maciço, resultando em colapso ou recalques. No segundo caso, a força durante o escoamento pode causar instabilidade, alterando as características de resistência e deformabilidade do maciço.

Para acompanhar as modificações ocorridas no aqüífero livre como resultado da finalização do enchimento do reservatório da UHE Porto Primavera, cota 253 m, próximo ao eixo da barragem e a cota 263 m no remanso do reservatório, (próximo a barragem de Jupiá), foram realizados monitoramentos com a instalação de poços de observação com medidores de nível d´água, sendo selecionados 69 poços dos 686 poços cadastrados, com 15 medidores de nível d´água/piezômetros instalados em locais selecionados criteriosamente.

Foram selecionadas áreas consideradas críticas assim determinadas:

- ✓ Posicionamento do lençol freático após o alteamento induzido pelo enchimento do reservatório.
- ✓ Características do uso e ocupação do solo existente no local (densidade, porte das construções, importância social).
- ✓ Potencial de modificações nos processos naturais ou induzidos (reativação ou geração de voçorocas).

EM BRANCO

Fls. 2278
Proc. 1247/92
Rubr.

Foram verificadas as manifestações de problemas que foram informados pela comunidade e prefeituras no entorno do lago, e realizou-se as análises dos possíveis graus de interferência existentes entre as modificações ocorridas e elevações constatadas.

Os resultados do monitoramento revelaram variações do nível d' água durante esta fase. O comportamento do NA durante este período tem sua interpretação dificultada pois o período de monitoramento coincide com o período de chuva na bacia (dezembro a maio).

O que se pode concluir dos resultados dos ensaios é que a modificação da posição da franja capilar, não deverá ser o fenômeno responsável pelo surgimento de problemas das fundações de construções existentes no entorno da área monitorada. Este monitoramento das edificações instrumentadas, deverá proseguir por durante dois anos, no mínimo, com a instalação de instrumentação para monitoramento de edificações nas áreas de Panorama, Paulicéia, Castilho e Três Lagoas, consideradas potencialmente críticas e a coleta de água e análise físico-química e bacteriológica dos poços localizados nas áreas consideradas potencialmente críticas, pós-enchimento do reservatório.

Foram instaladas réguas e linígrafos, complementares aos já existentes, sendo possível definir uma rede para monitoramento dos níveis d´água da área da drenagem conforme tabela abaixo:

Código do posto	Postos fluviométricos	Dados coletados	Rio	Instalação	Data da Operação do linígrafo
PA-PA-006 F	Porto São José	medição de vazão e leitura de níveis d'água	Paraná	1/11/1963	8/1/1966
PA-PA-062 F	P.Primavera-jusante	medição de vazão e leitura de níveis d'água	Paraná	5/7/1972	
PA-PA-117 B	P.Primavera-barragem	leitura de níveis d'água	Paraná	1/6/1998	
PA-PA-111 F	Curtume Vacchi	medição de vazão e leitura de níveis d'água	Paraná	9/11/1983	18/2/1998
PA-PD-005 L	Bataguassu ponte	leitura de níveis d'água	Pardo	5/2/1998	
PA-PX-002 L	Campinal	leitura de níveis d'água	Peixe	20/1/1998	
PA-PA-083 F	Porto Panorama	medição de vazão e leitura de níveis d'água	Paraná	27/11/1976	(*)
PA-VE-004 L	Brasilândia ponte	leitura de níveis d'água	Verde	21/1/1998	
PA-PA-004 F	Jupiá-jusante	medição de vazão e leitura de níveis d'água	Paraná	21/6/1963	8/1/66

* linígrafo desativado

EM BRANCO

Fls. 2279
Proc. 1247/92
Rubr.

Monitoramento das Encostas Marginais

De forma genérica, pode-se afirmar que a deflagração das instabilizações das encostas é controlada por uma cadeia de eventos, muitas vezes de caráter cíclico, que tem sua origem na formação da própria rocha, toda sua história geológica e geomorfológica subseqüente.

O reservatório da UHE de Porto Primavera pode ser compartimentado em dois segmentos quando relacionados às encostas marginais :

- ✓ Entre a barragem, e o rio Iguapeí - margem esquerda/SP.
- ✓ Do rio Verde ao rio Taquaruçu/MS e até a Usina de Jupiá .

A encosta frente aos processos de instabilização, é condicionada pela inter-relação entre o estrato geológico, declividade da encosta, relevo das áreas adjacentes, a cota de inundação e a posição relativa do nível d' água do reservatório.

No primeiro trecho onde a erosão e solapamento do pé dos taludes são provocados pelo embate de ondas do reservatório, as encostas continuam sua evolução não tendo sido identificado nenhum processo novo. Já nas áreas onde ocorrem os domínios dos terraços aluvionares foram observadas a continuidade do processo de erosão, provocada pelo embate de ondas. Nos domínios das escarpas areníticas expostas, verificou-se que os processos de desplacamento de blocos de arenitos foram contínuos principalmente com instabilização localizada.

Nas áreas onde o nível d´água ultrapassou as escarpas areníticas atingindo o solo de alteração do arenito Caiuá, foi verificada a presença de uma berma, que corresponde ao início do processo de estabilização.

As áreas mais propensas à atuação dos processos erosivos lineares, que corresponde a margem sulmatogrossense, a elevação do lençol freático, favoreceu a potencialização e a evolução do estágio do processo erosivo.

Nas encostas enquadradas como críticas, definidas como aquelas que envolvem movimentações de massas localizadas em áreas ocupadas, colocando em risco habitações, obras benfeitorias que exigiram de imediato medidas ou ações corretivas de modo a impedir a instalação e desenvolvimento de processos de instabilização. (Relatório IPT nº 40937), a CESP/IPT esta executando levantamento topográfico na escala 1:10.000, com elaboração de planta de declividade.

Na área contígua a encosta, será realizada a interpretação de imagens de satélite, na escala 1:50.000, para identificação e conhecimento da forma de ocupação das margens do rio Paraná e dos fenômenos acima descritos, pois o evento poderá estar exógeno a encosta.

No entorno de Presidente Epitácio/SP, a CESP está realizando um conjunto de intervenções para que seja providenciada a proteção na encosta onde está a tomada d' água da SABESP que abastece o município.

Resta um último trecho, de aproximadamente 500 m, localizado na sequência do trecho acima citado, até o ribeirão Marrecas. Foi feito acordo com os proprietários dos portos de

EM BRANCO

Fls 2280
Proc. 1247/92
Rubr.

areia estabelecidos no local, a área foi liberada e a contenção das encostas foram iniciadas devendo ser concluídos os trabalhos em janeiro de 2001.

Recuperação de Áreas Degradadas.

As ações corretivas, para incorporação de áreas degradadas, podem ser tratadas pelo seu carácter geológico, bem como sua destinação futura.

Para a incorporação das áreas degradadas à paisagem, a CESP está iniciando a recuperação das mesmas.

Para implantação do programa de recuperação das áreas da margem direita, em função da a retirada do material argiloso, o nível d´água, está aflorante, dificultando a instalação da vegetação arbóreo-arbustiva.

A intersecção do rio Baía, pela barragem fez com que o nível d´água, a jusante passe a ter um comportamento diferente daquele existente no entorno, pois ocasionou a elevação do lençol freático.

Para as áreas do canteiro, estão sendo previsto o reafeiçoamento da área para a recuperação dos locais como a área do estoque de areia (1,00 hectare).

Para recuperação dos pátios industriais (1,00 hectare) estão sendo plantadas 2000 mudas.

O Bota fora da Ilha Aurora a jusante da barragem com área de 3,00 hectares, está sendo reflorestado com cerca de 3000 mudas.

A CESP está recuperando as áreas degradadas pelas obras complementares à obra principal tais como; pontes, e áreas de empréstimo utilizadas para retificação do traçado das BR 267.

Nos quadros abaixo apresenta-se um resumo das atividades:

Fora do canteiro de obras

Localização	Atividade	Área (m^2)	Situação atual
Encostas marginais de Presidente Epitácio; extensão de 9.200 m.	Reafeiçoamento e plantio de grama	417.000	Concluído
Travessia Brasilândia x Paulicéia - MS 040; faixa marginal nos dois lados; extensão de 12.000 m.	Reafeiçoamento e plantio de grama	100.000	Conclusão em novembro de 2000
Córrego Cateto - talude	Reafeiçoamento e plantio de grama	3.300	Conclusão em novembro de 2000
Córrego Taquari em Brasilândia - talude	Reafeiçoamento e plantio de grama	430	Conclusão em janeiro de 2001

EM BRANCO

Fls 2281
Proc. 1247/92
Rubr.

No canteiro de obras

Área	Dimensão	Atividade	Período de implantação
Bota-fora margem esquerda	37,79 ha	Reafeiçoamento	a partir de 2003
	76.000 mudas	Reflorestamento	a partir de 2003
Bota-fora Ilha Aurora (*)	3,00 ha	Reafeiçoamento	a partir de junho de 2001
	6.000 mudas	Reflorestamento	a partir de 2002
Estoque de areia - Jazida Santa Ilídia	1,00 ha	Reafeiçoamento	a partir de 2002
Pátios industriais	1,00 ha	Reafeiçoamento	0,5 ha até junho de 2001 0,5 ha a partir de 2004
	2.000 mudas	Reflorestamento	a partir de 2004
Área de empréstimo margem esquerda	380.000 mudas	Reflorestamento	dezembro de 2000 a novembro de 2002
Área de empréstimo margem direita	15 ha	Reafeiçoamento	a partir de julho de 2001
	350.000 mudas	Reflorestamento	dezembro de 2000 a novembro de 2002

(*) A Ilha Aurora foi desativada como bota-fora desde 1999.

Fora do canteiro de obras

Na área de empréstimo J-6 foi realizado o reafeiçoamento de 40,0 ha, em outubro de 1998, tendo sido plantadas 100.000 mudas no reflorestamento, de dezembro de 1998 a março de 1999. As operações de replantio e manutenção serão desenvolvidas até dezembro de 2001.

Qualidade da Água

Com relação ao acompanhamento do monitoramento da qualidade da água, a CESP não forneceu relatórios que permitissem uma avaliação do mesmo, bem como dos resultados das amostras coletadas nos diversos pontos no reservatório. Percebe-se que no lado do reservatório no estado do Mato Grosso do Sul, existem na superfície da água o domínio de macrófitas e a cor escura evidencia a existência de matéria orgânica em abundância.

EM BRANCO

Fls 2282
Proc. 1247/92
Rubr.

Outra questão que deve ser objeto de discussão está relacionada aos aspectos de alteração da qualidade da água na margem esquerda, referente à sub-bacia do rio do Peixe, considerando a degradação dos recursos vegetais submersos durante a operação de enchimento para a cota 257/259m. Discutiu-se o modelo matemático encomendado pela CESP para obter subsídios para definição das necessidades de desmatamento.

O referido estudo contemplou a simulação de operação de enchimento de reservatório, e sua conclusão pode-se ter:

- ✓ A qualidade da água do rio trecho do rio do Peixe deverá ser afetada pelos processos de degradação da vegetação remanescente;
- ✓ Remoção acima de 50% dos recursos vegetais presentes seriam necessárias para neutralizar grande parte das alterações indesejáveis sobre a qualidade da água devidas aos processos de degradação;
- ✓ O enchimento lento poderá induzir a ocorrência de um período mais longo de anaerobiose, entretanto deverá ocorrer baixa concentração de DBO, N, P. Se o enchimento for rápido será aproveitado o efeito da diluição dos nutrientes e das cargas orgânicas.
- ✓ O processo de enchimento em etapas 257m, e 257m - 259m poderá reduzir as intensidades de efeitos indesejáveis principalmente relacionados ao efeito OD.

No modelo matemático do EIA/RIMA a recomendação é de realizar o enchimento do reservatório – no verão o tempo de enchimento mais longo possível e no inverno levar o menor tempo possível. A CESP informou que o tempo de enchimento de 30 a 45 dias vai depender também de ter chuvas suficientes na bacia.

Baseado no acima citado pode-se esperar que os efeitos da eutrofização devam constituir num dos principais problemas desta região do reservatório, e ressalta-se que a montante da foz do rio do Peixe está localizada à unidade de conservação do rio do Peixe.

Assim, sugere-se avaliar também o melhor período do enchimento do reservatório, e verificar as concentrações de N e P existente na bacia, possivelmente resultante lançamentos de efluentes lançados a montante.

Sugere-se uma avaliação do Programa de Controle da Poluição da bacia, que apesar das industrias terem implantado os seus sistemas de tratamento, os padrões foram estabelecidos para a fase rio, não para fase reservatório.

Especial atenção deverá ser dada a ocorrência de emisões de efluentes de esgotamento sanitário (coliformes totais e fecais) dos municípios do entorno do reservatório, para que sejam notificados deste lançamento, e informado o Comitê de Bacia.

Programa de Controle e Erosão e de Assoreamento na Área de Influência

No lado de São Paulo já foram selecionadas as bacias dos Córregos Itambi, Caiuá,e Água Sumida. No lado sulmatogrossense, não foi selecionada a bacia para se desenvolver este Programa.

EM BRANCO

Fls. 2283
Proc. 1247/97
Rubr.

Para melhor condução da forma de utilização das informações a alternativa será o estabelecimento de indicadores para o programa e estabelecer critérios na forma de ocupação para a bacia do reservatório.

Deverá ser solicitada à CESP promover a integração dos programas de extensão rural, educação ambiental, de controle dos processos erosivos e assoreamento, tratamento das encostas e de monitoramento do lençol freático, com os procedimentos das atividades correlatas. Abaixo, discriminamos as atividades e sua conclusão:

Estado de São Paulo

Foram definidas, em conjunto com os Comitês de Bacia do Pontal do Paranapanema e dos rios Aguapeí-Peixe, quatro microbacias a serem trabalhadas, cuja situação é descrita abaixo:

Microbacia do Córrego Negrinha

Os levantamentos do meio físico e sócio-econômico foram concluídos e os resultados apresentados à Câmara Técnica do Comitê da Bacia do Aguapeí-Peixe. O relatório final com os resultados foi enviado ao Ibama, em 21/7/2000, pela CT/M/1519/2000.

Microbacia do Córrego Caiuá

Todas as propriedades da microbacia foram visitadas e seus proprietários entrevistados para elaboração do diagnóstico sócio-econômico. Foi feita a fotointerpretação preliminar dos solos da região e coletadas amostras de toda a microbacia. O material coletado passou por análise físico-química, sendo então confeccionado o mapa dos solos da microbacia.

Microbacia do Córrego Água Sumida

Todos os proprietários da microbacia foram contatados e os cadastros obtidos tabulados. Foi iniciada a coleta de amostras dos solos da região, tendo sido enviadas ao laboratório para análise.

Microbacia do Córrego Itambi

Foi iniciado o levantamento sócio-econômico da área.

Atividade	Microbacias dos córregos
Conclusão do mapeamento de solo	Água Sumida e Itambi
Prática de conservação de solo	Água Sumida, Itambi e Caiuá
Identificação e planejamento de áreas a reflorestar	Água Sumida, Itambi e Caiuá
Cursos de reciclagem para os produtores rurais	Água Sumida, Itambi e Caiuá

EM BRANCO

Fls 2284
Proc. 1247/92
Rubr.

Estado de Mato Grosso do Sul

Foram realizados vários contatos com a SEMA/MS, visando agendar uma reunião com as prefeituras para o início dos trabalhos, uma vez que os comitês de bacia não foram ainda instituídos. Está prevista para novembro deste ano, a realização da primeira reunião para definição das microbacias a serem trabalhadas.

Programa de Estudo Climático da Bacia Hidrográfica

Encontra–se em andamento o Estudo Climático da Bacia Hidrográfica de Porto Primavera, com a coleta de dados de estações remotas já instaladas nos seguintes locais: Andradina; Anaurilândia; Brasilândia; Presidente Venceslau; e Porto Primavera. Os acessos a estas estações são geralmente efetuados após as 24 h, diariamente, quando são coletados os dados do dia anterior.

Os parâmetros monitorados são: Umidade Relativa; Temperatura, Radiação Incidente, Precipitação Total Diária, Freqüência percentual da direção do vento, e a sua velocidade. Quando da vistoria já haviam concluído a estação de Porto Primavera, que fica no local onde estão instalações do meio ambiente na obra.

Os resultados apresentados não demonstram grandes modificações nos aspectos climáticos em função do enchimento do reservatório na cota 253m.

Meio Biótico

Programa de Fauna e Flora

Os estudos apresentados pela CESP estão a contento e contemplaram o Plano de Resgate de Fauna, que tem como meta resgatar animais já localizados na operação anterior. Quanto à metodologia de resgate, esta será iniciada com a captura daqueles animais que se encontram em situação de risco. As capturas terão suas coordenadas colhidas a fim de que os grupos possam ser compostos adequadamente. Cabe ressaltar que de acordo com a vistoria técnica realizada à área, deverá ser providenciada uma base de resgate próxima à Fazenda Beira Rio. Os centros de triagem serão utilizados a fim de permitir a verificação dos dados biométricos de algumas espécies. O Centro de Recepção e Triagem (Ferry Boat), continuará disponível para a recepção e manejo dos animais recém chegados da captura. Os Centros de Atendimento Médico Veterinário serão implantados nas cidades de Primavera, Presidente Epitácio, Anaurilândia, Panorama e Ilha Solteira.

Deverão ainda ser implantadas bases de resgate, a serem vistoriadas próximo ao enchimento da nova cota.

Quanto à relocação da fauna, esta deverá ser realizada em fragmentos florestais ou áreas de várzeas, conforme já vinha sendo executado anteriormente quando do enchimento da cota 253m. Foram selecionadas propriedades particulares para a relocação de fauna em cerca de 29.681,5 ha. Na vistoria técnica foram avistadas algumas áreas interessantes, que foram apontadas pelo IBAMA, como possíveis áreas a serem utilizadas para a soltura. Foi feita uma estimativa da capacidade de recepção das áreas de relocação em cada município.

EM BRANCO

Fls. 2285
Proc. 1247/92
Rubr.

O estudo de capacidade de suporte foi elaborado a partir de dados obtidos em literatura, com o intuito de compor as densidades. Algumas espécies da fauna deverão ser expressas em indivíduos por km^2 a fim de que posteriormente possam ser verificadas nos trabalhos de campo a serem realizados. Este resultado poderá ser extrapolado para o total dos remanescentes selecionados para relocação.

Quando a diferença entre as densidades for negativa ou quando a densidade real for igual ou maior que 70% da densidade esperada, a capacidade de recepção de animais será considerada mínima e, portanto, não será recomendada a relocação. O resultado dessa diferença, caso positivo, indicará o número máximo de indivíduos a serem relocados em cada remanescente, respeitando-se as características ecológicas das espécies.

Este estudo visa apenas contemplar a classe de mamíferos, uma vez que, aves, répteis, anfíbios e invertebrados, capturados no resgate, não vem sendo relocados em remanescentes florestais e sim relocados nas bordas, através de "solturas brandas" ou enviados para instituições de pesquisa e criadores científicos, conforme orientação do IBAMA.

Foram selecionados alguns remanescentes de diferentes fisionomias vegetais (florestas semidecíduas, matas ripárias e cerrados), a fim de que servissem de áreas de relocação, acima da cota 253m.

Serão abertos transectos que serão percorridos por observadores, onde se anotará as distâncias das visualizações dos animais, bem como, datas, locais, horários, nº de indivíduos e suas respectivas faixas etárias. Partiu-se do princípio que os remanescentes florestais selecionados para a relocação de fauna possuem uma certa homogeneidade quanto ao tipo de vegetação, oferta de alimento para os animais e presença de água, a fim de permitir a dessedentação dos animais. Assim, considera-se adequado o estudo, contudo, sugerimos que este Departamento, informe à DIFAS, sobre a necessidade do IBAMA indicar um técnico para permanecer no local da operação durante o período que se fizer necessário.

Cabe ressaltar que o programa de resgate da fauna nas ilhas que se formaram na cota 253m deverão ser intensificados.

Outra questão de bastante relevância, diz respeito ao MEMO Nº 139/00 – CEMAVE, datado de 16/10/2000, que trata de estudos sobre a avifauna da região do rio do Peixe. A PROAVES tem um convênio com a CESP, financiado por esta última. Pelo interesse da CEMAVE e pela colaboração técnica já existente entre ambas, a mesma participou de um trabalho conjunto na região do rio do Peixe, em 14 a 20 de setembro, local onde foi encontrada uma população de uma espécie de ave rara e ameaçada de extinção, a Maria-catarinense, *Hemitriccus Kaempferi,* cujos registros eram exclusivos para o norte de Santa Catarina. Assim o CEMAVE, recomenda a inclusão de um projeto de manejo da espécie na região, o qual seria coordenado e executado pelo CEMAVE/IBAMA em parceria com a PROAVES.

Quanto à questão que diz respeito à Fazenda Cizalpina para onde grande parte da fauna foi relocada, a mesma deverá, segundo a CESP, sofrer um novo alagamento, porém não

EM BRANCO

Fls. 2286
Proc. 1247/97
Rubr.

foi informado qual a área remanescente, a destinação da fauna que poderá ser novamente relocada e os limites da nova cota na região e o grau de alteração que a rodovia MS 040 trará para a fauna. Existem informações conflitantes quanto ao remanescente florestal na operação nas cotas 257/259m e os níveis de suporte para a fauna. A CESP informou que anualmente provocará cheia tentando reproduzir o regime hídrico anual do Rio Paraná, mas não informou as conseqüências desta movimentação nas cotas, e os impactos negativos para a vegetação como para a fauna. Assim, deverá ser avaliada a retirada de parte destes animais para relocar em fragmentos florestais, bem como esclarecer definitivamente a área real da Fazenda Cizalpina, e a área que ficaria intacta na cota 257m

A fazenda apresenta ainda, dois problemas graves. O primeiro é a grande quantidade de cercas de arame farpado remanescentes das fazendas de gado e as inúmeras vias de acesso a área, além da grande pressão de caça. A mata ciliar do rio Verde, limite a montante, não foi removida e encontra-se com elevado grau de conservação. Lindeiro a MS-040 vem sendo explorada argila com a formação de imensas cavas, com anterior retirada da vegetação, porém, sem o conhecimento ou a devida anuência da CESP.

A partir de vistoria técnica realizada à área, constatou-se que na Renovação da Licença de Operação, a seguinte condicionante deverá ser incorporada:

- ✓ Relocar para outras áreas, antes do enchimento do reservatório, de acordo com a capacidade de suporte, parte da fauna que se encontra na Fazenda Cizalpina, a qual não haverá condições de sobrevivência na referida área.
- ✓ Relocar para outras áreas, antes do enchimento do reservatório, de acordo com a capacidade de suporte, os animais que se encontram na Fazenda Beira Rio e nas demais áreas ilhadas.

Cabe ainda, ressaltar que não deverá ser dada continuidade à supressão de vegetação na cota 259m a partir da emissão da licença, tendo em vista não haver dados conclusivos quanto a questão relativa à Fazenda Cizalpina, no que tange às áreas que deverão ser inundadas e quanto as condições para permitir a permanência desta fauna.

O Programa de Monitoramento da Ictiofauna e Recursos Pesqueiros, prevê o fornecimento de subsídios e definição de critérios para o manejo dos recursos pesqueiros do reservatório, o acompanhamento da evolução e o desenvolvimento dos estoques pesqueiros do reservatório e o monitoramento da eficiência da implantação de escada e elevador de peixes na barragem. Para tanto, está previsto nos estudos, a apresentação da composição quali-quantitativa da ictiofauna do reservatório e suas variações em função de alterações nas condições hidrológicas, a verificação da similaridade ictiofaunística entre os diferentes pontos de amostragem, a identificação das espécies dominantes, constantes e acidentais nos diferentes ambientes considerados (comunidades de peixes), a caracterização biológica das espécies, a delimitação de áreas de desova e criadouros naturais, a estatística de rendimento pesqueiro e a avaliação das estruturas de transposição.

Os resultados preliminares foram coletados no período de fevereiro a dezembro de 1999, mostrando cerca de 9.158 exemplares de peixes. Observou-se que as espécies de

EM BRANCO

Fls. 2287
Proc. 1247/92
Rubr.

Characiformes representam 41,54% do total de espécies amostradas, enquanto os Siluriformes representam 46,15%, os Perciformes 10,77% e os Pleuronectiformes com cerca de 1,54%.

As principais espécies coletadas foram, a corvina *P.squamosissimus*, o apaiari *A ocellatus* e o tucunaré, *Cichla* spp. Espécies autóctones como a pirambeba, *S. marginatus*, o jurupecê S. *lima*, o mapará H. *edentatus* e o linguado C.*jenynsii,* também foram encontradas. É fundamental que seja dada continuidade a este estudo com a finalidade de monitorar os procedimentos futuros para o reservatório.

O relatório parcial de "Acompanhamento da Malacofauna da área de influência da UHE de Porto Primavera", apresentou até o momento dados e informações coligadas que denotam que a possibilidade de ocorrência de esquistossomose na área do reservatório é reduzida, em função da ocorrência muito limitada das espécies hospedeiras intermediárias da esquistossomose.

Programa Específico para as Unidades de Conservação

Mato Grosso do Sul

De acordo com a CESP, a situação dos trabalhos de aquisição das áreas necessárias à formação do Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema é a seguinte:

Situação de aquisição das propriedades	Nº	Área (ha)	%
Total de propriedades cadastradas	65	72.731,7751	100,0
encaminhadas para homologação pelo Terrasul	65	72.731,7751	100,0
- homologadas pelo Terrasul	41	58.648,3835	80,6
- pendentes de homologação	24	14.168,1829	19,4
adquiridas	29	53.917,2393	74,3
encaminhadas para ajuizamento - com imissão na posse	8 0	3.985,1916	5,4
homologadas pendentes de acordo/aquisição/ajuizamento (*)	5	6.195,6051	8,3
Total de propriedades pendentes de acordo/aquisição/ajuizamento	28	14.829,3442	20,3
posse/benfeitorias de terceiros adquiridas (ranchos)	60		
posse/benfeitorias de terceiros a adquirir (ranchos) (**)	1		
Total de indenizações realizadas/comprometidas (***)	R$ 42.335.753,04		

(*) A gleba PQ-E-VI-07/1, com 5.449,6525 ha, está com acordo e ainda não foi homologada.

EM BRANCO

Fls 2288
Proc. 1247/92
Rubr.

(**) Referem-se apenas aos localizados na Gleba PQ-E-VI-01.
(***) Inclui o valor de R$ 853.025,49 referente aos terceiros.
Obs: 1. A diferença na área total do Parque ocorreu devido a um erro de lançamento no valor das áreas das Glebas 17 e 40, que sofreram alteração após o cadastro elaborado.
2. O aumento do nº de propriedades ocorreu em virtude da necessidade de desmembramentos das diversas propriedades para adequação aos Títulos Dominiais Levantados em Cartório, cujos proprietários não foram detectados nos trabalhos de Levantamento Cadastral.

O processo de aquisição das áreas, não tem sido mais rápido, porque o Instituto de Terras do Mato Grosso do Sul - Terrasul, atendendo a uma demanda do Estado, está aproveitando este momento para proceder a regularização fundiária na região.
Independente da aquisição total das áreas do Parque, foi firmado convênio com a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA/MS, com a interveniência do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de repassar recursos para a sua administração, implantação, manutenção e vigilância, sendo que o primeiro repasse, de R$ 425.000,00, foi liberado em agosto deste ano. Estava programada para o mês de outubro a entrega das áreas já adquiridas e liberadas à SEMA/MS, contudo, não temos informação a respeito desta situação.
A SEMA/MS está contratando pessoas para realizar a fiscalização da área do Parque e, ao mesmo tempo, adquirindo materiais e equipamentos, conforme previsto no plano de trabalho elaborado e aprovado pela CESP.
Foi constituído grupo de trabalho entre a SEMA/MS e a CESP, para definir as obras civis necessárias à implantação do Parque, como a retirada de cercas internas e árvores exóticas, cercamento do perímetro e colocação de placas de sinalização.
O Plano de Manejo foi discutido com a SEMA/MS e será elaborado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentado - FBDS. O convênio com as especificações técnicas foi assinado em setembro deste ano.

São Paulo

Parque Estadual do Aguapeí

De acordo com a CESP, a situação dos trabalhos de aquisição das áreas do Parque é a seguinte:

Situação de aquisição das propriedades	**Nº**	**Área (ha)**	**%**
Total de propriedades cadastradas	**27**	**8.774,11**	**100**
encaminhadas para ajuizamento	6	3.420,41	22,2
- com emissão na posse	2	1.000,16	7,4
com acordo/adquiridas	15	5.343,81	55,5
travessias/estradas	4	9,89	14,8
Total de indenizações realizadas	R$ 11.309.702,83		

EM BRANCO

Fls 2289
Proc. 1247/92
Rubr.

Todas as áreas necessárias à formação do Parque foram adquiridas ou ajuizadas, restando a declaração de emissão na posse de quatro propriedades, por parte da Justiça.
Foi encaminhada ao Instituto Florestal, a proposta do Plano de Manejo do Parque Estadual do Aguapeí e a minuta de convênio para o repasse da verba de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) anuais, previstos para a manutenção e administração do referido Parque, que permanecem, até o momento, sem manifestação do respectivo órgão.

Unidade de Conservação no Rio do Peixe

De acordo com a CESP, foram realizadas reuniões e sobrevôos na região com o Instituto Florestal e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de São Paulo, para a definição da localização do Parque a ser criado.
A indicação da área para a criação do Parque foi feita pelo Instituto Florestal, em 26 de agosto de 1999. Após a indicação da área, foram realizados levantamentos topográficos, demarcação da área e os memoriais descritivos das propriedades.
A CESP está aguardando a aprovação da criação do Parque pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo - Consema para encaminhar à Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo a minuta de decreto para sua criação. Somente após a criação do Parque, poderá ser concretizada a aquisição das áreas e iniciados os trabalhos de implantação.
A futura Unidade de Conservação no rio do Peixe deverá ter 11.854,23 ha, incluindo 4.135,39 ha referentes à compensação pela UHE Três Irmãos.

Atividades a realizar

Mato Grosso do Sul

- Concluir o processo de aquisição das áreas necessárias à formação do Parque;
- Dar continuidade ao repasse de recursos financeiros, estabelecido no convênio com a SEMA/MS;
- Proceder a entrega das áreas já adquiridas e liberadas à SEMA/MS;
- Realizar as obras civis necessárias à implantação do Parque: cercas, guaritas, sede administrativa e centro de visitação pública.

São Paulo

Parque Estadual do Aguapeí

- Realizar as obras civis necessárias à implantação do Parque: cercas, guaritas, sede administrativa e centro de visitação pública. Os projetos e cronograma de implantação foram apresentados ao Instituto Florestal;
- Celebrar convênio com o Instituto Florestal, para repasse de recursos financeiros para a manutenção e administração do Parque;
- Acompanhar a elaboração do Plano de Manejo, pelo Instituto Florestal, que subsidiará o desenvolvimento dos programas de trabalho: segurança, fiscalização, educação ambiental e visitação pública.

EM BRANCO

Fls 2290
Proc. 1247/92
Rubr.

Unidade de Conservação no Rio do Peixe

- Encaminhar à Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, a minuta de decreto para a criação do Parque, tão logo o Consema aprove sua criação;
- Proceder a aquisição das áreas necessárias à criação do Parque;
- Acompanhar a elaboração do Plano de Manejo, pelo Instituto Florestal, que subsidiará o desenvolvimento dos programas de trabalho: segurança, fiscalização, educação ambiental e visitação pública;
- Realizar as obras civis necessárias à implantação do Parque: cercas, guaritas, sede administrativa e centro de visitação pública. Os projetos e cronograma de implantação serão apresentados ao Instituto Florestal.

Supressão de Vegetação

Programa de Desmatamento da Bacia de Inundação

Foram emitidas três Autorizações de Supressão de Vegetação para o empreendimento, a saber;

- ✓ Autorização nº 13/98 (20/07/98) totalizando 3.348,00 ha (cota 253 m);
- ✓ Autorização nº 20/99 (06/12/99) totalizando 7.210,30 ha (cotas 257/259 m) e,
- ✓ Autorização nº 04/00 (24/03/00) totalizando 325,68 ha (cotas 257/259 m).

Em relação às condições de desmatamento para a cota 253 m temos a considerar que, nas áreas onde a vegetação foi suprimida houve uma rebrota dos tocos e, devido, também, às condições edafoclimáticas, o banco de sementes regenerou a vegetação, contando atualmente com uma intensa cobertura arbustiva até esta cota.

Observou-se na barragem (lado direito) uma enorme quantidade de troncos flutuando e acumulados, ao mesmo tempo em que funcionários da CESP faziam a retirada deste material lenhoso. Para o desmatamento nas cotas 257/259 m observou-se que os galhos, partes de troncos e toda a biomassa foliar ficarão depositados no leito do reservatório, propiciando com certeza decréscimo da qualidade da água, de acordo com os resultados do modelo matemático.

No leito do rio Pardo, próximo à foz, existe uma grande quantidade de material lenhoso depositado, bem como várias áreas florestadas e que não serão removidas no enchimento. Nesta mesma região, uma grande quantidade de biomassa (galhos e troncos), proveniente da supressão foi deixada no terreno, este material será carreado até o vertedouro quando do enchimento.

Quanto às condicionantes da LO 024/98 os seguintes itens específicos não foram atendidos;

2.16 *Encaminhar documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.*

Não existe uma clara definição sobre a formalização das Unidades de Conservação seja em São Paulo ou Mato Grosso do Sul, quanto a: áreas físicas, cota de inundação,

EM BRANCO

Fls. 2291
Proc. 1247/97
Rubr.

relocação da fauna, supressão de vegetação, demarcação, titulação (situação fundiária) e esfera administrativa.

Na região de Castilho várias edificações foram demolidas na cota 257 m, restando apenas as fundações e grande quantidade de vegetação.

Quanto à área de influência direta do reservatório na bacia do rio Aguapeí, a vegetação ciliar encontra-se bem preservada e, devido ao traçado meândrico do seu leito, existem imensos bancos de areia às margens e outros aflorantes na calha. A vegetação ciliar do rio Aguapeí é exuberante e extremamente rica em variabilidade de espécies e portes, variando de várzea alagada a vegetação arbórea, sendo que toda biomassa não será retirada. Nesta região não pode ser identificado o limite das cotas 257/259 m.

2.26 *Mapear a nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório e recuperar suas áreas degradadas.*

Segundo informações da CESP somente uma faixa de 50 (cinqüenta) metros no entorno do reservatório será indenizada e mantida pela empresa, os outros 50 metros seriam de inteira responsabilidade dos proprietários pela sua integridade e conservação. Existe uma quantidade muito grande de voçorocas no lado paulista que não estão sendo contidas, principalmente em áreas de pastagem, que com a movimentação do gado em direção a água, associado ao solo altamente friável (arenito), faz com que apareçam enormes fendas no terreno. Não são aplicadas, na maioria das propriedades lindeiras ao reservatório, técnicas de contenção de solo, ocasionando um acelerado processo de erodibilidade laminar. No lado paulista estão se instalando vários ranchos de pesca, sem o conhecimento da CESP. A razão da migração dos pescadores, em detrimento da pesca no lado sulmatogrossense, é a discrepância em relação à legislação pesqueira dos dois estados; no estado de São Paulo é mais complacente quanto aos equipamentos que são utilizados na atividade, principalmente redes e espinhéis.

Segundo a CESP, a madeira em forma de toras para serraria ou lenha será doada às prefeituras e por estas vendidas em leilão; mas o mercado não está afeito a aceitar o material, até gratuitamente. Caso a madeira demore a ser utilizada o processo de decomposição depreciará em muito o produto, até a sua inutilização.

Quanto à biomassa presente na área, sua decomposição desencadeará um processo muito intenso de eutrofização, comprometendo seriamente a qualidade da água. O material lenhoso poderá chegar até as turbinas. Da mesma forma existem grandes áreas de paliteiros remanescentes do desmatamento não efetuado da cota anterior, e muitas outras áreas passíveis de formação, a exemplo da vegetação ciliar do rio do Peixe e Aguapeí que, segundo a CESP não existem meios para a retirada desta vegetação. Nestes locais não pode ser identificado o limite das cotas 257/259 m. Foi realizado um desmatamento próximo a primeira ponte, a montante no rio do Peixe, com aproximadamente 1,0 ha. Decorrente do carreamento de sólidos provenientes, principalmente, destas duas bacias houve a formação de extensos bancos de areia no leito do rio Paraná. A jusante da barragem, no lado sulmatogrossense, devido ao desbarrancamento das margens, uma grande quantidade de árvores foram derrubadas e que não estão sendo retiradas.

EM BRANCO

Fls 2292
Proc. 1247/92
Rubr.

Durante os trabalhos de vistoria por via aquática no lado sulmatogrossense, desde o barramento até P. Epitácio, foi observada, em quase a sua totalidade, a formação de paliteiros provenientes da supressão, denotando que os trabalhos de desmatamento não foram corretamente conduzidos. Neste mesmo trecho existem extensos remanescentes florestais arbóreos ainda intactos e que, segundo informações da CESP, tal vegetação não será retirada, sendo as atividades de supressão já foram concluídas.

Com relação ao item 6.3 do TAC, que trata do desmatamento da mata ciliar do Rio do Peixe, salientamos que o mesmo não será efetuado. Foi apresentado, ao Ibama, para análise, os resultados gerados pelo modelo matemático, justificando as épocas mais propícias para o enchimento e correlacionando a este fato a decomposição da matéria orgânica. As simulações apontam para a não necessidade de retirada de parte da vegetação nesta área. Concluimos, desta forma, pela manutenção da vegetação ciliar na sua totalidade.

A vistoria técnica apontou ainda as seguintes condicionantes a serem cumpridas:

- ✓ Retirar todo o material lenhoso resultado do desmatamento da cota 253m antes do enchimento até a nova cota.
- ✓ O material lenhoso proveniente do desmatamento não deverá ser enterrado ou queimado.

MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

ÚLTIMOS RELATÓRIOS

Relocação do Cemitério da Ilha Comprida – Três Lagoas/MS – este relatório foi entregue em junho/2000 e apresenta a conclusão dos trabalhos, que foram realizados obedecendo à legislação vigente.

Atendimento Médico Sanitário à População Diretamente Vinculada à Obra – este relatório foi entregue em julho/2000 e apresenta o trabalho desenvolvido no período de 1996 a 1999, com os quantitativos dos atendimentos ambulatoriais, exames rotineiros, campanhas de vacinação e estatística dos acidentes de trabalho com e sem afastamento do trabalho. É detalhado, ainda, o sistema de abastecimento de água e tratamento dos resíduos sólidos e esgoto dos canteiros de obras.

Relocação do Cemitério Antigo de Panorama/SP – este relatório foi entregue em agosto/2000 e apresenta o detalhamento das ações adotadas para cumprimento do programa, resultando na relocação das edificações existentes, contudo não foram localizados restos mortais.

Relocação dos Cemitérios Porto João André e Fazenda Odila em Brasilândia/MS – este relatório foi entregue em agosto/2000 e apresenta o detalhamento das ações adotadas para cumprimento do programa, sendo as ossadas encontradas relocadas para o cemitério municipal de Brasilândia, obedecendo à legislação vigente.

EM BRANCO

Fls 2293
Proc. 1241/02
Rubr.

PROGRAMAS AMBIENTAIS DO MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

Reinserção Produtiva do Setor de Extração de Areia e Cascalho

O empreendedor repassou recursos aos proprietários que optaram pela adaptação de suas instalações para a cota 259 m e os demais estão sendo indenizados. Em Panorama/SP há um caso de desapropriação judicial e em Paulicéia/SP, Bataguassu e Três Lagoas/MS ainda há pendência.

Quanto às adaptações e relocação das instalações fixas dos setores e dos equipamentos flutuantes exigidas pelo Ministério Público, a CESP contratou o IPT para realizar estudo sobre a necessidade de tais adaptações.

Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico-Oleiro

No Estado de São Paulo os estoques estão concluídos em 3 (três) municípios e em fase final de conclusão nos municípios de Castilho e Panorama, faltando menos de 5%.

No estado do Mato Grosso do Sul, para os 3 (três) municípios inseridos no programa, resta concluir cerca de 30% do volume contratado.

Readequação da Atividade Pesqueira

Foram identificados cerca de 500 pescadores, pelas três colônias existentes na região, que desenvolvem a atividade de pesca como subsistência e deverão ser considerados beneficiários desse programa.

O TAC obriga a CESP a doação de 1000 metros de rede para cada beneficiário do programa, contudo, ambientalmente, essa medida não é viável, além de não se configurar uma medida mitigatória. O Ibama foi informado de que, a pedido do Ministério Público Federal, a CESP vem negociando com as colônias de pescadores a substituição desse item do TAC, sendo apresentadas, pelo empreendedor, três propostas alternativas e recusadas pelas colônias.

Proposta 1 - Requalificação dos pescadores – seria a forma mais adequada para mitigação desse tipo de impacto, que compromete a renda familiar. Com o aumento do valor do produto e a conquista de novos mercados, o nível de renda estaria assegurado, apesar da diminuição da quantidade do pescado e do surgimento de espécies de menor valor no mercado.

Proposta 2 - Fornecimento de tanque-rede – a implantação desse programa contraria a natureza da atividade praticada que é extrativista, além de comprometer a qualidade dos peixes encontrados hoje na região se não forem utilizados alevinos de espécies nativas.

Proposta 3 – Indenização de 10 salários mínimos – não se caracteriza uma medida mitigadora, sequer compensatória, uma vez que não poderia garantir o sustento dessas famílias por toda a sua vida economicamente ativa.

Após a recusa, as colônias solicitaram o fornecimento de um barco de duralumínio de 8 m e um motor de popa de 40 hp, gerando uma contra-proposta do empreendedor, que concorda em fornecer um barco de 6 m de comprimento e um motor de 25 hp para cada pescador profissional cadastrado que sobreviva exclusivamente da pesca, que não tenha

EM BRANCO

Fls 2294
Proc. 1247/92
Rubr.

sido beneficiário de outro programa da CESP, excluindo-se dessa listagem membros de uma mesma família.

O Ibama não participou dessas negociações. Tomando conhecimento, informalmente, dos avanços nas negociações, foi manifestada a necessidade de participação desta Instituição, que é o órgão competente para proceder ao licenciamento ambiental e parte integrante do Termo de Ajustamento de Conduta. A partir daí houve um convite, pelo empreendedor, para participar de reunião com MP em Presidente Prudente e outro, pelo MP, para tratar especificamente desse assunto, com a participação do empreendedor e representantes das colônias. O Ibama não compareceu em nenhuma ocasião. No dia 25/10/00, o Ibama recebeu correspondência do empreendedor informando os resultados das negociações ocorridas e a atual situação.

Contudo, no processo de licenciamento ambiental, cada caso deve ser tratado com exclusividade e esse licenciamento diferencia-se dos demais pela grande defasagem de tempo entre uma ação e outra ação. A proposta pode ser considerada mitigadora quando permite ao profissional buscar novas áreas para desenvolver o seu trabalho, mas limita-se a ser compensatória quando o custo da ação merece maior peso na decisão.

De qualquer forma, o Ibama deverá ser comunicado sobre qualquer que seja o acordo final entre empreendedor e impactados, e avaliadas as implicações ambientais.

No âmbito do licenciamento ambiental estão inseridas medidas para a manutenção da quantidade e qualidade das espécies nativas existentes naquela bacia hidrográfica. O monitoramento indicará a eficácia das medidas adotadas, repovoamento do lago, escada de peixe e elevador de peixe.

O empreendedor apresentou mapa indicando os locais para instalação dos pontos de pesca. Esta ação está prevista na condicionante nº 2.8 da LO 024/98, devendo estes pontos de pesca ser construídos após o enchimento do reservatório na cota 257m, num prazo de 120 dias.

As colônias de Presidente Epitácio, Panorama e Três Lagoas participaram da seleção dos pontos de pesca e a única restrição é quanto à implantação de pontos de pesca em tributários.

Reposição e Ampliação dos Equipamentos de Lazer

Presidente Epitácio - as obras de construção do novo Parque Figueiral estão concluídas e entregue a prefeitura municipal.

Panorama/Paulicéia – as obras estão em andamento.

O programa, não previsto no EIA, para atender aos municípios do MS, foi estendido aos mesmos por decisão da CESP, trata-se de obra compensatória. Porém, só será iniciado após o enchimento na segunda fase. Em alguns casos a prefeitura ainda não indicou a área.

EM BRANCO

Fls. 2295
Proc. 1241/02
Rubr.

Remanejamento da População Atingida

Para a cota 253 m, o empreendedor já concluiu toda as relocações, urbanas e rurais, com implantação dos programas de apoio a atividade econômica e construção dos equipamentos sociais necessários.

Reassentamentos Rurais

Foram implantadas: em São Paulo, Fazenda Santo Antônio (21 agrícola e 28 pecuária), Fazenda Lagoinha (16 agrícola e 01 pecuária), Fazenda Buritis (50 agrícola e 06 pecuária); em Mato Grosso do Sul: Fazenda Aruanda (25 agrícola e 35 pecuária), Fazenda Santa Ana (47 agrícola e 25 pecuária), Fazenda Pedra Bonita (54 agrícola e 32 pecuária), e, de acordo com a última vistoria realizada, os centros comunitários estão em construção.

As 06 (seis) famílias de Castilho/SP serão reassentadas na Fazenda Buritis, pois o número reduzido de famílias inviabiliza a implantação de um novo reassentamento em Paulicéia/SP e as17 famílias de Três Lagoas/MS serão reassentadas na Fazenda Buriti (12 agrícola e 05 pecuária), em fase final de acabamento. Ambas referem-se a cota 257/259m.

Reassentamentos Urbanos

Estão concluídos três reassentamentos urbanos, o de Panorama/SP (13 famílias da Vila Marrecas), o de Bataguassu (Nova Porto XV) e o de Presidente Epitácio (84 famílias). Falta a construção do centro comunitário em Presidente Epitácio e a entrega do Centro Comercial de Pescado de Nova Porto XV a comunidade. O reassentamento do núcleo de Porto João André (133 famílias), em Brasilândia/MS, previsto para a cota 257/259 m, já está em fase adiantada de obras.

Para o reassentamento urbano das famílias de Panorama/SP, que serão atingidas pelo enchimento até a cota 257/259 m, cerca de 26 famílias, ficou definida a concessão de cartas de crédito.

Apoio à Mão-de-Obra

Foram atendidas 270 famílias nos municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Os municípios do lado paulista optaram pela indenização de 20 salários mínimos. Existem pendências porque os municípios não cumpriram sua parte.

Programa de Requalificação de Mão-de-Obra

Foram construídas oficinas para formação, recapacitação e requalificação de mão-de-obra em cada município impacto, direcionado a toda comunidade, sendo fornecidos 60 cursos diferentes. Compõe essa estrutura prédios de alvenaria equipados com maquinários e maquetes necessários a execução dos trabalhos. Durante os primeiros cinco anos, o empreendedor mantém convênio com as prefeituras, onde são repassados os recursos necessários a manutenção das atividades.

É legítima a preocupação da comunidade quanto ao futuro deste programa. Assim que não houver a obrigatoriedade do empreendedor com a manutenção da atividade, muitas prefeituras poderão não dar continuidade aos trabalhos.

EM BRANCO

Fls 2296
Proc. 1241/92
Rubr.

Resgate Arqueológico

Na cota 253/257 m foram escavados 10 dos 145 sítios arqueológicos encontrados. Para a cota 257/259m foram encontrados 118 sítios arqueológicos e escavados 22. O empreendedor vem apresentando os relatórios das atividades desenvolvidas e emitirá relatório conclusivo após enchimento na cota 257/259m.

Resgate e Valorização da Memória Regional

Será construído um memorial na cidade de Primavera, baseado em levantamentos realizados em todas as cidades impactadas pelo empreendimento.

Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental vem sendo conduzido conforme definido no EIA/RIMA, contando também com a disponibilidade de um ônibus e um Barco Escola que desenvolve aulas práticas com alunos de 1º e 2º Grau dos municípios diretamente atingidos pelo empreendimento. No contexto é valorizada a fauna regional e a necessidade de se coibir à caça, incentivando a preservação do meio ambiente.

O programa prevê ainda a formação de professores através de Curso de Educação Ambiental, para funcionarem como multiplicadores. Estão concluídas as obras do Centro de Educação Ambiental, instalado em uma área particularmente especial.

Como o Centro vem sofrendo adequações surgidas com as experiências e necessidades definidas ao longo da implantação do Programa de Educação Ambiental, cabe solicitar ao empreendedor o projeto do Centro de Educação Ambiental com as referidas adequações.

CONDICIONANTES DA LO 024/98, RELATIVAS AO MEIO SÓCIO-ECONÔMICO.

Anteriormente ao enchimento do reservatório, a CESP deverá:

- ✓ *reassentar todas as famílias consideradas beneficiárias do Sub-Programa de Reassentamento, que ainda permanecem na área de inundação;*
- ✓ *concluir a relocação de todos os equipamentos (de ensino e templos religiosos) e a remoção dos ramais terminais de energia elétrica e telefonia, após a transferência das famílias;*
- ✓ *concluir o Programa de Desmonte e Desinfecção da área a ser inundada, após a transferência das famílias.*

  Todas as famílias atingidas pela cota 253 m já foram reassentadas.

- ✓ *Garantir o estoque de argila para os oleiros de Porto João André/MS que terão suas jazidas afetadas pelo enchimento da cota 253m.*

  A área para relocação já foi definida e os estoques estão sendo concluídos.

- ✓ *Concluir a formação do estoque de argila para os oleiros de Bataguassu/MS e Nova Porto XV/MS e executar o Programa de Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico Oleiro para os oleiros afetados pela 2ª fase do enchimento.*

  O empreendedor informou que os mesmos estão concluídos, devendo ser encaminhada a documentação comprobatória.

EM BRANCO

Fls. 2297
Proc. 1247/92
Rubr.

- ✓ *Construir, no prazo de 180 (cento oitenta) dias, as residências definitivas bem como a implantar a infra-estrutura dos reassentamentos rurais e urbanos destinados à relocação das famílias atingidas pela cota 253 m.*

  Todos os reassentamentos rurais e urbanos para a cota 253m estão concluídos, inclusive as famílias da área urbana de Presidente Epitácio, que já ocuparam os imóveis.

- ✓ *Concluir o Programa de Remanejamento da População Atingida pela cota 257/259m, até 30 (trinta) dias antes do enchimento do reservatório.*

  Esta condicionante deve ser mantida.

- ✓ *Providenciar a transferência das famílias sul-mato-grossenses contempladas no Sub-Programa de Apoio à Mão-de-Obra, estendendo o benefício às famílias paulistas, desde que as prefeituras assumam a implantação da infra-estrutura nos lotes.*

  As prefeituras não cumpriram o proposto e a CESP adquiriu terras e doou às prefeituras.

- ✓ *Relocar as áreas de lazer conforme previstas no EIA/RIMA em Panorama/SP e Presidente Epitácio/SP, bem como, implantar as que estão sendo propostas pela CESP em Anaurilândia/MS, Bataguassu/MS, Brasilândia/MS, Santa Rita do Pardo/MS, Três Lagoas/MS e Paulicéia/SP.*

  A área, em Panorama, já foi definida e as obras foram iniciadas. O empreendedor informou que serão concluídas até outubro/2000. Em Presidente Epitácio, já está concluída e entregue ao município. As demais áreas encontram-se em estudo com as prefeituras para definição do local.

- ✓ *Definir, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, a localização dos pontos de pesca e construir a sua infra-estrutura até 90 (noventa) dias após o enchimento do reservatório na cota 257/259m.*

  O empreendedor apresentou mapa com pontos de pesca, mas em reunião com representantes das colônias foi solicitado ao Ibama que não permita ponto de pesca em rio secundário, o que deverá ser acatado pelo empreendedor.

- ✓ *Apresentar relatório conclusivo sobre o Resgate Arqueológico realizado até a cota 253m.*

  Foi apresentado relatório de conclusão do Resgate Arqueológico na cota 253m, e o relatório final será apresentado após conclusão dos trabalhos da cota 257/259m.

- ✓ *Proceder ao Resgate Arqueológico previsto para as cotas 257/259m, apresentando os resultados dos levantamentos de campo, prospecção e escavação de sítios arqueológicos, análises laboratoriais e destinação do material.*

  Trabalhos sendo executados.

- ✓ *Dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental, incluindo ações nas áreas destinadas à relocação de fauna, visando orientar fazendeiros e comunidades locais sobre a proibição da caça.*

  O Programa está sendo desenvolvido conforme proposto, devendo ser solicitado ao empreendedor a apresentação do projeto do Centro de Educação Ambiental com suas adequações.

EM BRANCO

Fls. 2298
Proc. 1247/92
Rubr.

- ✓ *Providenciar a conclusão das obras do sistema de tratamento do esgoto de Panorama/SP.*

  Obra concluída.

- ✓ *Relocar a infra-estrutura portuária de Presidente Epitácio/SP e Panorama/SP antes do enchimento do reservatório nas cotas 257/259m.*

  Obra em andamento.

QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Os Ofayé-Xavante

A população Ofayé-Xavante, que ocupava uma área na Fazenda Cizalpina, na cota de inundação 253/257m, foi reassentada para área anexa a outra reconhecida como de origem daquele povo e objeto de decisão judicial. A posse da referida área não foi obtida na justiça e a condição de sobrevivência dos Ofayé-Xavante é precária. Faz-se necessário solicitar uma reavaliação do referido programa.

Os Ranchos de Pesca

A questão dos ranchos de Castilho depende de decisão superior, há um Parecer Técnico favorável à permanência dos mesmos e um Parecer Jurídico contrário. Contudo, vale ressaltar que, como todo empreendimento dessa natureza, o reservatório torna-se um grande atrativo para o lazer da população. Nesse caso, estamos trabalhando com enormes extensões, onde existem ranchos em área de preservação, também, no Mato Grosso do Sul que já estão sendo retirados, existem outros sendo formados bem próximo à área de preservação no lado paulista, com acessos ao lago, e áreas bastante convidativas para formação de novos ranchos em todo o entorno. Chamamos a atenção para a padronização dos procedimentos.

Operação na cota 257/259m

Caso seja acatada a recomendação para alteração da cota de inundação definida no projeto, de 257/259m para a máxima fixa 257m, será premente a imediata paralisação dos trabalhos que estão sendo executados para remoção das famílias e equipamentos sociais na área de inundação da cota 259m, não justificando o IBAMA permitir a continuidade do investimento que está sendo destinado a essa etapa do empreendimento.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após vistoria técnica e análise de todo o material disponível, concluímos pela renovação da Licença de Operação nº 24/98, respeitando-se o disposto no item 1.6 da mesma.

Faz-se necessária a apresentação de esclarecimentos quanto à área real a ser afetada pela cota 257/259m, principalmente da Fazenda Cizalpina, para garantir áreas adequadas que permitam a distribuição de *habitats*, locais de alimentação, dessedentação e reprodução dos animais desse *habitat* e outros, objeto do Programa de Resgate de Fauna.

EM BRANCO

Fls. 2299
Proc. 1247/92
Rubr.

Ressaltamos que não deverá ser dada continuidade à supressão de vegetação para a cota 257/259m até o atendimento do Ofício DCA nº 01.692/2000, datado de 31/10/00. As bacias dos rios Aguapeí e Peixe não deverão ser desmatadas.

A análise procedida e as questões levantadas apontam pela necessidade de reavaliação do Termo de Ajustamento de Conduta, principalmente quanto aos itens abaixo relacionados:

- ✓ Enchimento do reservatório na cota 259m;
- ✓ Readequação da atividade pesqueira;
- ✓ Quantitativos da supressão de vegetação e alteração da área anteriormente determinada para desmatamento; e
- ✓ Adequação do Programa de Apoio à Mão-de-Obra.

Salientamos ainda, que com o advento da formação do reservatório na cota 257/259 m, ocorrerá uma mudança radical na paisagem através do surgimento das novas linhas marginais do espelho d´água, sendo o novo ambiente compreendido na faixa de flutuação do nível do reservatório apresenta uma superfície geológica e uma biota não preparada para esta situação. A vegetação existente e a fauna relocada, não estão definitivamente ajustadas às condições ambientais de uma área com níveis elevados do lençol freático e solos temporaiamente inundáveis. O cenário atual na região da Fazenda Cizalpina, pode ser identificado como um sistema que não atingiu seu equilíbrio (desestabilizado e imaturo), onde não está assegurada a sua autosustentação como dos rios tributários, com possíveis alterações significativas na fauna e na flora.

Itens a serem atendidos quando da emissão da Renovação da licença de Operação nº 24/98, para operação na cota 253m:

- ✓ Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da estabilidade das encostas marginais.
- ✓ Dar continuidade ao monitoramento das características limnológicas e de qualidade da água superficial.
- ✓ Implantar Programa de Avaliação do Comportamento Sedimentológico para a fase reservatório cota 253 e 257/259m.
- ✓ Analisar e verificar os efeitos da elevação do lençol freático, como resultado do enchimento do reservatório na cota 257/259 m.
- ✓ Rever o Programa de Controle da Poluição da bacia, junto aos orgãos ambientais competentes quanto ao padrão de lançamento de efluentes no reservatório.
- ✓ Apresentar proposta para proteção das encostas incluídas na de grau 2.
- ✓ Dar continuidade ao mapeamento das macrófitas no reservatório.
- ✓ Dar continuidade aos Programas relativos às Unidades de Conservação, encaminhando documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.

EM BRANCO

Fls 2300
Proc. 1247/92
Rubr.

- ✓ Retirar todo material lenhoso resultado do desmatamento da cota 253m antes do enchimento até a nova cota.
- ✓ Dar continuidade à implantação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
- ✓ Apresentar mapeamento da nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório.
- ✓ Dar continuidade à implementação do banco de germoplasma.
- ✓ Dar continuidade ao encaminhamento de relatórios anuais de monitoramento da ictiofauna, identificando as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos da piracema. Identificar ainda, os locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis habitats das espécies de maior significância desta região.
- ✓ Reavaliar o peixamento que vem sendo realizado, tendo em vista não se ter ainda, informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e daquelas que devem permanecer no lago.
- ✓ Dar continuidade à soltura da fauna resgatada, não relocada ou não destinada às instituições científicas, em áreas adjacentes à inundação, por meio de solturas brandas.
- ✓ Enviar animais para instituições científicas somente após as devidas autorizações emitidas pelo IBAMA.
- ✓ Implantar as 4 (quatro) bases de resgate de fauna, ao longo do reservatório para que possam ser utilizadas como apoio nas atividades inerentes à operação resgate na cota 257, devendo as mesmas estarem concluídas antes do enchimento da cota 257.
- ✓ Reavaliar a possível relocação para áreas mais adequadas os cervos do Pantanal, que se encontram em áreas susceptíveis à pressão de caça.
- ✓ Verificar a eficiência dos sistemas de transposição.
- ✓ Não remover a biomassa das bacias dos rios Aguapeí e Peixe até a cota 257/259m, destinar corretamente a madeira provinda dos desmatamentos.
- ✓ Implementar o projeto de manejo da espécie *Hemitriccus Kaempferi*, Maria-catarinense no rio do Peixe, em parceria com o CEMAVE/IBAMA e com a PROAVES.
- ✓ Reavaliar a relocação de parte dos animais que se encontram na Fazenda Cizalpina ara outras áreas, antes do penchimento do reservatório, de acordo com a capacidade de suporte.
- ✓ Relocar para outras áreas, antes do enchimento do reservatório, de acordo com a capacidade os animais que se encontram na Fazenda Beira Rio e nas demais áreas ilhadas.
- ✓ Apresentar Zoneamento Ambiental e Plano Diretor do Reservatório;

EM BRANCO

Fls 2301
Proc. 1247/92
Rubr.

- Apresentação do relatório do IPT com as conclusões sobre as adaptações e relocação das instalações fixas dos setores de extração de areia e cascalho e dos equipamentos flutuantes exigidos pelo Ministério Público;
- Reavaliação do Programa de Relocação da Comunidade Indígena em conjunto com a FUNAI;
- Alteração das medidas mitigadoras de "Readequação da Atividade Pesqueira" e "Apoio à Mão-de-Obra Atingida", constantes do Termo de Ajustamento de Conduta, em conjunto com a CESP, Ministério Público e IBAMA;
- Apresentação do projeto para o Centro de Educação Ambiental com as últimas adequações;
- Conclusão do Programa de Remanejamento da População Atingida pela cota 257/259m, até 30 (trinta) dias antes do enchimento do reservatório;
- Dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental, incluindo ações nas áreas destinadas a relocação de fauna, visando orientar fazendeiros e comunidades locais sobre a proibição da caça;
- Conclusão, no prazo de 180 dias, das seguintes etapas:
  - estoque de argila do Programa de Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico-Oleiro;
  - construção do retro-porto em Epitácio;
  - relocação das instalações dos portos de areia;
  - construção dos pontos de pesca ao longo do reservatório, conforme mapa aprovado pela comunidade pesqueira e Ibama, sendo proibida a construção dos mesmos em rios tributários;
  - construção dos centros comunitários nos reassentamentos urbanos e rurais;
  - construção da área de lazer no município de Panorama/SP;
  - definição dos locais e implantação das áreas de lazer nos municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, e Paulicéia, em São Paulo;
  - construção das instalações que abrigarão o Memorial no município de Primavera;
  - construção das instalações que abrigarão o material arqueológico resgatado nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

À Consideração Superior

Geólogo CREA 3345 - D / DF
Consultor

Silvia Regina A. Guedes

Mariangela Borges de Araújo
Engenheira Civil - CREA-RJ
Consultora

MONICA DE ARRUDA CAMARA
CORECON/DF 5111

Antonio Claret Karas
Engº Florestal - CREA-PR 17498-D
Consultor

EM BRANCO

Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 7097/2000.
Data: 10/11/00.
Recebido: Janine.

Fls. 2302
Proc. 1247/93
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

MEMO/ASPAR/Nº 551/00

Brasília, 10 de novembro de 2000.

DEREL/DIAP
CONTROLE Nº 2667
DATA 29/11/00
ASS

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
Nº 1643/2000
Data: 30/11/00 Hora:
Recebido

Da: ASPAR

À: DCA

Solicito subsídios necessários à elaboração da resposta da Sr.ª Presidente ao anexo assunto de interesse do deputado estadual Akira Otsubo.

Atenciosamente,

ANNA LOPES
Assessora Parlamentar

ASPAR Rosana - 10/11/00 7:02
DOC. ASPAR nº 713/00

À Dra Mónica,
para conclusão do
trabalho já em curso,
cuja cópia já se
encontra com V.Sa
28/11/00
MH

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Sistema de Controle de Processos e Documentos

Histórico de Movimentação

RECEBIDO/ASPAR
Nº 713/00

Fls 2309
Proc.
Rub.

Número: 10100.005675/00 **Nr.Original:** 319/00

Interessado: DEPUTADO ESTADUAL AKIRA OTSUBO

Assunto: REQUERIMENTO: COMUNICA A INSTITUIÇÃO DA C.P.I, COM PRAZO DE 90 DIAS P/ A CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHSO E 5 MEMBROS, P/ AVERIGUAR O CUMPRIMENTO DE TODOS OS ACORDOS FIRMADOS ENTRE A CESP. OS MUNICÍPIOS E O EST. DE MS. SOLICITA

Nr.	Data	Destino	Observação	Responsável
1	06/11/2000 10:58:0(	ASPAR	DE ORDEM À DIRCOF E ASPAR PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES. C/C - PRESI.	FMANOEL

Fls.: 2303
Proc.: 1247/92
Rubr.:

Eleonora Cabarros Bueno Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos

Fls. 2304
Proc. 1247/93
Rubr.

Protocolo Geral

(Nº de Protocolo: 00000.010914/2000-00)

Data do Protocolo: 30/10/2000 **Hora do Protocolo:** 16:07:20
Nº do Documento: 316 **Data do Documento:** 23/10/2000
Tipo do Documento: OFICIO
Procedência: Externa de pessoa jurídica
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
BRASIL - MS - CAMPO GRANDE
Interessado: Deputado Estadual Akira Otsubo
Recurso Financeiro: Não **Arquivado:** Não
Data para resposta:
Resumo: REQUERIMENTO / CPI / CUMPRIMENTO / ACORDO / CESP - Encaminha cópia de Requerimento de autoria do Deputado Estadual Akira Otsubo, que trata da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI., com prazo de duração de 90 dias para conclusão de trabalhos para averiguar o cumprimento de todos os acordos firmados entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compesatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Cadastramento: Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
LUIZ MARTINS RODRIGUES

TRAMITAÇÕES

Data da Tramitação: 30/10/2000 **Hora da Tramitação:** 16:26:54
Destino: Interno para pessoa jurídica
Ministério do Meio Ambiente
Chefia do Gabinete do Ministro
Encaminhamento: O próprio **Data para resposta:**
Despacho:
Cadastramento: Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
LUIZ MARTINS RODRIGUES

Data da Tramitação: 30/10/2000 **Hora da Tramitação:** 16:07:20
Destino: Interno para pessoa jurídica
Ministério do Meio Ambiente
Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
Encaminhamento: O próprio **Data para resposta:**
Despacho: Este trâmite foi gerado automáticamente pelo sistema, indicando a entrada do documento no órgão/unidade que o cadastrou.
Cadastramento: Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos-Administrativos
LUIZ MARTINS RODRIGUES

Ao IBAMA

01/11/00

Chagas Bacelar
Chefe do Gabinete do
Ministério do Meio Ambiente

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

0J0914/2000

Fls. 2305
Proc. 1247/92
Rubr.

MMA: Protocolo GABIN
Nº 0J0914/2000
DATA 30/10/2000 RUBRICA

OFÍCIO Nº 316/2.000

Campo Grande, 23 de outubro de 2000

Senhor Ministro,

Com os nossos cumprimentos, comunicamos, oficialmente a V.Exa. que, através de Requerimento de nossa autoria (cópia anexa), a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I., com prazo de duração de 90 (noventa) dias para a conclusão de seus trabalhos e 5 (cinco) membros, para averiguar o cumprimento de todos os acordos firmados entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

A instituição dessa C.P.I., se funda no princípio de que, a privatização da CESP, neste momento (já agendada para o dia 6 de dezembro), importará em grande prejuízo econômico e social para o Estado, que deixará de ter garantido o cumprimento dos acordos firmados, em detrimento de inúmeras famílias e de danos imensuráveis ao meio ambiente de Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, solicitamos o especial apoio de V.Exa., no que tange a não renovação da licença do IBAMA para aquela Companhia, até que tais pendências sejam, de uma vez por todas, solucionadas.

Outrossim, gostaríamos de poder contar com o imprescindível auxílio desse Ministério, no desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão, em defesa dos interesses de nosso Estado.

Certos de contar com a especial atenção de V.Exa., aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado AKIRA OTSUBO

Exmo. Sr.
JOSÉ SARNEY FILHO
DD. Ministro de Meio Ambiente
BRASÍLIA-DF

EM BRANCO

Fls. 2306
Proc. 1247/98
Rubr. Am.

Requerimento

AUTOR Deputado AKIRA OTSUBO

LIDO
19 OUT 2000
1º Secretário

Protocolo nº 1475/00

Entrada 19/10/2000

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos que dispõem os artigo 64, § 3º da Constituição Estadual e artigos 55 à 57, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I., que será composta por 5 (cinco) membros e terá o prazo de 90 (noventa) dias, para averiguar o cumprimento de todos os acordos pendentes, firmados entre a CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2.000

Deputado AKIRA OTSUBO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL
19 OUT 2000
Processo nº 212/00
Protocolo nº 1475/00
Reg. Res. Nº 016/00

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Plenário das Deliberações

Fls. 2307
Proc. 1247/00
Rubr.

PROTOCOLO	☐ PROJETO DE LEI ☐ PROJETO DECRETO LEGISLATIVO ☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO ☒ REQUERIMENTO ☐ INDICAÇÃO ☐ MOÇÃO ☐ EMENDA	Nº_____

AUTOR **Deputado AKIRA OTSUBO** Req006-2000

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos que dispõem os artigo 64, § 3º da Constituição Estadual e artigos 55 à 57, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - **C.P.I.,** que será composta por **5 (cinco) membros** e terá o **prazo de 90 (noventa) dias**, para averiguar o cumprimento de todos os acordos pendentes, firmados entre a CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2.000

Deputado AKIRA OTSUBO

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Plenário das Deliberações

Fls. 2308
Proc. 1247/92
Rubr.

PROTOCOLO

☐ PROJETO DE LEI
☐ PROJETO DECRETO LEGISLATIVO
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO
☒ REQUERIMENTO
☐ INDICAÇÃO
☐ MOÇÃO
☐ EMENDA

Nº_____

AUTOR Deputado AKIRA OTSUBO Req006-2000

JUSTIFICATIVA:

Uma vez que a data da privatização da Companhia Energética de São Paulo - CESP, já está definida para o dia 6 de dezembro, e que, em conseqüência, existe a possibilidade concreta de se prejudicar inúmeros acordos envolvendo o Estado de Mato Grosso do Sul e aquela Companhia, urge que se adotem providências para o esclarecimento dos fatos e cumprimento imediato de todas as negociações efetivadas com os nossos Municípios.

Inúmeros acordos, principalmente na área Social e Ambiental, ainda não foram cumpridos, aliás, neste mister, o Ministério Público Estadual está fazendo um levantamento de todos os pactos firmados, para que se possa cobrar a adoção imediata das medidas acordadas.

A instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se funda no princípio de que, a privatização da CESP, neste momento, importará em grande prejuízo econômico e social para o Estado, que deixará de ter garantido, o cumprimento dos acordos firmados.

Dentre estes aspectos, como já elencamos anteriormente, estão vários pontos, como o cumprimento do EIA/RIMA com relação ao desmatamento e preservação das matas ciliares; as medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha; a criação da área de reserva permanente compensatória para preservação da fauna e flora regional, bem como a análise do impacto no lençol freático, com a inundação da área atingida pela construção da UHE "Sérgio Motta".

Face ao exposto, até que seja encontrada uma solução para o cumprimento de todos os acordos firmados, a CESP não deverá ser privatizada, sob pena de se relegar tais pactos ao esquecimento, em detrimento de inúmeras famílias e de prejuízos imensuráveis ao meio-ambiente de Mato Grosso do Sul.

EM BRANCO

Remetente: AKIRA OTSUBO
DEPUTADO ESTADUAL
Endereço : Assembléia Legislativa
Palácio Guaicurus
Parque dos Poderes Blc. 09
79031-901 - C. Grande - MS

Fls 2309
Proc. 12471/92
Rubr.

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EXMO. SR.
JOSÉ SARNEY FILHO
DD. Ministro de Estado do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bl. B, 5º Andar
Brasília - DF
CEP 70068-900

Fls. 2340
Proc. 1247/02
Rubr.

EM BRANCO

Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Renováveis Hídricos e da Amazônia Legal - MMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Sistema de Controle de Processos e Documentos

Encaminhamento de Documento

Fls 2317
Proc. 1247/92
Rubr.

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.005675/00

Nº Original : 319/00

Interessado : DEPUTADO ESTADUAL AKIRA OTSUBO

Data : 06/11/2000

Assunto : REQUERIMENTO: COMUNICA A INSTITUIÇÃO DA C.P.I, COM PRAZO DE 90 DIAS P/ A CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHSO E 5 MEMBROS, P/ AVERIGUAR O CUMPRIMENTO DE TODOS OS ACORDOS FIRMADOS ENTRE A CESP, OS MUNICÍPIOS E O EST. DE MS. SOLICITA APOIO NO QUE TANGE A NÃO RENOVAÇ

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : ASPAR e DIRCOF

Data de Andamento: 06/11/2000 10:58:00

Observação: DE ORDEM À DIRCOF E ASPAR PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES. C/C - PRESI.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Eleonora Cabarros Bueno Ribeiro
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

EM BRANCO

Fls 2312
Proc. 1247/93
Rubr.

Requerimento

AUTOR: Deputado AKIRA OTSUBO

Protocolo nº 1475/00

Entrada 19/10/2000

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos que dispõem os artigo 64, § 3º da Constituição Estadual e artigos 55 à 57, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja instituida uma Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I., que será composta por 5 (cinco) membros e terá o prazo de 90 (noventa) dias, para averiguar o cumprimento de todos os acordos pendentes, firmados entre a CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2.000

Deputado AKIRA OTSUBO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL
19 OUT 2000
Processo nº 312/00
Protocolo nº 1475/00
Rubr.

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Plenário das Deliberações

Fls. 2313
Proc. 1247/92
Rubr.

PROTOCOLO	☐ PROJETO DE LEI ☐ PROJETO DECRETO LEGISLATIVO ☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO ☒ REQUERIMENTO ☐ INDICAÇÃO ☐ MOÇÃO ☐ EMENDA	Nº_____

AUTOR **Deputado AKIRA OTSUBO** Req006-2000

Requeiro à Mesa, ouvido o Colendo Plenário e nos termos que dispõem os artigo 64, § 3º da Constituição Estadual e artigos 55 à 57, do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - **C.P.I.,** que será composta por **5 (cinco) membros** e terá o **prazo de 90 (noventa) dias**, para averiguar o cumprimento de todos os acordos pendentes, firmados entre a CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.

Plenário das Deliberações, 19 de outubro de 2.000

Deputado AKIRA OTSUBO

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Plenário das Deliberações

Fls. 2314
Proc. 1247/92
Rubr.

PROTOCOLO

- [ ] PROJETO DE LEI
- [ ] PROJETO DECRETO LEGISLATIVO
- [ ] PROJETO DE RESOLUÇÃO
- [X] REQUERIMENTO
- [ ] INDICAÇÃO
- [ ] MOÇÃO
- [ ] EMENDA

Nº

AUTOR **Deputado AKIRA OTSUBO** Req006-2000

JUSTIFICATIVA:

Uma vez que a data da privatização da Companhia Energética de São Paulo - CESP, já está definida para o dia 6 de dezembro, e que, em conseqüência, existe a possibilidade concreta de se prejudicar inúmeros acordos envolvendo o Estado de Mato Grosso do Sul e aquela Companhia, urge que se adotem providências para o esclarecimento dos fatos e cumprimento imediato de todas as negociações efetivadas com os nossos Municípios.

Inúmeros acordos, principalmente na área Social e Ambiental, ainda não foram cumpridos, aliás, neste mister, o Ministério Público Estadual está fazendo um levantamento de todos os pactos firmados, para que se possa cobrar a adoção imediata das medidas acordadas.

A instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se funda no princípio de que, a privatização da CESP, neste momento, importará em grande prejuízo econômico e social para o Estado, que deixará de ter garantido, o cumprimento dos acordos firmados.

Dentre estes aspectos, como já elencamos anteriormente, estão vários pontos, como o cumprimento do EIA/RIMA com relação ao desmatamento e preservação das matas ciliares; as medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha; a criação da área de reserva permanente compensatória para preservação da fauna e flora regional, bem como a análise do impacto no lençol freático, com a inundação da área atingida pela construção da UHE "Sérgio Motta".

Face ao exposto, até que seja encontrada uma solução para o cumprimento de todos os acordos firmados, a CESP não deverá ser privatizada, sob pena de se relegar tais pactos ao esquecimento, em detrimento de inúmeras famílias e de prejuízos imensuráveis ao meio-ambiente de Mato Grosso do Sul.

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

MMA - IBAMA
Documento
10100.005675/00-26
GABIN
Data: 6/11/00 Prazo: __/__/__
MMA - IBAMA

Fls 2315
Proc. 1247/92
Rubr.

OFÍCIO Nº 319/2.000

Campo Grande, 23 de outubro de 2000

Senhora Presidente,

Com os nossos cumprimentos, comunicamos, oficialmente a V.Sa. que, através de Requerimento de nossa autoria (cópia anexa), a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I., com prazo de duração de 90 (noventa) dias para a conclusão de seus trabalhos e 5 (cinco) membros, para averiguar o cumprimento de todos os acordos firmados entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP, os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas área social (medidas compensatórias e indenizatórias aos trabalhadores rurais, oleiros, pescadores e população ribeirinha) e na área ambiental.
A instituição dessa C.P.I., se funda no princípio de que, a privatização da CESP, neste momento (já agendada para o dia 6 de dezembro), importará em grande prejuízo econômico e social para o Estado, que deixará de ter garantido o cumprimento dos acordos firmados, em detrimento de inúmeras famílias e de danos imensuráveis ao meio ambiente de Mato Grosso do Sul.
Neste sentido, solicitamos o especial apoio de V.Sa., no que tange a não renovação da licença do IBAMA para aquela Companhia, até que tais pendências sejam, de uma vez por todas, solucionadas.

Certos de contar com a especial atenção e apoio de V.Sa., na defesa dos interesses de Mato Grosso do Sul, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado AKIRA OTSUBO

Ilma. Sra.
MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
MD. Presidente do IBAMA
BRASÍLIA - DF

EM BRANCO

Remetente: AKIRA OTSUBO
DEPUTADO ESTADUAL
Endereço : Assembléia Legislativa
Palácio Guaicurus
Parque dos Poderes Blc. 09
79031 901 - C. Grande - MS

Fls. 2346
Proc. 12415/02
Rubr.

EM BRANCO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

25.10.00

ILMA. SRA.
MARILIA MARREDO CERQUEIRA
MD. PRESIDENTE DO IBAMA
SAIN - AV. L4 NORTE - ED. SEDE - CENTRO
70800-200 BRASILIA - DF

148298

Fls. 2317
Proc. 1247/00
Rubr.

EM BRANCO

Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Renováveis Hídricos e da Amazônia Legal - MMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Sistema de Controle de Processos e Documentos

Encaminhamento de Documento

Fls 2318
Proc. 1247/92
Rubr. [illegible]

Protocolo
IBAMA/DIRCOF
Nº 7150/2000.
Data: 14/11/00.
Recebido: Janne.

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.005837/00

Nº Original : S/N

Interessado : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Data : 14/11/2000

Assunto : FORNECE AS INFORMAÇÕES REFERENTES À FAZENDA CISALPINA.

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DIRCOF

Data de Andamento: 14/11/2000 11:25:00

Observação: À DRA. GISELA CONFORME DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE.

[signature]

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Luis Fernando Munhoz Fontana
Chefe do Gabinete
Substituto

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

À Dra Silvia, para
Ciência e manifestação.
C 14/11/2000
M. dos Sc.

EM BRANCO

Fls 2319
Proc. 1247/98
Rubr.

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.005837/00

Nº Original : S/N

Interessado : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Data : 14/11/2000

Assunto : FORNECE AS INFORMAÇÕES REFERENTES À FAZENDA CISALPINA.

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : PRESID

Data de Andamento: 14/11/2000 11:03:00

Observação: PARA CONHECIMENTO.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

_____

Assinatura e Carimbo

À DIRCOF/
Dra. Gisela

Para as providências.

14.11.00

Marilia Marreco Cerqueira
Presidente do IBAMA

MMA - IBAMA
Documento
10100.005837/00-26
GABIN
Data: 14/11/00 Prazo: __/__/__

CESP Companhia Energética de São Paulo

Fls 2320
Proc. 1247/92
Rubr.

Data **Ref. CESP** CT/P/2231/2000

São Paulo, 13 de novembro de 2000

Ilma. Sra.
Dra. Gisela Damm Forattini
DD. Diretora de Controle Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SAIN - Av. L - 4 Norte
Edifício Sede
Brasília - DF

Prezada Senhora,

Em atenção ao ofício 01.692/00 – IBAMA/DCA/DEREL, de 31/10/00, e detalhando as informações fornecidas na carta CT/M/1659/2000, de 16/8/2000, fornecemos as informações referentes à Fazenda Cisalpina na tabela abaixo:

	Área [ha]	
	Atingida	liberada
atual Fazenda Cisalpina		20.560
na cota 253 m	0	20.560
na cota 257 m	8.210	12.350
na cota 259 m	4.650	7.700

Como pode ser visto, inclusive no desenho anexo, na Fazenda Cisalpina, que engloba a antiga Fazenda Flórida, restarão áreas que permitirão o manejo dos animais existentes na área, inclusive os que foram realocados.

Aproveitamos a oportunidade para, a seguir, esclarecermos a Nota Informativa nº 071/00, de 7/11/2000, desse Instituto, referente ao licenciamento ambiental da UHE Eng. Sérgio Motta.

Causou-nos surpresa observar na nota informativa que as complementações solicitadas foram enviadas com atraso, pois a CESP solicitou a renovação da LO em 19/7/99, e o IBAMA somente se manifestou em 10/7/2000, pelo ofício nº 01.386/00, respondido em 16/8/2000, mediante a carta M/1659/2000.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-000
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Data Texto: 01131930 Cesp Br

EM BRANCO

Fls. 2321
Proc. 1247/98
Rubr.

Além disso, itens relacionados como impeditivos já foram respondidos, e alguns puderam até ser verificados durante a vistoria realizada por técnicos desse instituto em setembro deste ano:

Pendências	Situação
1. Verificação dos efeitos do lençol freático para o enchimento do reservatório na cota 257/259 m	A fim de acompanhar os efeitos da elevação do lençol freático, está sendo monitorado o nível freático e estruturas em regiões consideradas críticas. O programa está sendo realizado pelo IPT e tem previsão de cinco anos. Foi encaminhado relatório ao IBAMA em 16/8/00.
2. Apresentação do Programa de recuperação das áreas degradadas na margem sulmatogrossense	O programa de recuperação das áreas degradadas foi encaminhado ao IBAMA, em 19/3/99. Conforme informado no último RIPA, de setembro de 2000, praticamente todas as áreas foram reafeiçoadas, restando apenas o reflorestamento que deverá ser iniciado ainda este ano.
3. Apresentação de proposta para proteção das encostas incluídas em outro nível de criticidade, como recomposição e revegetação	A evolução das encostas está sendo acompanhada pela CESP e IPT, detalhes do programa e do seu andamento foram fornecidos nos relatórios encaminhados ao IBAMA, o último em 16/8/00. Caso seja necessária alguma intervenção, ela será realizada com a alternativa recomendável.
4. Mapeamento da nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório	O mapeamento da nova faixa de preservação permanente foi iniciado. Os trabalhos serão concluídos, com imagem de satélite, após o enchimento do reservatório na cota 257 m.
5. Conclusão das quatro bases de resgate de fauna	Três das quatro bases já estão instaladas: Primavera, Pres. Epitácio e Panorama. A instalação da quarta base, em Anaurilândia, está sendo providenciada.
6. Destinação correta da madeira proveniente dos desmatamentos	Conforme recomendação desse Instituto, a CESP aprovou a doação da madeira proveniente do desmatamento para as Prefeituras. A madeira só será disponibilizada a partir de janeiro de 2001, em virtude da lei eleitoral.
7. Retirada do material lenhoso da cota 253 m	Já foi reiniciada a retirada da madeira que se encontra abaixo da cota 257 m. Os serviços deverão estar concluídos em 45 dias.
8. Conclusão das obras e relocação das famílias atingidas até a cota 259 m	As obras para a relocação das famílias deverão estar concluídas em 15 dias e todas estarão relocadas até o final deste ano.
9. Redefinição da medida mitigadora para o impacto sobre a atividade de pesca	Aguarda-se a definição pelo Ministério Público e desse Instituto da medida mitigadora sobre a atividade de pesca, conforme solicitado na carta CT/M/2004/00.
10. Conclusão dos equipamentos sociais dos reassentamentos executados na cota 253 m	Todas as escolas e centros de saúde previstos, estão concluídos. Dos centros comunitários previstos, resta a conclusão das obras prevista para: Pedra Bonita, janeiro de 2001; Santo Antonio do Caiuá, novembro de 2000; Buritis, em dezembro de 2000.
11. Integridade da biota na região da Fazenda Cisalpina, selecionada para relocação da fauna resgatada na inundação da cota 253 m	Informação prestada na carta CT/M/1659/00 de 16/8/00, e reiterada nesta correspondência.

- segue -

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-000
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Data Texto: 01131930 Cesp Br

EM BRANCO

Fls.: 2322
Proc.: 1247/92
Rubr:

Quanto à população de Maria-catarinense, *Hemitriccus Kaempferi*, encontrada durante o levantamento realizado pela Pró-aves em setembro deste ano, a CESP está requisitando à Pró-aves uma proposta para o manejo da espécie.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Guilherme Augusto Cirne de Toledo
Presidente

Anexo: o citado

Rua da Consolação, 1875
São Paulo - SP 01301-000
Tel. PABX: (0XX11) 234-6211
Fax: (0XX11) 258-2445
E-mail: inform@cesp.com.br
Data Texto: 01131930 Cesp Br

7.535 ha.

EM BRANCO

Fls 2323
Proc. 1247/98
Rubr.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
- IBAMA -

PARTICIPANTES DE REUNIÃO

Local: IBAMA

Data: 16/11/2000

Assunto: UHE - PORTO PRIMAVERA

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE
Dulce Rosado		IBAMA/DEREL	61-3161290
Mônica de Abreus Camara		IBAMA/DEREL	61.316.1311
Silvia Regina B. Guedes		IBAMA/DEREL	61-3161318
Alaucio A.C. Jatobá		IBAMA	61 3161318
Mariangela Borges de Araújo		IBAMA/DEREL	61 3161319
MILTON ROBERTO ESTRELA		CESP/DIR. MEIO AMB	018/2814900
Alexandre Uhlig		CESP/M	11.234.6462
Rene Paschoalick Catherino		CESP/DIRET. MEIO AMB.	11-2573272

EM BRANCO

Mensagem por Fax

CESP Companhia Energética de São Paulo

Mensagem N.º /Mesage Number
MP 3612/00

Data / Date
20/11/00

Fac Simile Message

De / From
Daniel Antonio Salati Marcondes

Para / To
Gisela Damm Foratini

Empresa / Company
Ibama
Diretoria de Controle Ambiental

DEREL/DIAP
CONTROLE Nº 2600
DATA 22/11/00
ASS

N.º Fax / Fax Number
11.259.4639

N.º Fax / Fax Number
61.226.4991

N.º de Páginas incluindo esta
Number of pages including This one
19

Fls 2324
Proc. 1247/92
Rubr.

Se houver qualquer problema com esta transmissão, gentileza telefonar para: 11.234.6462
If there is a problem with this transmission, please call: 11.234.6462

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
N.º 1576/2000
Data: 21/11/00 Hora:
Recebido

Mensagem / Subject

Prezada Senhora,

Dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Eng. Sérgio Motta, encaminhamos cópia da proposta, apresentada pela Proaves e Cemave, do projeto para a conservação da Maria-catarinense, *Hemitriccus kaempferi.*

Informamos que estamos analisando a referida proposta e, no menor prazo possível, os trabalhos, específicos para essa espécie, serão iniciados.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar autorização para enterrar o material lenhoso proveniente do desmatamento da primeira fase, que encontra-se em duas ilhas e totaliza cerca de 35.000 m³. Esse material havia sido doado às Prefeituras, que não se interessaram pela sua retirada. Em virtude do tempo decorrido, dois anos, a lenha deteriorou, não justificando mais a sua remoção.

Encaminhamos, anexo, a localização do material nas ilhas.

Certos da sua atenção

Atenciosamente

Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

URGENTE

Ao DEREL,
Para providências.
GDForattini
20/11/00

À Dra Silvia, Dr Claret,
para análise e manifestação
21/11/00

Ivoema Pereira Rocha de Sá
Chefe do DEREL
DCA/IBAMA

EM BRANCO

Fls. 2325
Proc. 1247/92
Rubr.

Projeto Conservação da Maria-catarinense *Hemitriccus kaempferi* na área de influência da UHE Eng. Sérgio Motta.

Introdução

Durante a realização de pesquisas para avaliação do impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera sobre as aves da região, em Presidente Epitácio, São Paulo, no período de 15 a 20 de setembro de 2000, descobriu-se na área de estudo uma população de uma espécie de ave, endêmica, rara e ameaçada de extinção, cuja distribuição conhecida não contemplava o estado de São Paulo: a Maria-catarinense, *Hemitriccus kaempferi*.

Conhecida da localidade-tipo Salto Piraí, perto de Joinville, onde foi coletada uma fêmea, em 1929, de um segundo exemplar coletado em Brusque, em 1950 (Teixeira *et. al.* 1991), e das observações realizadas em Vila Nova por M. Pearman, em 1991 (Collar *et al.* 1992), estes eram os únicos registros da espécie até o momento, todos no estado de Santa Catarina.

Estudos realizados em outras hidrelétricas brasileiras têm indicado o impacto negativo sobre a fauna local. Gribel (1993) avaliando a efetividade da operação resgate da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, para mamíferos, avaliou que não foi capturada a maior parte dos animais da área. Considerando que a disponibilidade de recursos no ambiente, a competição intra e interespecífica e a pressão de predadores (inclusive o Homem) e parasitos determinam as densidades em que as espécies animais se estabelecem em cada área, o autor chama a atenção para o fato de que inexistem registros a respeito da taxa de sobrevivência das populações libertadas nas margens dos reservatórios das grandes hidrelétricas amazônicas (o que vale para as demais brasileiras), bem como a influência deste acréscimo de animais nas populações residentes. Ainda segundo Gribel (op.cit.) é provável que tal medida resulte na intensificação da competição intra e interespecífica, ampliando o impacto do empreendimento sobre as populações animais para além dos limites da área de inundação.

EM BRANCO

Fls. 3326
Proc. 1247/92
Rubr.

Em estudo semelhante, relacionado às aves da região da hidrelétrica de Balbina, Amazonas, Willis e Yoshica (1988) consideraram que para as espécies de terra firme haveriam problemas similares aos relatados por Gribel (1993). Os autores previram ainda a expansão do impacto predatório ao longo das matas distantes da represa, seja provocado pelos animais em fuga, seja em conseqüência de solturas, em fenômeno que foi denominado "efeito estendido de represa".

O encontro desta população de *Hemitriccus kaempferi* em uma mata ciliar no oeste do estado de São Paulo, ocorre em momento crítico para a sua conservação, dada a iminência da destruição de, pelo menos, 40% do ambiente em que se encontra devido ao processo de enchimento da barragem da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, que encontra-se em andamento.

Levando-se em conta ainda, que as áreas adjacentes à mata do Rio do Peixe encontram-se fortemente alteradas em campos de cultivo e pastagens, não havendo opções de áreas secundárias nas proximidades, como capoeiras, supomos que, com o adensamento populacional da área remanescente, as chances de desaparecimento da população da Maria-catarinense são fortes, em razão dos efeitos já mencionados.

Considerando a raridade desta espécie endêmica do Brasil e a ameaça premente do seu desaparecimento pouco antes do encontro, faz-se necessária a implantação de estudos direcionados a subsidiar um plano de ação para sua conservação, objeto desta proposta.

Objetivos

1. Determinar a distribuição da espécie na região de influência da UHE Porto Primavera (Eng. Sérgio Motta)
2. Estimar a densidade populacional de *H. kaempferi* na região.
3. Levantar dados acerca da biologia da espécie.

EM BRANCO

Fls. 2327
Proc. 1247/92
Rubr.

4. Elaborar um Plano de Ação para Conservação de *H. kaempferi* na área de influência da UHE Eng. Sérgio Motta.

Metodologia

Para determinar a distribuição de *H. kaempferi* na área de influência da hidrelétrica de Porto Primavera serão realizados inicialmente levantamentos aéreos utilizando-se helicóptero para identificação de áreas com potencial para ocorrência da espécie.

Escolhidas as áreas, as quais serão plotadas em mapas, será realizado levantamento a partir de capturas com redes de neblina ("mist nets") de malha 36 mm e observação com auxílio de binóculos e registros sonoros com uso de gravador apropriado.

Serão realizados censos por transecção nas localidades de estudo de acordo com Bibby *et al* (1993).

As aves serão marcadas individualmente com anilhas metálicas do CEMAVE/IBAMA. Serão coletados dados biométricos (medidas de cabeça, bico, tarso, asa, cauda e comprimento do corpo), biológicos (muda das penas e estágio de placa de incubação-evidência indireta da atividade reprodutiva).

Para estudos de comportamento, as aves serão marcadas também com anilhas coloridas.

Fezes serão coletadas para identificação da dieta alimentar.

Os dados coletados serão tabulados em planilhas eletrônicas para aplicação de testes estatísticos.

Ao final do primeiro ano de trabalho, os dados serão analisados e um Plano de Ação para Conservação da espécie será elaborado pelas instituições executoras.

EM BRANCO

Fls. 2328
Proc. 1247/97
Rubr.

Instituições Executoras

O Centro de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres é uma unidade do IBAMA, ligada à Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre, que tem como funções:

- Coordenar o Sistema Nacional de Anilhamento de Aves,
- Compilar e analisar dados oriundos do Sistema e de suas pesquisas,
- Capacitar e treinar anilhadores,
- **Desenvolver pesquisas para subsidiar ações para conservação das aves e seus ambientes**,
- Analisar e emitir pareceres de documentos oriundos de diversas áreas do IBAMA, relacionados à conservação de aves silvestres.

Dotado de um corpo técnico de biólogos especializados em Ornitologia, o CEMAVE tem aproximadamente 90 publicações e 100 trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais.

A PROAVES foi fundada em 1991 e tem os seguintes objetivos: (1) executar e apoiar estudos voltados à conservação das aves silvestres e seus habitats; (2) a conservação dos recursos naturais renováveis; (3) fornecer informações técnicas para apoiar as ações de formulação, coordenação e execução de políticas do meio ambiente; (4) promover e participar de encontros de caráter cultural e científico, e de atividades que levem à execução de programas e ações educativas

EM BRANCO

Fls. 2329
Proc. 1247/92
Rubr.

orientadas para incentivar a participação da sociedade na conservação da flora, fauna e ambientes, em especial no que conceme às aves silvestres.

Em 1994, recebeu o I Prêmio Monsanto Pledge 94, pela participação no Projeto Tuiuiú, desenvolvido pelo CEMAVE/IBAMA no pantanal do Mato Grosso do Sul.

Participou da elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação Federal junto ao IBAMA, Eletronorte e FURNAS e oferece serviços de inventariamento da avifauna em propriedades particulares, Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) e áreas de empresas. Desenvolve o projeto "Proteção e Conservação de Ecossistemas – RPPN" com o IBAMA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO.

Já contou com o apoio/colaboração da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, nos estudos do Cisne-do-pescoço-preto *Cygnus melancoryphus*, e cabororoca *Coscoroba coscoroba*; do Grupo Monsanto do Brasil e DEXTRON – Consultoria Empresarial nos estudos com o tuiuiú *Jabiru mycteria*, onde projetou o Brasil como o primeiro país da América do Sul a utilizar emissores de sinal de satélite. Atualmente participa do projeto de recuperação da ararinha-azul *Cyanopsitta spixii*, com o apoio da Fundação LORO Parque e IBAMA.

Com a CESP – Companhia Energética de São Paulo está realizando estudos de impacto ambiental sobre a avifauna na área de influência da Hidrelétrica de Porto Primavera, dentro de um Convênio de Cooperação Técnica.

De igual importância, cita-se a sua experiência em divulgação do conhecimento científico e postura conservacionista para a sociedade leiga, através do "Curso de Iniciação á Observação de Aves" em conjunto à Rede Plaza de Hotéis, no estado de Santa Catarina.

EM BRANCO

Fls 2330
Proc. 1247/92
Rubr.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

2001	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Sobrevôo	x											
Expedição	x		X		x		x		x		x	
Relatório						x						
Apresentar Plano de Ação												x

2002	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Implementação do Plano de Ação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Relatório												X

2003	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Continuidade e Avaliação do Plano de Ação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relatório												x

EM BRANCO

Fls 2331
Proc. 1247/92

Orçamento para o ano de 2001 (R$)

Material de Consumo	**Quantidade**	**Custo Unitário**	**Total**
Redes de neblina	20	240,00	4.800,00
Óleo diesel, óleo 2 tempos, óleos lubrificantes, gasolina	diversos		4.000,00
Material de expediente, material de camping, filmes e outros	Diversos		4.000,00
Peças de reposição para veículos, motores e outros equipamentos			5.000,00
SUBTOTAL			17.800,00

Equipamentos	**Quantidade**	**Custo Unitário**	**Total**
Veículo Toyota	2	52.500,00	105.000,00
Barco de Alumínio	2	1.800,00	3.600,00
Motor 30 Hp	2	6.800,00	13.600,00
Computador lap top	2	4.800,00	9.600,00
Computador c/ impressora e scanner	1	4.000,00	4.000,00
Binóculos	6	300,00	1.800,00
Máquina Fotográfica Reflex c/ teleobjetiva de 600 mm	1	2.000,00	2.000,00
Gravador c/ microfone unidirecional	2	2.000,00	4.000,00
SUBTOTAL			143.600,00

Serviços Técnicos	**Quantidade**	**Custo Unitário**	**Total**
Diárias nível superior	540	124,00	66.960,00
Consultoria	Diversos	30.000,00	30.000,00
Pessoa Física			59.400,00
SUBTOTAL			156.360,00

Serviços Pessoa Jurídica	**Quantidade**	**Custo Unitário**	**Total**
Manutenção de veículos, motores e equipamentos	Diversos		5.000,00
Sobrevôo Helicóptero			
Revelações fotográficas, reprografia, encadernações e outros	Diversos		1.500,00
SUBTOTAL			6.500,00
Passagens aéreas	5	800,00	4.000,00

CUSTO TOTAL PARA 2001: R$ 328.260,00

EM BRANCO

Fls. 2332
Proc. 1247/92
Rubr. Sm.

→ Mª Katarinense →

→ material lenhoso proveniente de 257

1- em reunião na Presi, eles disseram que retirariam em 45 dias;

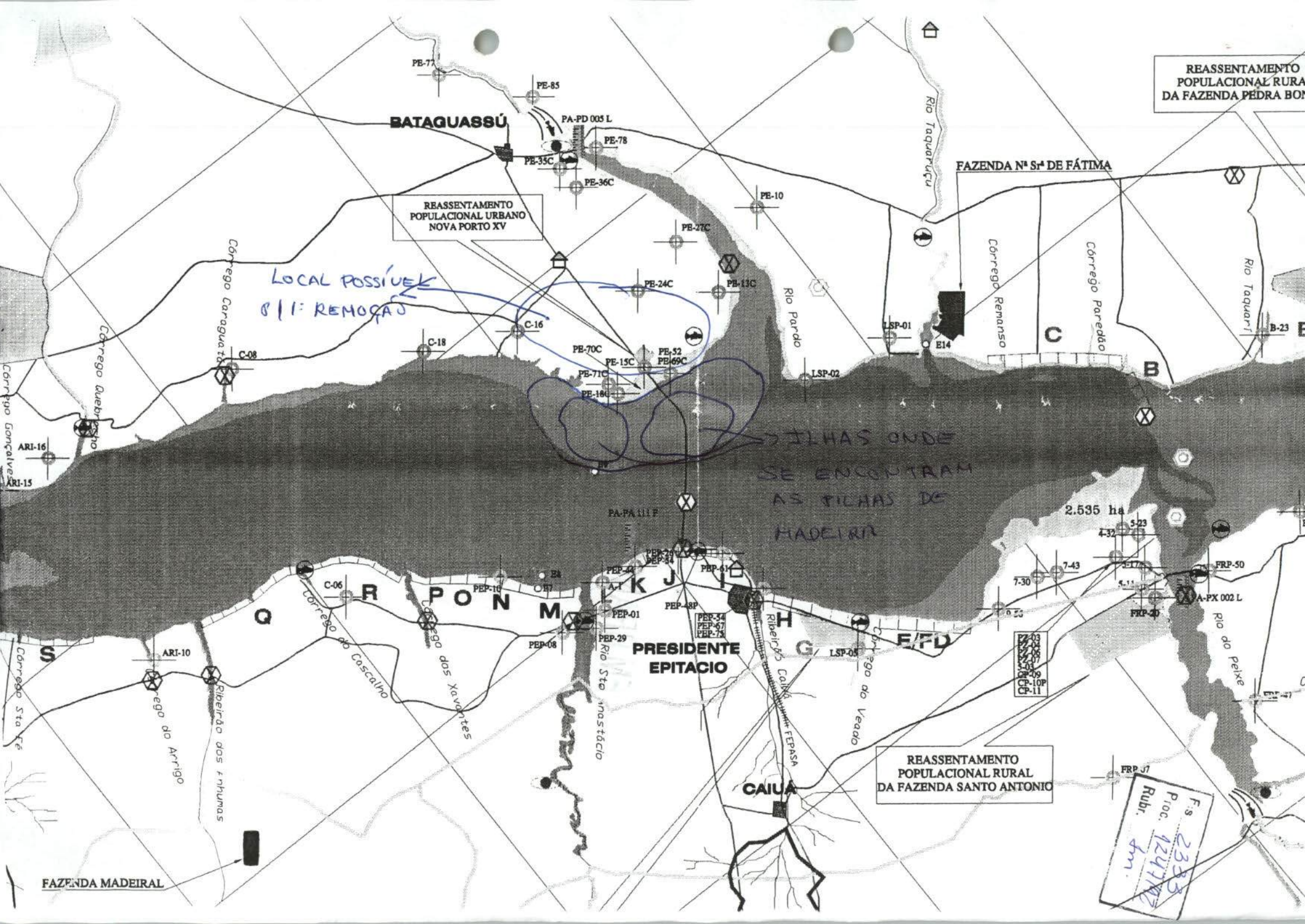
2- enviaram, em 20/11/2000, questionamento sobre a possibilidade de enterrar esse material no projeto local, a ser submerso, quando atingir a cota 257

3- esse material poderia ser removido p/ local em cota superior e próximo à área do alagamento

4- O Ibama entende que o material não está deteriorado.

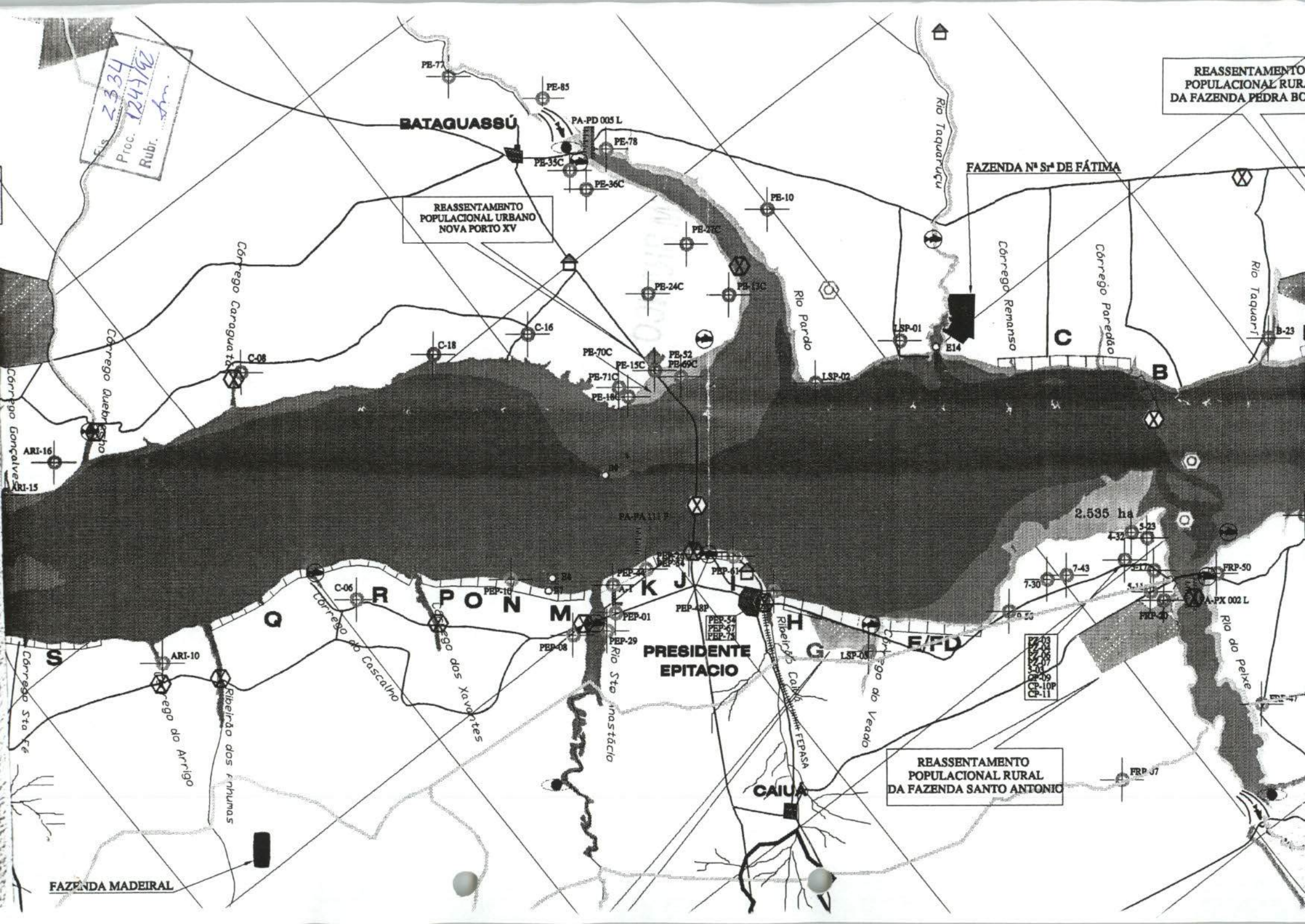
5- as atividades de enterrio da madeira causarão perda de qualidade de água, em face das acidez das biomassas deteriorada

EM BRANCO



BATAGUASSÚ
PA-PD 005 L
PE-77
PE-85
PE-78
PE-35C
PE-36C
PE-10
PE-27C
PE-24C
PE-13C
PE-70C
PE-15C
PE-52
PE-69C
PE-71C
PE-18C
C-16
C-18
C-08
ARI-16
ARI-15
ARI-10
C-06
PE-10
PEP-01
PEP-08
PEP-29
PEP-48P
PEP-54
PEP-67
PEP-75
PEP-61
PA-PA 111 F
LSP-01
LSP-02
LSP-05
E14
B-23
FRP-50
FRP-20
FRP-07
FAZENDA Nª Srª DE FÁTIMA
REASSENTAMENTO POPULACIONAL RURA DA FAZENDA PEDRA BON
REASSENTAMENTO POPULACIONAL URBANO NOVA PORTO XV
REASSENTAMENTO POPULACIONAL RURAL DA FAZENDA SANTO ANTONIO
PRESIDENTE EPITACIO
CAIUÁ
FAZENDA MADEIRAL
Rio Taquaruçu
Rio Pardo
Rio Taquarí
Rio do Peixe
Córrego Remanso
Córrego Paredão
Córrego Caraguatá
Córrego Quebracho
Córrego Gonçalves
Córrego do Cascalho
Córrego dos Xavantes
Córrego do Arrigo
Ribeirão dos Anhumas
Rio Sto Anastácio
Ribeirão Caiuá
Córrego do Veado
Córrego Sta Fé
2.535 ha
LOCAL POSSÍVEL
P/1: REMOÇÃO
ILHAS ONDE SE ENCONTRAM AS PILHAS DE MADEIRA
S
Q
R
P
O
N
M
K
J
I
H
G
F/FD
C
B
F.s 2333
Proc. 1247/92
Rubr.

EM BRANCO



BATAGUASSÚ
PA-PD 005 L
PE-77
PE-85
PE-78
PE-35C
PE-36C
REASSENTAMENTO POPULACIONAL URBANO NOVA PORTO XV
PE-10
PE-27C
PE-24C
PE-13C
Rio Taquaruçu
FAZENDA Nª Srª DE FÁTIMA
REASSENTAMENTO POPULACIONAL RURAL DA FAZENDA PEDRA BO
Córrego Caraguatá
Córrego Quebrasho
Córrego Gonçalves
C-08
C-18
C-16
PE-70C
PE-15C
PE-52
PE-69C
PE-71C
PE-18C
Rio Pardo
LSP-01
LSP-02
E14
Córrego Remanso
Córrego Paredão
Rio Taquarí
B-23
C
B
ARI-16
ARI-15
2.535 ha
5-23
4-32
7-43
7-30
FRP-50
A-PX 002 L
FRP-20
Rio do Peixe
C-06
R
P
O
N
M
L
K
J
I
H
G
F/FD
Q
S
PEP-10
PEP-01
PEP-08
PEP-29
PEP-48P
PEP-54
PEP-67
PEP-75
PEP-61
PRESIDENTE EPITACIO
Rio Sto Anastácio
Ribeirão Caiuá
FEPASA
Córrego do Veado
LSP-03
ARI-10
Córrego do Arrigo
Ribeirão dos Enhumas
Córrego do Cascalho
Córrego dos Xavantes
Córrego Sta Fé
CAIUÁ
REASSENTAMENTO POPULACIONAL RURAL DA FAZENDA SANTO ANTONIO
FRP-07
FAZENDA MADEIRAL

EM BRANCO

Fls. 2335
Proc. 1247/92
Rubr.

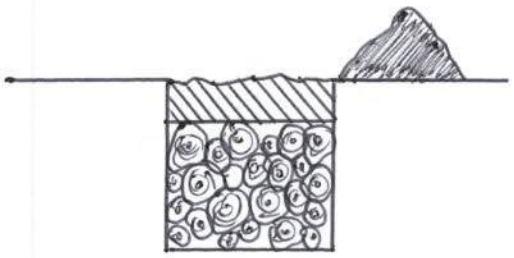
35.000 m^3 DE MADEIRA EQUIVALEM A 50.000 st.

ABERTURA DE UMA VALA COM ±5.000 m^3

± 12.500 horas DE RETROESCAVADEIRA. (1). 1563 DIAS

SOBRARIAM 25.000 m^3 DE TERRA SOLTA PARA SEREM MISTURADOS À ÁGUA.

É DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE DE AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO.



É IMPEDITIVO P/ EMISSÃO DA LICENÇA.

PROBLEMA SE ENTERRAR

A LOCALIZAÇÃO DO MATERIAL NAS ILHAS NÃO FOI EU FREGUE.

CC 3603 Lbama. Lapbol 226 2014

Para a incorporação das áreas degradadas à paisagem, a CESP está iniciando a recuperação das mesmas.

Várias dificuldades para implantação da recuperação das áreas da margem direita, com a retirada do material argiloso, o n.a está aflorante, o que dificultará na recuperação da área,

A intersecção do rio Baía, pela barragem fez com que o nível d´água, a jusante passe a ter um comportamento diferente daquele existente no entorno.

Para as áreas do canteiro, estão sendo previsto o reafeiçoamento da área para a recuperação dos locais como a área do estoque de areia (1,00 hectare).

Para recuperação dos pátios industriais (1,00 hectare) estão sendo plantadas 2000 mudas.

O Bota fora da Ilha Aurora a jusante da barragem com área de 3,00 hectares, está sendo reflorestado com cerca de 3000 mudas.

A CESP está recuperando as áreas degradadas pelas obras complementares à obra principal tais como pontes, e áreas de empréstimo utilizadas para retificação do traçado das BR 267.

SEM EFEITO

Nos quadros abaixo apresenta-se um resumo das atividades:

Fora do canteiro de obras

Localização	Atividade	Área (m^2)	Situação atual
Encostas marginais de Presidente Epitácio; extensão de 9.200 m.	Reafeiçoamento e plantio de grama	417.000	Concluído
Travessia Brasilândia x Paulicéia - MS 040; faixa marginal nos dois lados; extensão de 12.000 m.	Reafeiçoamento e plantio de grama	100.000	Conclusão em novembro de 2000
Córrego Cateto - talude	Reafeiçoamento e plantio de grama	3.300	Conclusão em novembro de 2000
Córrego Taquari em Brasilândia - talude	Reafeiçoamento e plantio de grama	430	Conclusão em janeiro de 2001

No canteiro de obras

Área	Dimensão	Atividade	Período de implantação
Bota-fora margem esquerda	37,79 ha	Reafeiçoamento	a partir de 2003
	76.000 mudas	Reflorestamento	a partir de 2003

Fls 2336
Proc. 1247/92
Rubr.

De: Irismar - ASPAR / MMA

Para: Dra. Gisela - Ibama

→ Cópia do relatório de vistoria

→ Cópia do TAC.

EM BRANCO

item 6-b

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls 2337
Proc. 1247/92
Rubr.

REQUERIMENTO 123/00

(Do Sr. Flávio Derzi)

Requer o envio de requerimento de informações sobre o licenciamento ambiental da UHE Porto Primavera.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, o envio ao Sr. Ministro do Meio Ambiente do requerimento de informações em anexo, relativo ao licenciamento ambiental da UHE Porto Primavera.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado **Flávio Derzi**

EM BRANCO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. 2338
Proc. 1247/00
Rubr.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2000

(Da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias)

Solicita informações sobre o licenciamento ambiental da UHE Porto Primavera.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, do Regimento Interno, solicitamos a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente o seguinte pedido de informações:

A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), de propriedade da Companhia Energética de São Paulo – CESP -, situada no rio Paraná, será a segunda maior hidrelétrica do Estado de São Paulo. Quando concluída, terá 18 turbinas KAPLAN, totalizando 1.814 MW de potência final, o que corresponde a aproximadamente 23% de toda a potência instalada da CESP. Estima-se que o empreendimento estará concluído em 2003.

As unidades geradoras 1, 2 e 3 da UHE Porto Primavera entraram em operação em 23 de fevereiro de 1999. A unidade 4 começou a gerar comercialmente em 29 de janeiro de 2000. As quatro unidades acrescentaram 403 MW de potência nominal ao sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste.

O enchimento do reservatório da UHE Porto Primavera foi planejado para efetivação em duas etapas. A primeira etapa, correspondente à cota 253 m, foi concluída em 14 de dezembro de 1998. A segunda etapa de enchimento, correspondente à cota 257/259 m, ainda não foi iniciada.

EM BRANCO

Fls. 2339
Proc. 1247/92
Rubr.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Está associado à construção da UHE Porto Primavera um significativo impacto ambiental, entendido em seu sentido amplo, ou seja, envolvendo não apenas o meio ambiente natural, mas também os aspectos socioeconômicos. Esse impacto tem escala regional, uma vez que atinge parte do território de duas Unidades da Federação, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O significativo impacto regional justificou, inclusive, o licenciamento da obra perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

O IBAMA expediu em 03/11/98 a Licença de Operação nº 24/98 (documento em anexo), expedida com validade de 365 dias, que autorizou o enchimento do reservatório exclusivamente até a cota 253 m e estabeleceu uma série de condições específicas a serem cumpridas.

Entre as condições específicas constantes da LO 24/98, alguns itens ainda permanecem não executados, ou executados apenas parcialmente, segundo queixas das autoridades e da população e, também, do que se constata por verificação *in loco*. Como exemplo, citem-se: o item 2.3 (concluir a formação de estoque de argila para os oleiros de Bataguassu e Nova Porto XV e executar o Programa de Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico Oleiro para os oleiros afetados pela 2ª fase do enchimento); o item 2.5 (concluir o Programa de Remanejamento da População Atingida pela cota 257/259 m); o item 2.8 (definir a localização dos pontos de pesca e construir a sua infra-estrutura); o item 2.13 (relocar a infra-estrutura portuária de Presidente Epitácio e Panorama); o item 2.16 (aquisição das áreas das Unidades de Conservação); o item 2.26 (mapear a nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório e recuperar suas áreas degradadas); e o item 2.34 (implementar as ações previstas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, CESP e o IBAMA, datado de 23/10/98).

Face ao exposto, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

1) A LO 24/98 foi renovada em 1999? Caso a resposta seja afirmativa, solicitamos cópia do ato de renovação.

2) A CESP cumpriu integralmente todas as condições específicas previstas na LO 24/98? Caso a resposta seja negativa, detalhar

EM BRANCO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls 2340
Proc. 1247/98
Rubr

a situação atual de cada uma das obrigações previstas nos itens 2.1 a 2.34 da LO 24/98.

3) O IBAMA executou recentemente vistoria da situação das obrigações previstas nos itens 2.1 a 2.34 da LO 24/98? Caso afirmativo, solicitamos cópia do relatório de vistoria.

4) Qual é o conteúdo do Termo de Ajustamento de Conduta referido no item 2.34 da LO 24/98? Solicitamos cópia do mesmo.

5) O IBAMA está atualmente revendo o Termo de Ajustamento de Conduta referido no item 2.34 da LO 24/98?

6) O IBAMA está atualmente analisando a renovação da licença de operação da UHE Porto Primavera, agora para abranger, também, a 2ª etapa de enchimento do reservatório? Caso a resposta seja afirmativa, solicitamos cópia do requerimento de renovação apresentado pela CESP.

Sala das Sessões, em de de 2000.

Deputado **Salatiel Carvalho**
Presidente da CDCMAM

1126300.037

EM BRANCO

Fls. 2341
Proc. 1247/92
Rubr.

IBAMA
MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

DIRETORIA DE INCENTIVO À PESQUISA E DIVULGAÇÃO

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 024/98

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990; que foi alterada pela Lei nº 7.804, de 20 de julho de 1989 e, ainda, com base na Portaria IBAMA nº 64-N, de 25 de maio de 1998, RESOLVE:

expedir a presente Licença de Operação à:

EMPRESA: Companhia Energética de São Paulo - CESP
CGC/CPF: 60933603/0001-78
ENDEREÇO: Alameda Ministro Rocha Azevedo, 25
CEP: 01.410-900 CIDADE: São Paulo UF: SP
TELEFONE: (011) 2557011 FAX: (011) 226.7011
REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.001247/92-97

autorizando a Operação da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta (Porto Primavera), situada no rio Paraná, na fronteira dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, nos municípios de Rosana-SP e Batayporã-MS.

Esta Licença de Operação é válida pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir desta data, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos.

Brasília, DF, 03 de novembro de 1998.

Celso Martins Pinto
Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação
Diretor

EM BRANCO

Fls. 2342
Proc. 1247/93
Rubr.

1.0 CONDIÇÕES GERAIS

1.1 A concessão da Licença de Operação deverá ser publicada conforme a Resolução nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

1.3 O IBAMA, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo/SMA e a Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMADES, deverão ser comunicados imediatamente em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.

1.4 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- graves riscos ambientais e de saúde.

1.5 A renovação desta Licença de Operação deverá ser requerida conforme a Resolução CONAMA nº 237/97, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade.

1.6 No prazo de validade desta licença, a CESP estará autorizada a proceder ao enchimento do reservatório até a cota 253m.

2.0 CONDIÇÕES ESPECIFICAS

2.1 Anteriormente ao enchimento do reservatório, a CESP deverá:

- reassentar todas as famílias consideradas beneficiárias do Sub-Programa de Reassentamento, que ainda permanecem na área de inundação;
- concluir a relocação de todos os equipamentos (de ensino e templos religiosos) e a remoção dos ramais terminais de energia elétrica e telefonia, após a transferência das famílias;
- concluir o Programa de Desmonte e Desinfecção da área a ser inundada, após a transferência das famílias.

2.2 Garantir o estoque de argila para os oleiros de Porto João André/MS que [illegible] jazidas afetadas pelo enchimento da cota 253m.

2.3 Concluir a formação do estoque de argila para os oleiros de Bataguassu/MS e Nova Porto XV/MS e executar o Programa de Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico Oleiro para os oleiros afetados pela 2ª fase do enchimento.

2.4 Construir, no prazo de 180 (cento oitenta) dias, as residências definitivas bem como a implantar a infra-estrutura dos reassentamentos rurais e urbanos destinados à relocação das famílias atingidas pela cota 253m.

2.5 Concluir o Programa de Remanejamento da População Atingida pela cota 257/259m, até 30 (trinta) dias antes do enchimento do reservatório.

EM BRANCO

Fls 2343
Proc. 1247/98
Rubr.

2.6 Providenciar a transferência das famílias sul-mato-grossenses contempladas no Sub-Programa de Apoio à Mão-de-Obra, estendendo o benefício às famílias paulistas, desde que as prefeituras assumam a implantação da infra-estrutura nos lotes.

2.7 Relocar as áreas de lazer conforme previstas no EIA/RIMA em Panorama/SP e Presidente Epitácio/SP, bem como, implantar as que estão sendo propostas pela CESP em Anaurilândia/MS, Bataguassu/MS, Brasilândia/MS, Santa Rita do Pardo/MS, Três Lagoas/MS e Paulicéia/SP.

2.8 Definir, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, a localização dos pontos de pesca e construir a sua infra-estrutura até 90 (noventa) dias após o enchimento do reservatório na cota 257/259m.

2.9 Apresentar relatório conclusivo sobre o Resgate Arqueológico realizado até a cota 253m.

2.10 Proceder ao Resgate Arqueológico previsto para as cotas 257/259m, apresentando os resultados dos levantamentos de campo, prospecção e escavação de sítios arqueológicos, análises laboratoriais e destinação do material.

2.11 Dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental, incluindo ações nas áreas destinadas à relocação de fauna, visando orientar fazendeiros e comunidades locais sobre a proibição da caça.

2.12 Providenciar a conclusão das obras do sistema de tratamento do esgoto de Panorama/SP.

2.13 Relocar a infra-estrutura portuária de Presidente Epitácio/SP e Panorama/SP antes do enchimento do reservatório nas cotas 257/259m.

2.14 Apresentar o Programa de Controle da Proliferação das Plantas Aquáticas, indicando em mapas as áreas potencialmente susceptíveis à sua proliferação, informando as medidas de controle.

2.15 Encaminhar o Decreto de Criação da Unidade de Conservação de Mato Grosso do Sul.

2.16 Apresentar documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação.

2.17 Apresentar relatórios anuais da Implantação do Programa de Unidades de Conservação.

2.18 Apresentar relatórios semestrais referentes à implementação do Banco de Germoplasma.

2.19 Monitorar a fauna relocada para as áreas de soltura apresentando relatórios semestrais.

2.20 Selecionar áreas de relocação para a Operação Resgate de Fauna, previstas para o enchimento até a cota 257/259m, definindo a sua capacidade de suporte.

2.21 Realizar soltura da fauna resgatada, não relocada ou não destinada às instituições científicas, em áreas adjacentes à inundação, por meio de "solturas brandas".

2.22 Enviar animais para instituições científicas somente após as devidas autorizações emitidas pelo IBAMA.

2.23 Proceder à Operação Resgate de Fauna nas ilhas que se formarão na cota 253m.

2.24 Justificar a seleção das espécies de peixes a serem utilizadas no monitoramento da bioconcentração de agrotóxicos e metais pesados.

EM BRANCO

Fls. 2344
Proc. 1247/98
Rubr.

2.25 Realizar os desmatamentos acima da cota 253m somente após a emissão de Autorização para Supressão de Vegetação, com base na Portaria do IBAMA nº 113/95 e demais normas legais pertinentes.

2.26 Mapear a nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório e recuperar suas áreas degradadas.

2.27 Recuperar as áreas de interesse ambiental indicadas no EIA/RIMA, bem como, incentivar a recuperação da mata ciliar dos afluentes das margens do reservatório, visando a sua proteção e formação de corredores para a fauna.

2.28 Implantar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em áreas de empréstimo e pedreiras não atingidas pela inundação do reservatório, apresentando, anteriormente, o mapa das áreas a serem recuperadas e o cronograma dos serviços a serem realizados.

2.29 Dar continuidade à implantação do Programa de Proteção de Encostas Marginais, para as cotas 257/259m.

2.30 Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Programa de Controle de Erosão e Assoreamento para a área de influência do reservatório.

2.31 Dar continuidade ao Programa de Monitoramento das Características Limnológicas e de Qualidade da Água Superficial, apresentando relatórios semestrais.

2.32 Executar o Plano de Monitoramento do Lençol Freático nas áreas consideradas críticas.

2.33 Dar continuidade aos Programas de Monitoramento enviando relatórios semestrais de acompanhamento de todos os programas ambientais.

2.34 Implementar as ações previstas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Companhia Energética de São Paulo-CESP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, datado de 23 de outubro de 1998.

EM BRANCO

Mensagem por Telefax

CESP Companhia Energética de São Paulo

M/3677/2000
23/11/2000

Fls 2345
Proc. 1247/92
Rubr.

Para	:	**Dra. Gisela Damm Forattini**
Empresa	:	**IBAMA/DF**
Fax n°	:	**(0xx61) 226.4991**
De	:	**Dr. Daniel Antonio Salati Marcondes**
Empresa	:	**CESP/M**
Fax n°	:	**(0xx11) 259.4639**
Assunto	:	***Licenciamento da UHE Engº Sérgio Motta (Porto Primavera)***

Prezada Senhora,

Conforme informamos por telefone, iniciamos o processo de retirada da lenha existente nas ilhas abaixo da cota 257m. Esse serviço deverá estar concluído nas próximas semanas.

Aproveitamos a oportunidade para informar que na próxima terça-feira, dia 28/11, estaremos protocolando os resultados da avaliação da capacidade de suporte dos animais que foram soltos na Fazenda Cisalpina, programa coordenado pelo Núcleo de Pesquisa e Conservação da Fauna e Flora, NPC. Os resultados iniciais mostram que não será necessária a remoção de nenhum dos 1.006 animais relocados para aquela Fazenda.

Aproveitamos a oportunidade para manifestar nossos protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

Daniel Antonio Salati Marcondes
Diretor de Meio Ambiente

Ao DEREC
GDF
24/11/00

Se houver qualquer problema com esta transmissão, gentileza telefonar para: (0xx11) 259.4328 ou 259.4639

EM BRANCO

Fls 2346
Proc. 1247/92
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA

OFÍCIO Nº 01.728 **/2000 - IBAMA/Diretoria de Controle Ambiental**

Brasília-DF, 24 de novembro de 2000.

Senhor Diretor,

Em continuidade ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta (UHE Porto Primavera), reiteramos a solicitação feita por este Instituto, na reunião ocorrida, em 16/11/2000, para encaminhamento de relatório técnico atestando a capacidade de suporte da fauna relocada na área da fazenda Cizalpina, quando do enchimento do reservatório na cota 257m.

Acusamos, ainda, o recebimento do Fax MP 3612/00, datado de 20/11/00, que trata do encaminhamento da proposta apresentada pela PROAVES e CEMAVE, referente ao projeto para conservação da espécie *Hemitriccus kaempferi,* Maria catarinense, e da autorização para enterro do material lenhoso proveniente do desmatamento da primeira fase, que se encontra em duas ilhas e totaliza cerca de 35.000 m^3.

Quanto à questão relativa ao Projeto apresentado pela CESP sobre a Conservação da espécie *Hemitriccus kaempferi* na área de influência da UHE Eng. Sérgio Motta, temos a considerar que: o Projeto é extremamente importante e pertinente, contudo, vale salientar que algumas questões não foram esclarecidas na sua plenitude. Pelo cronograma de atividades, o estudo será implementado num prazo de três anos, o que poderá inviabilizar os objetivos do projeto, caso o enchimento seja efetuado em meados de 2001. O enchimento do reservatório já define uma condição adversa à continuidade da espécie neste local, restando, somente, ao estudo proposto averiguar se a espécie alvo obterá condições de sobrevivência em outros locais, devido à transmigração induzida. Cabe, neste ponto, esclarecimentos da finalidade real do projeto, ou seja, se estes estudos serão efetivados concomitantemente ao enchimento do reservatório, antes ou após o mesmo, ou ainda, se a partir dos resultados apresentados, é que serão tomadas providências quanto à preservação desta espécie, e mesmo se haverá tempo hábil para uma possível relocação ou outro procedimento que for pertinente para o caso.

A Sua Senhoria, o Senhor
DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
Diretor de Meio Ambiente da CESP
Al. Ministro Rocha Azevedo, 25
01.410-900 - São Paulo/SP
Fax: (11) 251.4904

G:\DIAP00\OFÍCIO\CESP6.DOC

EM BRANCO

Fls. 2347
Proc. 1247/92
Rubr.

Quanto ao enterrio do material lenhoso resultante do desmatamento até a cota 253m, informamos, após análise, da impossibilidade de implementação da proposta, considerando o volume e as condições do material.

Finalizando, solicitamos, dessa empresa, a gentileza de providenciar, o mais breve possível, resposta aos questionamentos em tela.

Atenciosamente,

Moema Pereira Rocha de Sá
Diretora de Controle Ambiental
Substituta

EM BRANCO

Fls 2348
Proc. 1247/92
Rubr.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS
Rua Butantã, nº 285 — Pinheiros — São Paulo — SP
CEP 05424-140

EM BRANCO

Fls.: 2349
Proc.: 1247/92
Rubr.:

IBAMA
MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 7 dias do mês de julho de 2009, procedemos ao encerramento deste volume nº XII do processo de nº 02001.001247/1992-97, contendo 198 folhas. Abrindo-se em seguida o volume de nº XIII. Assim sendo subscrevo e assino.

_____

EM BRANCO